

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Edson Luiz da Silveira

As Cartas Chilenas sob uma perspectiva da Historiografia Lingüística

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Edson Luiz da Silveira

As Cartas Chilenas sob uma perspectiva da Historiografia Lingüística

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr Jarbas Vargas Nascimento

SÃO PAULO

2009

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTO

Gostaria, primeiramente, de deixar público o meu agradecimento à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, pela Bolsa Mestrado recebida;

Em seguida, meus agradecimentos à PUC – SP, instituição que me honrou com a possibilidade de um curso de pós-graduação de tão subida qualidade;

Meus agradecimentos sinceros aos professores doutores componentes da minha banca de defesa, por sua aceitação e por suas prestimosas sugestões – obrigado!

Meu muito obrigado, mesmo, ao orientador querido, professor Dr. Jarbas Vargas Nascimento; herói, como leitor da minha dissertação; sábio, em saber conduzir-me no processo e, principalmente, amigo, por ter me testemunhado tanto carinho – muito obrigado, professor!

Obrigado, também aos meus queridos familiares, e aí, meus pais, pela formação do meu caráter, minha obstinação pelo saber e, mais ainda, pela vida, bem grandioso.

Ao meu amor, Márcia Jorge, companheira de toda hora e fomentadora da minha busca pessoal constante. Pessoa em quem me inspiro e com quem aprendo dia-a-dia – um beijo!

E, por fim, agradeço à Natureza, grande mãe, que nos vela e nos assiste.

RESUMO

A Dissertação tem como tema um estudo histórico-historiográfico da Língua Portuguesa em uso no Brasil no século XVIII, em um documento de gênero textual carta. Este documento é conhecido por Cartas Chilenas e sua autoria é atribuída ao poeta árcade, Tomás Antônio Gonzaga. Seguindo as orientações teórico-metodológicas propostas por Koerner (1995, 1996), para a Historiografia Lingüística, a Dissertação examina as marcas lingüísticas constitutivas das Cartas Chilenas, utilizando os princípios da contextualização, da imanência e da adequação teórica.

Por incluirmos as Cartas Chilenas no gênero carta, apoiamos-nos em Bazerman, para quem os gêneros textuais são construtos lingüísticos historicamente criados por grupos sociais, dependendo de suas necessidades de comunicação no processo sócio-interacional, que envolve a rede de falantes numa determinada comunidade lingüística.

As Cartas Chilenas, conforme depreendemos da análise, cumprem o papel social de estabelecer um determinado canal de comunicação entre dois falantes num momento histórico definido. Neste sentido, queremos dizer que As Cartas, por circunscreverem a sátira, cumprem também o papel de denúncia, que funciona como uma espécie de reprovação sobre o comportamento de uma figura política.

Tomás Antônio Gonzaga utiliza, nas Cartas Chilenas, pseudônimo de Critilo e se dirige ao destinatário de nome Dorotheo, que é atribuído a outro poeta árcade, Cláudio Manuel da Costa, denunciando as peripécias políticas e histriônicas do fanfarrão Minésio, que vem a ser o governador de Minas Gerais.

Do ponto de vista das concepções lingüísticas presentes no contexto em que as Cartas foram elaboradas, podemos dizer que, no século XVIII, havia a idéia de que a língua deveria refletir a mesma lógica do pensamento, ideal que remonta à época clássica de pensadores como, por exemplo, Aristóteles. Para a História, não mais é imprescindível o evento oficial somente, aqueles fomentados por fatos da diplomacia e da expressão bélica de uma nação; também os eventos periféricos, extraoficiais ganham, na nova concepção de História que se estabelece a partir do século XX, a atenção do historiador. Assim, os aspectos permeados pela língua tornam-se alvo da investigação dos especialistas.

Feita a análise das Cartas, chegamos a alguns resultados; são eles:

- por ser uma obra mista, As Cartas Chilenas apresentam a mistura de dois gêneros: carta e sátira.
- as Cartas Chilenas, escritas em versos e em uma linguagem poética, permitem ao autor/poeta certa liberdade em relação à língua portuguesa no século XVIII o que a faz desviar da orientação da época de língua com a mesma lógica do pensamento.

Palavras-chave: *Língua Portuguesa, Historiografia Lingüística, século XVIII, Cartas Chilenas.*

ABSTRACT

The dissertation has as its subject a historic-historiographic study about the Portuguese Language in Brazil in the XVIII century, in a document of textual gender letter. This document is known as Chilean Letters and Tomás Antônio Gonzaga, an arcadist poet, is supposed to be its author. According to the theoretic-methodologic orientations proposed by Koerner (1995, 1996), for the Linguistic Historiographic, we will examine the linguistic marks which form the Chilean Letters, using the context principles, stability and the theoretical adaptation.

By considering the Chilean Letters in the gender letter, our support is Bazerman, who considers the textual genders as linguistic movements historically created by social groups, according to their needs in communication in the socio-interational process, which involves a net of speakers in a established community.

The Chilean Letters, as we infer from the analysis, have the social role of being a communication channel between two speakers in a specific historical moment. In this sense, we can say that the Letters, because of being a satire, are also an accusation against the behavior of a politician. Tomás Antônio Gonzaga uses a pseudonym in the Chilean Letters, Critilo, and talks to another arcadist poet, Cláudio Manuel da Costa, whose pseudonym is Dorotheo, accusing the political activities and tricks of the boaster Minésio, who is the governor of Minas Gerais.

According to the linguistic conceptions found in the Letters context, we can say that, in the XVIII century, there was the conception that the language should reflect the same logic of the thought, which comes from some classical philosophers, like Aristoteles. For History itself, not only the official event, the one created by facts of diplomacy and martial expression of a nation, but also, the peripheral events, which are not official, have got since the XX century, the historian's attention. So, the aspects influenced by the language are the goal of the experts's investigation. The analysis of the Letters was done and we got some results; they are:

- because of being a mixed work, the Chilean Letters show us a combination of two genders: letter and satire
- The Chilean Letters, written in rhyme and in a poetic language, allow the author/poet some freedom, concerned to the Portuguese language spoken in the XVIII century, and make him use same logic of the thought.

KEYWORDS: Portuguese Language; Linguistic Historiographic; XVIII century; Chilean Letters.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
-------------------	-----------

CAPÍTULO I

A HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA

1.1 Antecedentes da Historiografia Lingüística	04
1.2 Lingüística e História – Um diálogo interdisciplinar	06
1.3 Concepções e Princípios teórico-metodológicos da Historiografia Lingüística	11
1.4 Metalinguagem em Historiografia Lingüística	13

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Contexto Histórico e Sócio-Político do Século XVIII	20
2.2 Os Arcades no Brasil e Tomás Antônio Gonzaga	24
2.3 Concepções Lingüísticas do século XVIII	26
2.4 Questões gramaticais do Século XVIII	38
2.5 Argumentos de Influência em Historiografia Lingüística	45

CAPÍTULO III

O GÊNERO CARTA E AS CARTAS CHILENAS

3.0 Concepções de Gêneros	48
3.1 O Gênero textual Carta	51
3.2 As Cartas Chilenas	59

3.3 Apresentação da Sexta Carta	64
3.4 Explicando a Sexta Carta	75
3.5 O Princípio da Imanência	76
3.5.1 A organização formal	76
3.5.2 A organização lingüístico-gramatical	78

CAPÍTULO IV

4.0 O Princípio da Adequação teórica	91
4.1 Aplicando o princípio da adequação teórica	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99

INTRODUÇÃO

Nossa Dissertação se insere no âmbito da Historiografia Lingüística, cuja ocupação são textos documentais, a fim de proceder ao levantamento dos aspectos históricos, políticos e sociais que se encontram alojados em suas malhas lingüísticas. O tema de nossa pesquisa é o estudo de As Cartas Chilenas, documento produzido no final do século XVIII, no estado de Minas Gerais, especificamente, na cidade mineira de Vila Rica. O contexto da época era propício para elaboração de tais documentos devido ao clima de sublevação que acometia intelectuais e homens de política de então. Um dos movimentos mais conhecidos dessa natureza foi o da Inconfidência Mineira, cujo ápice é tido como o enforcamento e esquartejamento do insurreto Tiradentes, o alferes. Tiradentes, no dizer de Oliveira (1972:9), foi

Herói humano. Simplesmente humano. Nem o herói épico, vaidoso semi-deus da truculência. Nem o anti-herói burguês, calculista e prático. Apenas a coerência entre a essência e a atitude: o seu modo de ser.

A descoberta das Cartas Chilenas se deu graças aos apógrafos surgidos entre o final do século XVIII e início do XIX, mas seu autor permanece secreto até o decorrer do século XIX. As Cartas tratam-se de uma denúncia ao governador de Minas Gerais, chamado Luís Cunha Meneses, que nelas é retratado como o Fanfarrão Minésio. Como dissemos o clima não era propício à divulgação dessas Cartas e muito menos de seu autor, o qual, depois se comprovou, foi Tomás Antônio Gonzaga.

Portugal, após se libertar dos domínios espanhóis, vê-se espoliado em várias de suas colônias – principalmente aquelas do Oriente – e, a partir disso, em meados do século XVII, direciona a sua atenção total àquela colônia deixada de lado até aquela data, no caso o Brasil. Por isso, em plena corrida do ouro, em Minas Gerais, qualquer tentativa de levante, subversão ou até mesmo qualquer Pasquim, que pudesse pôr em risco o seu domínio sobre a colônia, teriam de ser imediatamente reprimidos, o que implantaria um pesado clima de guerra entre subversivos e Coroa. É nesse contexto que

são escritas as Cartas Chilenas, dirigidas a um destinatário especial tratado por Doroteu, e que depois se confirmou tratar-se de outro inconfidente, Cláudio Manuel da Costa.

As Cartas Chilenas têm sido alvo de inúmeros estudos de autores tais como: Afonso Arinos, Manuel Bandeira, Antonio Candido, Varnhagen, Tarquínio Oliveira. No entanto, tais estudos têm, em sua maioria, abordado as Cartas a partir de seus aspectos literários, via sátira; têm também abordado as Cartas Chilenas a partir de seus aspectos político-históricos e, ainda, outrossim, têm como abordagem a árdua empresa de desenhar a genealogia dessas Cartas, Oliveira (1972).

A nossa proposta, por sua vez, tem por objetivo precípuo abordar as Cartas Chilenas segundo os aspectos, que as caracterizam como um gênero textual carta. Procuraremos levantar os elementos caracterizadores do gênero carta, considerando-os tanto intrínseca como extrinsecamente. Para isso, utilizaremos a fundamentação teórica da Historiografia Lingüística proposta por Koerner (1995,1996), desenvolvendo nossa análise, com vistas a definir os elementos que legitimam as Cartas Chilenas como verdadeiramente pertencente ao gênero em questão.

Por se tratar de um documento de natureza híbrida, relação entre dois gêneros, satírico e a carta, os elementos que compõem este último se encontram diluídos na configuração de sua estrutura, desse modo, teremos que proceder de maneira a investigar com relativa acuidade as suas localizações na constituição do gênero carta.

A nossa pesquisa está organizada da seguinte forma:

No primeiro capítulo, trataremos do arcabouço teórico que diz respeito à Historiografia Lingüística; abordaremos seus antecedentes teóricos e epistemológicos, os estudos preliminares de William Jones, Rask, Verner e Grimm, na sua dimensão comparatista; apresentaremos a sua ligação com a História e a interdisciplinaridade, e o diálogo da Lingüística com variadas áreas do conhecimento humano; descreveremos, em seguida, as concepções e os Princípios da Historiografia Linguística estabelecidos por Koerner (1995, 1996), bem como a Metalinguagem incorporada na sua estrutura epistemológica – aqui, trabalharemos com a tipologia proposta por Marly de Souza Almeida.

No segundo capítulo, da Contextualização, trataremos do Contexto Histórico e Sócio-Político do século XVIII, a partir dos ideais iluministas e seus representantes franceses, as academias em Portugal e no Brasil; levantaremos, também, os aspectos econômicos e políticos em Portugal e seus reflexos no Brasil-colônia; daremos evidência a Tomás Antonio Gonzaga, e outros Árcades no Brasil; abordaremos, ainda,

neste capítulo, as Concepções Lingüísticas do referido século, conforme Fávero (1996), nos quais a autora dá relevância à obra *Minerva*, de Sanchez, à *Grammaire Générale et Raisonnée*, de Port Royal e à obra conhecida dos Enciclopedistas; e, para finalizar o capítulo, trataremos, também, de Questões Gramaticais, também do século XVIII, levantadas por Hollanda (2001), no que se refere a Luís Antônio Verney e Marquês de Pombal, e daremos relevância ao conhecido documento de Marquês de Pombal, conhecido por *Diretório dos Índios* – a partir de um estudo de Mariani (2004).

Para o terceiro capítulo, reservaremos a atenção à concepção de Gênero, segundo Bazerman (2006), Marcuschi (2005) e Meurer (2000); faremos, também, uma apresentação sobre o gênero Carta e a sua trajetória na história da humanidade; em seguida, trataremos especificamente das Cartas Chilenas, a partir dos estudos de Oliveira (1972) e sua pesquisa sobre os apógrafos; Antonio Candido, que dá relevância ao estilo e ao nativismo das Cartas Chilenas e, ainda, a partir de Amora (1973), faremos uma breve introdução ao gênero sátira; a seguir, trataremos da Sexta Carta operacionalizando o Princípio da Imanência, para analisar a organização formal, os aspectos lingüístico-gramaticais e os semântico-discursivos do documento.

Para terminar, no quarto e último capítulo, a partir do Princípio da Adequação Teórica, trataremos dos aspectos pragmáticos encontrados nas Cartas Chilenas, orientados por um estudo de Pantaleoni, (1999) e, por fim, trataremos da metalinguagem literária, conforme proposta de Almeida (2003).

A esses capítulos seguem as Considerações finais e as Referências bibliográficas.

CAPÍTULO I

A HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA

O capítulo em questão divide-se em cinco partes que são: Antecedentes da Historiografia Lingüística; Lingüística e História: um diálogo interdisciplinar; Concepções e Princípios teórico-metodológicos da Historiografia Lingüística; A Questão da Metalinguagem. Nele, serão apresentados os pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia Lingüística, conforme proposta de Koerner (1995, 1996), a partir dos quais analisaremos nosso objeto de pesquisa que é a Sexta Carta, das Cartas Chilenas.

1.1. Antecedentes da Historiografia Lingüística

As relações entre as línguas, as suas semelhanças e suas diferenças sempre despertaram a curiosidade de estudiosos e especialistas de diferentes áreas de conhecimento. Mas foi somente a partir do século XVIII que houve, de fato, um foco mais demorado sobre tal assunto, buscando-se uma sistematização com *status* de pesquisa científica.

É nessa época que *William Jones*, estando na Índia, resolve investigar certas relações existentes entre as línguas latina, grega e o sânscrito. Sua principal hipótese era de que esses idiomas fossem originários de um único tronco lingüístico – língua, possivelmente, já extinta; era o início de estudos sistemáticos em Lingüística Histórica e Comparativa, o que entendemos como começo do paradigma antecedente da Historiografia Lingüística (daqui para frente HL).

Os estudos de *William Jones* foram, então, sucedidos pelas por investigações históricas e comparativas em relação às línguas indo-européias pelos dinamarqueses *Rasmus Rask* e *Karl Verner* e pelo alemão *Jacob Grimm*. Assim, em consequência desses estudos, alguns aspectos relativos a mudanças e adaptações foram levantados e confirmados, como por exemplo, podemos depreender em Gabas Júnior (2005:78):

- 1- as consoantes oclusivas surdas (p, t, k, kw) do proto-indo-europeu mudaram em fricativas surdas correspondentes (f, Q h, hw) nas línguas germânicas;
- 2- as consoantes oclusivas sonoras (b, d, g, gw) do proto-indo-europeu mudaram em oclusivas surdas correspondentes (p, t, k, kw) nas línguas germânicas;
- 3- as consoantes aspiradas sonoras (bh, dh, gh, gwh) do proto-indo-europeu mudaram em oclusivas não-aspiradas sonoras correspondentes (b, d, g, gw).

Essas mudanças de som ficam, então, conhecidas como “Lei de Grimm”, a qual serviria de modelo a outras pesquisas que viessem a investigar as transformações sonoras em determinada língua.

Ocorre, no entanto, que certo grupo de consoantes sonoras /b/, /d/, /g/ não correspondia à série das consoantes fricativas /f/, /Q/, /x/, como pretendia a Lei de Grimm. Surge a contraposição de *Karl Verner*, que propõe que uma mudança fonológica tenha ocorrido após as mudanças de som propostas por *Grimm*; tal teoria satisfaz, relativamente, a comunidade lingüística e fica sendo conhecida como “Lei de Verner”.

Tal era o clima de investigação lingüística de natureza comparativa e histórica e isso levou vários pesquisadores de línguas do século XIX a desenvolverem suas pesquisas nesse campo, o que criava determinado terreno para a sistematização da Lingüística que começava a desenvolver *status* e paradigma de ciência. A partir de então, surge um segundo grupo de lingüistas centrado na Universidade de Leipzig, na Alemanha; eram os denominados *neogramáticos*.

Gabas Junior. (2005) descreve qual era a postura desse grupo no que se refere à discordância em relação ao método comparativo: o de eles questionarem, basicamente, o fato de os estudos comparatistas basearem-se em dados de língua escrita e não de língua falada. A Lingüística Histórica vai, dessa forma, se sedimentando na esteira desses estudos de natureza comparatista, nos séculos XVIII e XIX, com as línguas indo-européias, como fica claro nos dizeres de Gabas Júnior, que considera a rigidez científica com que foram postulados e efetuados, para então perceber que os estudos comparativos com as línguas indo-européias, nos séculos XVIII e XIX, contribuíram, de maneira fundamental, para o nascimento e progresso da Lingüística Histórica e para o próprio estabelecimento da Lingüística como ciência. As principais mudanças abordadas e estudadas pela Lingüística Histórica, durante o século XIX, foram elencadas por Weedwood (2002:109) da seguinte forma:

Mudança fonética – prestou-se atenção particular, na lingüística diacrônica (outro nome para designar a lingüística histórica) às mudanças nos sistemas fonéticos das línguas;

Mudança sintática – uma língua pode adquirir uma distinção gramatical que não tinha antes, como quando o português (e as outras línguas românicas) desenvolveu os artigos definidos, inexistentes em latim;

Mudança semântica – até agora não se descobriu “lei” de mudança semântica comparável às leis de mudanças fonéticas dos fonologistas. Parece que as mudanças de significado podem ser ocasionadas por diversos fatores. O mais importante, talvez, é a mudança sofrida no curso do tempo pelos objetos ou instituições que as palavras designam.

Como vimos, a partir da Lingüística Histórica e Comparatista, a língua, seja ela qual for, possui natureza dinâmica e mutável, jamais permanecendo estática e imutável, pois vem acompanhando, lado a lado, o progresso e o desenvolvimento da história da humanidade. É, pois, nesse sentido, com a concepção de língua em *mutação*, que a HL surge no decorrer do século XX. Os acontecimentos lingüísticos dos séculos XVIII e XIX serviram de base para a concepção que se tem hoje do que é a HL proposta e sistematizada por Koerner e que servirá de fundamento teórico-metodológico para o desenvolvimento de nossa pesquisa. As concepções e os princípios da HL serão esclarecidos no item a seguir.

1.2 Lingüística e História: um diálogo interdisciplinar

A HL, a partir da sua epistemologia, propõe fazer uma investigação da língua em uma perspectiva histórica. Nesse sentido, a HL trabalha com a preocupação de não

deixar que se percam os aspectos originais, contextuais dos documentos estudados, ao mesmo tempo em que procura adaptá-los a uma compreensão hodierna.

A partir do século XIX, a concepção tradicional, linear e positivista que se tinha da História perde a sua razão, quando o que passa a interessar às disciplinas atuais é uma abordagem mais ampla do conceito de História, mais envolvente e multifacetada a qual, para se fazer compreender, necessitará de um aparato de natureza interdisciplinar, cuja estrutura possibilitará o múltiplo diálogo. É, então, que entra a HL com sua valiosa e indispensável contribuição.

Koerner (1995, 1996) nos diz da necessidade de o historiógrafo da língua dialogar com diferentes áreas do conhecimento como, por exemplo, a Filosofia, a História, a Sociologia, a Antropologia etc., a fim de que ele possa estabelecer os vínculos existentes delas com a língua que compõe o documento em questão, idéia que podemos também sustentar a partir da orientação de Elia (2004), que defende ser a língua o repositório de todo um processo sócio-histórico de uma sociedade.

A respeito da relação que a Lingüística mantém com a História, é preciso que tenhamos em conta a mudança de paradigma pela qual passou a História, na esteira das mudanças pelas quais passara também a ciência. A partir do século XVI, com Descartes principalmente, a noção que se tinha da ciência, enquanto palavra última e definitiva das coisas do mundo humano (via Filosofia, por exemplo, *Philosophias Ancilas Scientiarum*) e do mundo natural, se sedimentava naquilo que ficara conhecido como o paradigma da ciência. Com isso, queremos dizer que o conjunto de teorias, concepções, métodos e descobertas, com *status* de verdade, passava a orientar toda e qualquer movimentação que dissesse respeito ao conhecimento humano. O século XIX, mais que qualquer outro, se mostrou preparado e “armado” para o sustento dessas orientações, que se apoiavam em algumas correntes filosóficas e científicas como, por exemplo, os movimentos da Filosofia conhecidos por Determinismo e por Positivismo.

Por um lado, o Determinismo, capitaneado por Taine, postulava que certos comportamentos do indivíduo eram condicionados por determinados pressupostos de natureza cultural, biológica e histórica, independentes da vontade e do livre arbítrio que o indivíduo tivesse. O Positivismo de Comte, por outro lado, propunha ter a ciência a última e definitiva palavra, quando o que se pretendia era atingir a verdade única e absoluta.

É nesse contexto que se encontram as áreas da ciência humana e natural e é aí, também, que a História, enquanto espécie de guardiã do passado do homem, também se

coloca sob a influência e o condicionamento dessas idéias que imprimiam o curso a ser seguido naquele século.

Assim como a ciência, também a História, à época, se servia dos paradigmas tidos como definitivos e imutáveis, e, por conseguinte, a matéria que “nutria” a História era tida como matéria absoluta, ou seja, aquilo de que se alimentava a História era tido como a única e absoluta verdade. A História passou, então, a se amparar num passado tido como o passado oficial, o que continha as ações e os atos que haviam sido operados pela chamada classe dominante do sistema. Desta maneira, a diplomacia e os fatos de natureza bélica são o único subsídio do “alimento” da História do homem.

No entanto, na passagem do século XIX ao XX, o prenúncio de uma mudança de paradigma passa a ser percebida entre aqueles que se ocupavam das ciências. Algumas intuições ganham *status* de idéias para, mais à frente, vir a se tornarem novas e revolucionárias teorias. Um exemplo ilustrativo deste processo é a Teoria da Relatividade proposta por Einstein.

Einstein coloca, então, na berlinda, o paradigma da ciência natural, ao questionar idéias atuais e lançar novos preceitos a respeito da matéria e do binômio tempo/espaço. Isso, por si só, já foi o suficiente para colocar em polvorosa a comunidade científica da época e, em dúvidas, todo o paradigma que fomentava a ciência de então. Sobre esta questão de surgimento de novo paradigma, Nascimento (2005) esclarece que o surgimento de um novo paradigma não impede que as ciências, sejam elas quais forem, se reorganizem, e assumam novos enfoques pela reordenação de seu campo teórico, para, enfim, avançarem em relação aos conhecimentos até então adquiridos.

Kuhn (2001) defende a superioridade que deve ter uma nova teoria em relação às já existentes no paradigma atual, para que esta mesma nova teoria seja aceita paradigmaticamente.

Assim, em meio a uma movimentação, que apontava mudanças no contexto científico desta fase de transição, outras áreas do conhecimento humano passam a perceber essa nova possibilidade de paradigmas, como por exemplo, a própria História.

Pensamos ser necessário apresentar a concepção de paradigma defendida por Kuhn que usa o termo para designar um modelo global de racionalidade científica, que admite variedade inter, mas que se distingue e defende de duas formas de conhecimento não científico potencialmente perturbadoras e intrusas, que, segundo o autor, seriam: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos.

Como podemos observar, há certo isolamento em relação a determinadas formas de conhecimento de natureza humanista, quando o assunto é o surgimento de um novo paradigma que busca *status* de ciência. A História passa a ser questionada desta feita, quanto aos seus aspectos centralizadores e elitistas, positivistas e lineares; aspectos esses, até então, inquestionáveis e oficiais – como a ciência. Passa a ser instituído no universo do historiador uma nova modalidade de escrever a História, que, de agora pra diante, se reveste com outra roupagem, diferenciada da anterior pelo seu aspecto detalhista, dialógico e pulverizador. Com isso, o que muda é a própria matéria com a qual o historiador se detém para que possa escrever a História.

Não há mais, assim, a idéia de História única e acabada; serão, então, várias frentes de abordagem que poderão ser disponibilizadas a quem se interessar em querer “contar” o passado e trazê-lo ao presente: não de maneira definitiva, mas de forma progressiva e sempre susceptível a circular para debruçar-se sobre si mesma, refazendo-se e ressignificando-se.

E é a partir da década de setenta, no entanto, que uma nova noção do que se entende por interdisciplinaridade passa a fazer parte do arcabouço teórico-metodológico desse novo paradigma científico, o que cria novas possibilidades, para que se sistematizem novos tipos de disciplina, entre elas a H. L. Para confirmar isso, pensamos como Nascimento (2005), que acha ser exatamente o fato da adoção da interdisciplinaridade pretendida pelo novo paradigma da ciência, na década de 1970, e, ainda, em vigência, no ambiente intelectual da atualidade, o imenso desafio para a consolidação da H. L.

A partir de então, a HL passa a se nutrir, cada vez mais, deste clima de pretensão dialogal, que determinava a essa nova noção de interdisciplinaridade. É justamente do que necessitava esta disciplina com ares de recém-criada, que enxergava aí, assim, toda a fundamentação da sua própria natureza de complexidade *intra* e *inter*, conforme reforça Nascimento (op.cit.: 15), quando argumenta:

Ela (Historiografia Lingüística) trata das relações complexas em que a Lingüística e a História se organizam entre si, de forma convergente, no tratamento da língua. A complexidade desta interdisciplinaridade permite o conhecimento da

língua e do homem e de tudo que com eles se relaciona. (grifo nosso)

(...)

Nessa perspectiva, o fato de a Lingüística e a História não serem regidas por leis, não serem deterministas, contribui eficazmente para que HL se consolide com base no diálogo e nas inter-relações, adquirindo cientificidade em torno dessas particularidades.

Por esse “diálogo” pelo qual perpassa e pelo qual é perpassada, a HL postula, ao pesquisador que dela se serve, uma determinada base de conhecimento, cuja dimensão supera as meras expectativas que faziam parte de seu entorno e contexto. É como se nos apresenta a HL, na sua relação com a imensa gama de conhecimentos e informações que ela contém, pois é importante afirmar que, pela HL, de modo particular, por sua atitude multidisciplinar e por sua preocupação hermenêutica, podem-se identificar, no documento, as pistas que nos revelarão melhor a sociedade, o homem e a língua. Seria a mesma coisa que se o pesquisador se tornasse capaz de depreender o que está materializado no documento e, por sua experiência atual, reconhecer, de maneira mais ampla, os elementos da realidade passada e compreender mais profundamente a si mesmo, o contexto em que vive e programar o futuro. Por isso, ter bom conhecimento das teorias e das metodologias em Lingüística não é o bastante para o pesquisador. Além desse domínio específico, tal pesquisador deve ter conhecimento profundo da História intelectual e apreender as contribuições de outras ciências, a fim de exercer, com eficiência, seu ofício.

Como vimos, há a necessidade de que o pesquisador da HL esteja munido de um reconhecido arcabouço intelectual, o que, por si só, já seria o reconhecimento de uma disciplina com elevado grau de complexidade.

Quando afirmamos que a língua e a história devem estar intrinsecamente ligadas na visão do historiógrafo da língua, estamos querendo afirmar, outrossim, que o caráter da história, quando a consideramos inserida num processo de mutação, se confunde com o próprio caráter da língua, pois está ela enredada pela e na história, adquirindo, assim, o seu aspecto principal de não imutabilidade.

Como afirma Nascimento (op. cit.:18) sobre o assunto

Vale ressaltar que é necessária e natural na língua a mudança. Negar as mudanças na língua significa acatar uma redução na compreensão do objeto lingüístico. As alterações nos costumes, nas idéias em todos os setores da vida humana e, por conseguinte, no mundo, impõem, naturalmente, transformações lingüísticas. A mudança resulta, nessa perspectiva, de transformações históricas, indicadoras de necessidades socioculturais.

E será esta relação entre língua e história, que vamos apresentar a seguir.

1.3. Concepções e princípios teórico-metodológicos da Historiografia Lingüística –

Ao surgir, no cenário das idéias e das ciências, uma disciplina nova, com novas propostas, é esperado de tal disciplina que se mostre à comunidade acadêmica e científica de modo que seus aspectos inatos e precisos possam convencer essa comunidade. Entendemos por aspectos inatos e precisos todo o aparato teórico-metodológico que abarca e é abarcado por uma disciplina de natureza científica; para nós, a idéia de rigor científico, nada mais seria do que o “seguir à risca” tudo aquilo que é defendido pelo paradigma concernente à mesma área da disciplina em questão.

Em nosso caso, tornaremos explícito o que entendemos como sendo o aparato teórico-metodológico da HL. Em primeiro lugar, esclarecemos, com Nascimento (2005), qual é o papel precípua da HL, não deixando dúvidas sobre o objeto mesmo de seu interesse. Como pudemos observar, o objeto da HL não se trata apenas de uma abordagem diacrônica no que se refere à língua; é muito mais, pois é o próprio processo de relação desta língua com a história – história entendida aqui, não somente como decalque de uma linha temporal, linear e objetiva, mas como processo nunca acabado de determinado complexo espaço-temporal, fruto de intenso envolvimento sócio-político dentro do qual o homem surge como principal ator. Sócio-político porque humano, complexo porque multidisciplinar, têm os pesquisadores da HL se pautado numa

determinada multidisciplinaridade. A HL, tendo como fundamental a questão da perspectiva histórica de abordagem da língua, se constitui pela multidisciplinaridade e se envolve com o desenvolvimento do saber lingüístico no tempo. Assim, a HL deverá selecionar as diferentes práticas lingüísticas, por exemplo, a eloquência, a gramática e a história de seu ensino, a compilação lexicográfica até as comparações entre línguas.

Como vimos, a situação de enredamento na qual se encontra a HL é, num só tempo, escopo e fruto de sua natureza estrutural. A HL se sustenta, em seu aparato teórico-metodológico, segundo alguns princípios, conforme postula Koerner (1995,1996).

Princípio da Contextualização – este princípio refere-se à reconstituição dos contextos sociocultural e político-histórico, à época do surgimento do documento a ser analisado; estabelece o clima de opinião geral do período em que o documento foi produzido; isso significa que o documento a ser examinado deve ser constituído sempre a partir de seu contexto histórico-cultural, das concepções lingüísticas, sócio-econômicas e políticas em circulação na época de sua produção. Esse princípio visa a dar sentido às informações materializadas no documento e ajuda o historiógrafo da língua a perceber detalhadamente os dados ali inscritos e sua relação com a historicidade. O período e as condições em que o documento foi escrito, mais o autor, o tipo de organização, a capa, a tiragem, prefácio, introdução, sumário, todos esses elementos servem de referência para dar sentido ao documento. Enfim, conforme Koerner (1995), o que existe é uma relação entre as idéias lingüísticas e as outras correntes intelectuais de seu tempo. Para o autor, até mesmo devem ser levadas em consideração as influências de natureza sócio-econômica e política no momento da reconstituição do período do documento a ser investigado.

Princípio da Imanência – este princípio se ocupa da “manutenção” das características originais deste documento. O princípio da imanência diz respeito ao levantamento das informações e ao estabelecimento de um entendimento maior, tanto no que se relaciona à Lingüística, quanto à História, que nos permite considerar a Escritura em sua materialidade lingüística, nos limites próprios do texto. Esse princípio visa a levar o pesquisador em HL a “recordar” o passado e a não interferir com concepções, dados e terminologias atuais no processo de investigação do documento selecionado. O princípio da imanência ditará a diretriz da investigação do objeto analisado; produz um efeito restaurador do passado e possibilita a compreensão do

documento e, somado ao princípio de contextualização, constitui-se como uma orientação segura para a operacionalização do processo de interpretação.

Princípio de Adequação Teórica – este princípio refere-se às necessárias adaptações a serem executadas ao documento a ser estudado no sentido de permitir um exame à luz dos dias de hoje. Para que o documento analisado seja devidamente apresentado, respeitando uma interpretação viável, é necessário que este princípio faça o “ajustamento” do mesmo ao momento em que se dará a análise. O historiógrafo da língua introduzirá aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro conceitual de trabalho, que lhe permita uma melhor apreciação de um determinado conceito. O pesquisador deverá trazer na bagagem, um conhecimento razoável do passado em que foi processado o documento investigado. Esse princípio requer do pesquisador a compreensão do passado, presente no documento e, posteriormente, requer também a sua interpretação, à luz de tendências modernas, dos dados registrados nele. Trata-se, pois, de uma atividade de interpretação do passado. Assim, numa espécie de hermenêutica, fatos do passado serão realçados e apresentados, na atualidade, de forma que se tornem socialmente úteis e necessários ao homem.

1.4. Metalinguagem em Historiografia Lingüística

Quando o historiógrafo da língua se debruça sobre o documento lingüístico, ele se mune com o mesmo código lingüístico de que é feito o documento. Desta maneira, tem-se o código investigando o próprio código, isto é, o idioma passa a exercer dois papéis fundamentais para a análise historiográfica: o de objeto e o de ferramenta de investigação deste objeto. A esse processo, dá-se o nome de metalinguagem.

Como se trata de documentos de natureza lingüística e a análise implica, obviamente, a aplicação do próprio idioma, dizemos que este processo de análise se desenvolve segundo a prática da metalinguagem.

O documento, sendo portador das marcas da realidade do momento em que fora escrito, se oferece ao pesquisador como algo a ser por ele interpretado; desta forma, o historiógrafo encontrará aspectos de uma ideologia carregada pelo autor deste documento, que deverá ser tratada com o máximo de transparência e de imparcialidade por quem sobre ele – o documento – se debruçar.

A noção de metalinguagem, segundo Koerner (1996), tem origem em postulados matemáticos e filológicos e, para que surta efeito desejado na investigação de um

documento, é preciso que, após a aplicação do recurso da metalinguagem, o investigador consiga operacionalizar os três princípios aos quais já fizemos referência neste capítulo.

O termo que é disputado quanto a sua vez primeira de uso. No entanto, segundo Koerner (1995) (...) atribui-se frequentemente a Tarski a primazia pelo uso do termo. Koerner entendeu que se deve sempre distinguir entre linguagem sobre a qual se fala, da linguagem na qual falamos, assim como entre a ciência que é objeto de nossa investigação, da ciência na qual a investigação é posta em prática.

Como podemos observar, a distinção que se deve fazer entre língua-objeto e língua-instrumento constava da “pauta” de alguns estudiosos da matemática e da lógica. Em Lingüística sempre houve, no entanto, a preocupação em não cruzar essas duas instâncias nas quais é colocada a língua num processo de investigação historiográfica, como bem assinalou Koerner, quando alguns investigadores notaram que o uso de uma língua ‘natural’, normal, para descrever e analisar línguas ‘naturais’ pode acarretar o perigo de uma sutil confusão entre dois níveis, o da ‘linguagem-objeto’ e o da ‘metalinguagem’.

Nas palavras de Koerner, o historiógrafo da língua vive como num dilema, pois correrá o risco ou de cair num historicismo positivista, por meio de uma hermenêutica impermeável e deveras rígida, sem resultados concretos para o presente corrente, ou refará o percurso a partir do passado onde está inserto o documento, visando a uma interpretação superficial e distorcida para apresentar ao presente.

Pensamos que a metalinguagem tem o propósito precípuo de “mediar” as marcas do passado, visando ao presente, na apresentação do objeto pesquisado, a fim de que não ocorra o exagero a nenhum extremo ou o excesso de historicismo, com riscos de uma não apresentação adequada, ou uma distorção do aspecto contextual do documento estudado.

Partiremos agora a uma classificação da metalinguagem, segundo alguns critérios práticos de sua utilização. A metalinguagem, a partir de estudos de Almeida (2003), pode ser classificada em: metalinguagem científica, metalinguagem de usos, metalinguagem de apropriação, metalinguagem literária e a metalinguagem crítica ou de formas.

A *metalinguagem científica*, no dizer de Almeida (op.cit.:93), é que atribuirá o caráter de ciência à pesquisa do historiógrafo da língua; ela é empregada, sobretudo, quando há uma grande distância entre o hoje do pesquisador e o momento passado em que o documento fora elaborado. A autora traça, à guisa de comparação, um paralelo

entre a língua-objeto, a língua do documento a ser investigado e a língua-metalinguagem com a qual se fará a investigação, os registros e as adaptações referentes à língua do documento. Segundo a autora

A julgar pela atualidade em que a metalinguagem se insere, ela dispõe de mais recursos teóricos para descrever e explicar a língua-objeto, em nada inferior, pois cada época imprime à língua sua história, essa sim, mais ou menos rica, dependendo do espaço, das civilizações e principalmente do modo como é abordada.

A metalinguagem científica tem o objetivo de apresentar a língua-objeto de uma maneira acessível à comunidade científica.

A *Metalinguagem de Usos* é a técnica de abordagem da linguagem focada na palavra, na estrutura. Esse tipo de metalinguagem é utilizado pelos falantes na vida ordinária do cotidiano, sempre quando existe a necessidade de falar sobre a própria língua que, nesses momentos, passa a língua-objeto. Segundo Almeida, trata-se de auto-designação, auto-referência, pois que a língua tende a se voltar para si mesma, na designação, na análise, na crítica e na abordagem de suas propriedades ou características.

Quando determinada língua está servindo para a interpretação de determinada realidade sociocultural e histórico-política, ao virar objeto de investigação, ela se transformará na peça-decalque sobre a qual a metalinguagem de usos focalizará seu instrumento investigativo, a fim de tornar explícitas as marcas desta realidade.

A *Metalinguagem da Apropriação* é uma espécie de seqüência que se estabelece numa relação próxima ao texto ou documento; esta seqüência se dá, primeiramente, a partir de uma paráfrase e de uma estilização, quando se estabelece um conjunto das similaridades, ou seja, está-se preso ainda ao texto ou documento original; em seguida, dá-se pela paródia e pela apropriação, conjunto das diferenças, quando o produto da metalinguagem de apropriação já revela características próprias e originais.

Almeida nos revela que a paródia e a apropriação, ambas, apresentam força libertária, ou seja, com elas ocorre o apagamento das marcas do texto-fonte, ao mesmo tempo em que surge o novo texto, com novas marcas bem distanciadas das do texto

original. A autora continua traçando características identitárias à metalinguagem de apropriação, chegando a compará-la com a técnica de colagem nas artes plásticas que surgiu a partir de 1916, para, mais à frente, arrematar que a apropriação é a radicalização da paródia que, por sua vez, se opõe à paráfrase e diverge da estilização.

A Metalinguagem Literária, segundo Almeida (op. cit: 124)

Ocorre com a proposta de novas formas de articular a linguagem literária, em especial a linguagem poética. É uma possibilidade de demonstrar o desgaste das formas que, de certo modo, estão em desacordo com as diretrizes de trabalho do poeta, em sua arte de “fazer poesia”. Por esse meio, o poeta faz uma espécie de revisão de sua atividade, quando ele parece dialogar com a arte. E termina o raciocínio: É uma metalinguagem explícita que tem por função implícita, mas concreta, uma mudança de direção.

Esse tipo de metalinguagem mostra o poeta peculiarmente vinculado com a sua própria atividade de “fazer poético”; ao mesmo tempo em que ele oferece ao leitor a poesia como um produto, torna explícita a atividade de poetar, revelando, talvez, o que se passa em seu universo interior de criador, sem, no entanto, revelar-nos o motivo, ainda que possa ser uma mudança de direção.

Podemos dizer com Almeida que o escritor, para que se discutam as funções, objetivos ou mesmo métodos de fazer sua arte, se baseia na própria obra de arte. Esse tipo de metalinguagem possibilita-lhe compartilhar com seu leitor/ouvinte de um pouco de seu processo de construção artística, levando, a ambos, a refletirem de maneira objetiva e orientada sobre a tradição artística, o que, é óbvio, abre possibilidades à mudança. É o que confirma Almeida, quando nos diz que a metalinguagem literária institui outras e novas dimensões à organização textual e aos temas. Abre caminhos no “cipoal das tradições”, por meio de uma ação inovadora da produção literária.

Alguns autores consideram a arte literária como essencialmente metalingüística, como, por exemplo, Chalhub; mas, para nós, o que interessa à nossa pesquisa é a noção

de metalinguagem trazida e utilizada por Almeida (op.cit.:125) no decorrer da sua pesquisa.

Nosso recorte está centrado na literatura que reflete, de algum modo, o processo de construção do texto, nele incluindo palavras denotadoras do fazer poético. É uma maneira de o poeta deixar expressa a essência da arte, quer por alguns vocábulos que a ela se remetem, quer por mecanismos sintáticos, quer por quaisquer outros mecanismos de elaboração do fazer poético, gerando concepções de como o poeta concebe seu trabalho.

Tal metalinguagem tem o propósito de despir os termos lingüísticos de suas cargas semânticas convencionais, o que abre perspectivas que possibilitam um questionamento do real, bem como uma preocupação voltada para referências do que se toma por convencional e por não-convencional, na configuração da linguagem literária.

É a possibilidade de um diálogo com a linguagem, o que cria a expectativa de inovações. A metalinguagem literária, pelo seu aspecto dialogal com o próprio fazer poético, estabelece um parentesco com a metalinguagem de usos, por ser esta também propícia ao processo dialogal com a própria língua. Por suas características de aplicação, ambas se equiparam a uma espécie de técnica de transição, criando um tipo de ancoragem para a proposta de renovação.

E essa possibilidade de “reconstrução” do universo desse fazer poético e literário se oferece ao poeta e ao leitor de forma retrospectiva, pois a compreensão de um texto exige sua análise; logo, deve-se fazer o processo inverso, decompondo os elementos originais presentes no processo. É assim que se faz presente a metalinguagem literária.

A metalinguagem crítica ou de formas objetiva esclarecer os pontos de vista do autor do texto literário, a arte literária, como mostra Almeida. Assim, torna-se reveladora de “verdades”, embora sejam intrínsecas à própria arte, por ser ficção. A metalinguagem crítica ou de formas rastreia o significado do universo que lhe é exterior, por isso, palco para o artista criar.

O processo de seleção lexical, a combinação sintática, as imagens poéticas, tudo isso dá marcas e sinais de como se encontra o criador naquele contexto em que fora

criada a sua obra. Os elementos lingüísticos constantes numa obra poética são prenes de revelações sobre a realidade do artista e seu universo crítico devido à natureza ambivalente desses elementos. Assim sendo, devemos nos ater a Almeida, quando nos diz que existe certa ambigüidade revestindo a carga semântica, o que possibilita mais de uma forma de apreender a realidade, visto ser a obra uma portadora da realidade plural. É crítica e por isso é metalinguagem.

É interessante relacionar este tipo de metalinguagem com o tipo de metalinguagem de usos, pois enquanto esta possui aspectos objetivos, diretos, aquela opera segundo postulados subjetivos da linguagem ou, ainda, segundo seu nível figurado. Para Almeida, a metalinguagem crítica, quando opera no âmbito do objeto artístico, se ocupa do código para o processo de definição, mas o faz pelo tema, por recursos visuais ou sonoros; explora a particularidade morfo-fonológica do código, por exemplo, fundindo formas, processos de composição da palavra a recursos onomatopaicos ou visuais. Como os diversos neologismos criados pelo poeta, quem sabe para efeitos críticos.

As possibilidades de interpretação às quais a metalinguagem crítica expõe o leitor devem-se à natureza mesma da linguagem poética. A obra poética se fará crítica quando, pela manipulação do código, trazer uma dimensão dupla da linguagem que “diz” e ao mesmo tempo permite entrever que quem diz sabe que diz e isso é tornado visível pela construção do poema.

Almeida reflete, também, sobre a postura crítica do criador no momento da construção da sua obra, dizendo que os textos são construídos a partir das concepções do poeta que ele deixa transparecer, é o que o poeta, de alguma maneira, entende como “poesia”.

A escolha dos vocábulos, por si só, já representa um aspecto importante e esclarecedor do “estado de espírito” do poeta, ao se envolver no processo de construção poética. Assim informa Almeida (op.cit: 132):

A metalinguagem crítica se faz também pelos significados temporal e locativo de certos vocábulos que implicam dupla possibilidade de interpretar o poema. Com isso, contribuem mais uma vez a liberdade de forma e a ausência de pontuação, fortes aliadas da liberdade de

construção. São técnicas que ampliam as possibilidades de reflexão, d crítica, de busca de novas leituras, e até de contradições.

Na análise da amostra desta pesquisa, – a Sexta Carta, das Cartas Chilenas - utilizaremos o tipo de metalinguagem conhecida como literária, por acreditarmos que, por ela, poderemos refazer o percurso percorrido pelo autor das cartas; como, para nós, o que importará nesse documento são os aspectos relacionados ao gênero carta, levantar como se deu o processo de escrita por parte de Critilo nos será de grande valia.

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Contextualização, como já observamos, é um dos princípios propostos por Koerner para a epistemologia da HL.

O presente capítulo está organizado em quatro itens: O contexto histórico e sócio-político do século XVIII; os árcades no Brasil e Tomás Antônio Gonzaga; Concepções Lingüísticas do século XVIII. Questões gramaticais do século XVIII têm como objetivo recriar o clima de opinião e os aspectos da época em que se insere o nosso documento de pesquisa – o século XVIII, e, por fim, o argumento de influência.

2.1. Contexto histórico e sócio-político do século XVIII

O século XVIII se divide em pré- e pós- 1800. Grandes personalidades políticas, filosóficas, religiosas, fatos historicamente relevantes, embates, vitórias triunfantes, derrotas arrasadoras e o surgimento de uma nova classe social – a burguesia - rechearam completamente este século que ficou conhecido como “O Século das Luzes”.

Duas grandiosas figuras tornaram-se representativas deste período: são os pensadores franceses Voltaire e Rousseau. O primeiro é teísta, usa da figura de Deus, a fim de impor temor às massas e obrigá-las a manter obediência às leis. Estava ele satisfeito com a chamada reforma política, cuja mão poderosa destituiu o absolutismo reinante e lançou as bases para uma construção do aparato burguês.

Voltaire escreveu, entre outras, duas obras representativas de seu pensamento: *Cartas Filosóficas* e *Cândido*, ambas de natureza crítica ao Absolutismo e ao Clero, e que contrapunham a estrutura político-social da França ao modelo liberal inglês. Rousseau, nas palavras de Oliveira (1972) é o gênio que deu forma às democracias, transferindo de Deus ao povo a origem do poder. Rousseau, ao acabar com o mito do “pecado original”, criou outro, que é o do bom selvagem; também converteu a

sociedade em agente deformador do homem; inventou os consensos de maioria; esvaziou a autoridade genealógica e impôs o império da virtude.

Enquanto Voltaire se contentava com a reforma, Rousseau buscava a revolução. Nas palavras de Oliveira, o romance filosófico de Voltaire ironizava as evidências arcaicas, enquanto que Rousseau, por meio do romance político, indicava novas vias.

Os ideais iluministas, que encontraram solo fértil no século XVIII advinham, de certa forma, dos questionamentos surgidos nos dois séculos anteriores –XVI e XVII – e que tinham como escopo a anteposição da razão à fé religiosa. Tal estado de coisas teve reflexo direto sobre a literatura o que contribui, nas palavras de Bosi (1985), para a justaposição de dois momentos ideais: o momento poético, pela tradição clássica (Arcádia) e o momento ideológico, que traduz a crítica da burguesia culta aos abusos da nobreza e do clero (*Ilustração*). A influência italiana foi fundamental para que, na primeira metade do século, em 1724, fosse fundada, em Salvador, Bahia, então sede do governo, a primeira academia no Brasil – Academia Brasílica dos Esquecidos. Um século antes, em 1628, fora fundada a primeira academia em Portugal.

Até 1759, seriam fundadas mais três academias, que cultivavam ainda o espírito Barroco em que os estilos gongóricos e conceptistas ditavam as regras dos trabalhos então produzidos. Tais trabalhos se reduzem a estudos de inspiração nativista, destinados à historicização e à exaltação da terra brasileira. São desse período, autores como: Sebastião da Rocha Pitta, Frei Manuel de Santa Maria Itaparica, Frei Gaspar da Madre de Deus – autor de *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*.

Nesse clima incipiente de produção poética, surgem alguns autores que, embora nascidos no Brasil, fizeram carreira acadêmica em Portugal, são eles: Matias Aires, doutor de Coimbra e que, à maneira de La Rochefoucault, escreveu *Reflexões sobre as Vaidades dos Homens* (1752) – tema bíblico, mas à luz do Iluminismo; Antônio José da Silva, o Judeu, notabiliza-se como teatrólogo e acaba condenado pela Santa Inquisição à fogueira; Domingos Caldas Barbosa era mulato e, em Portugal, fundou a Nova Arcádia sob o pseudônimo de Lerenio Selinuntino – imprimiu, em suas obras, muito de seu “estilo brasileiro” denunciado na sintaxe, no vocabulário e, sobretudo, na “preguiçosa doçura” de seu temperamento; Teresa Margarida da Silva autora das *Aventuras de Diófanos*, tinha pseudônimo de Dorotéia Engrássia.

Sob o ideal científico do Iluminismo é fundada em Portugal, em 1780, a Academia Real das Ciências, de cunho científico e voltada para as seguintes áreas do saber: Ciências Naturais, Matemática e Belas-Artes. Figuras ilustres, que militaram

nesse espaço, legaram obras de subido valor: *Dissertações Cronológicas* (1798) do cômego João Pedro Ribeiro; *Índice Cronológico dos Descobrimentos* do Cardeal Saraiva, que travou acirrada batalha contra os galicismos na língua portuguesa e defendia a origem celta e não latina dela.

Ainda na esteira de Portugal, se bem que sempre com relativo atraso, funda-se, no Rio de Janeiro, por iniciativa de Silva Alvarenga, a Sociedade Científica que, de curta duração, reaparece, em 1782, como Sociedade Literária. A ela pertenceu o marquês de Maricá que, juntamente com os outros integrantes dessa sociedade, fora perseguido pelas autoridades governamentais, acusado de confabular ao lado dos inconfidentes. A sociedade foi fechada e Silva Alvarenga – o mais moderno dos poetas do grupo e autor de *Glaura*, versos de tom marcadamente arcádico – é condenado a dois anos na prisão.

No século XVIII, mesmo que não houvesse universidades, nem imprensa, nem tipografia ou ainda biblioteca no Brasil, o ensino se pautava, sobretudo, pelo que se ensinava nos colégios dirigidos pelos jesuítas, que não deviam nada aos outros centros de ensino, a ponto de Vieira, à época, sem sair do seu noviciado, tornar-se o mais culto, o mais comentado e o mais traduzido dos pregadores portugueses.

Para alcançar a instrução superior, alunos partiam rumo a Europa – a maioria para Portugal, e certo número para a França – daí que as idéias francesas, que redundariam com a Revolução (1789), penetravam no Brasil, via Portugal, contaminando as elites intelectuais. Os livros que chegavam ao Brasil, apesar de filtrados, via Portugal, e do confisco do governo metropolitano, não deixavam de adquirir certa aura de proibição; já que não havia tipografia nenhuma no país. Criou-se uma em 1747, mas que acabou extinta por decreto do governo português. Somente em 1808, com a instalação da Corte, na chegada da Família Real, é que se funda uma Imprensa Régia no Brasil.

O ano de 1750 assiste a importante episódio que transformaria a organização do ensino em Portugal e também no Brasil: a nomeação, como ministro de Portugal, de Sebastião José Carvalho – o marquês de Pombal. Alguns autores contemporâneos, como Sebastião da Rocha Pitta, Pedro Jacques de Almeida –este historiador- produziram obras com espírito de brasilidade. Os autores dessa época, rezando ainda na cartilha do movimento Barroco, estruturavam seus textos a partir dos ditames dos estilos cultista e conceptista. Com a expulsão dos jesuítas, instaura-se um ensino voltado ao culto das ciências físico-naturais; mas deve-se ressaltar que já os padres oratorianos ensinavam na

contramão do que era o ensino religioso, o que englobava a filosofia cartesiana e o estudo das ciências experimentais. São criados, em 1776, pelos padres franciscanos no Brasil, os cursos literários e teológicos, ficando a cargo dos franciscanos da Província de Nossa Senhora da Conceição do Rio de Janeiro, a organização dos estudos superiores de seus conventos, em consonância com a chamada restauração – proposta por Pombal – dos Estatutos da Universidade de Coimbra, em 1772. No entanto, com a expulsão, em 1759, dos padres jesuítas, ocorre verdadeiro abalo – destruição mesmo – de todo um sistema de ensino colonial brasileiro, só recuperado, a muito custo, mais tarde, em Portugal, a partir de 1761, com a fundação do Colégio dos Nobres e no Brasil, em 1798, com a institucionalização do Seminário de Olinda, por iniciativa do bispo Dom José Joaquim C. Azevedo Coutinho.

As questões de natureza econômica que pairam sobre o referido século suscitam expectativas singulares, quando desconhecemos os fatos históricos que, àquela época, vinham acontecendo. Prado Júnior (1994:49) relata sobre as condições precárias às quais se vê inserido Portugal, recém-saído do domínio espanhol, que perdurou entre 1580 a 1640. Sobre esta “libertação”, escreveu:

Portugal saíria arruinado da dominação espanhola, a sua marinha destruída, o seu império colonial esfacelado. Os Países-Baixos e a Inglaterra, com que a Espanha estivera em luta quase permanente, ocuparão, para não mais a devolver, boa parte faz possessões portuguesas.

A partir daí é que o reconhecimento de possuir somente o Brasil como colônia relevante e o conseqüente medo de perdê-lo, fizeram com que Portugal recrudescesse o seu domínio sobre o país sul-americano. Assim esclarece o Prado Júnior (op.cit.:49):

Estava definitivamente perdido para Portugal o comércio asiático; as pequenas colônias que ainda conservará no Oriente não têm expressão apreciável. Efetivamente só lhe sobriariam do antigo império ultramarino o Brasil e algumas posses na África.

Portugal, contudo, tem de lutar contra alguns invasores como, por exemplo, os ingleses e os holandeses, o que gerou, após a expulsão definitiva, desses últimos, em 1654, uma mudança na maneira de olhar para o Brasil. Prado Júnior afirma, também, que as circunstâncias de então determinaram profunda modificação da política de Portugal no que diz respeito à colônia. A prosperidade, a própria existência do Reino europeu passavam a depender exclusivamente dela. Era preciso, pois, tirar da colônia os maiores proveitos e partidos possíveis.

É claro que também para a colônia esta mudança de postura portuguesa implicara mudanças e transformações substanciais. Por isso e também pela corrida do ouro grassando no Brasil-colônia, é que devemos considerar o extremo interesse de Portugal por essas glebas. Sem poupar vidas ou discursos, Portugal comandava com mão de ferro aquilo que, para o Império, constituía-lhe uma verdadeira “*mina de ouro*”.

O clima de insurreição, envolvendo magistrados, advogados, poetas e gente do povo, atinge o seu ápice com a morte de Tiradentes. A Revolução Francesa, auge de um movimento que tinha como sustentação o aparato burguês, finca suas raízes de maneira profunda nas mentes e corações dos homens daquele século, o que culminaria com uma outra intensa transformação nesta colônia com a transferência da Corte de Portugal para o Brasil.

É nesse ambiente de turbulências políticas, econômicas e sociais que surgem as Cartas Chilenas, escritas pelo Ouvidor de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga, com o propósito de expor os desmandos do governador local, assim como os seus dispendiosos gastos com dinheiro público. Tomás Antônio Gonzaga, Critilo nas Cartas Chilenas, também deixa transparecer a sua rusga pessoal em relação ao Fanfarrão – o governador – envolvendo uma senhora local e um casamento feito às pressas.

2.2 Os árcades no Brasil e Tomás Antônio Gonzaga

O Arcadismo como movimento literário conheceu o momento culminante da nossa literatura colonial. Já em 1759, era fundada em Portugal a chamada *Arcádia Lusitana* a qual é sucedida, em 1790, pela *Nova Arcádia*. Arcádia, monte e morada do deus grego *Pan*, que servia de modelo e inspiração aos poetas do século XVIII. Eles se reuniam em parques para jogar o jogo da poesia; adotavam pseudônimos, quase sempre relacionados ao ambiente pastoril e bucólico, que serviam como máscaras para ocultar seus verdadeiros *status*. Daí a idéia de fingimento que caracterizou tal movimento

literário. No Brasil, não se tem registro da existência de alguma Arcádia; há, porém, indícios de uma chamada *Ultramarina*, mas sabe-se também sobre a causa de tais indícios: o livro *Obras Poéticas* publicado no ano de 1768, em Coimbra, pelo poeta Cláudio Manuel da Costa que, juntamente com Alvarenga Peixoto, Tomás Antonio Gonzaga, José Basílio da Gama e Santa Rita Durão, pertencera à Escola Mineira.

Tomás Antônio Gonzaga, português de nascimento, vem para o Brasil aos oito anos de idade e aqui estuda até 1759, ano da expulsão da Companhia de Jesus por Pombal; completa os estudos em Coimbra e, nomeado Ouvidor em Vila Rica, retorna ao Brasil; com o pseudônimo de Dirceu – daí Marília (com quem marca casamento que não se concretiza) de Dirceu. Reencontra então Claudio Manuel da Costa e, denunciado como participante da Conjuração, antes mesmo de assumir o cargo de desembargador na Bahia, é julgado e degredado para Moçambique. Muito se tem especulado sobre seu destino em África – se morrera miserável ou se reconstruíra sua fortuna à custa de um casamento com a filha rica de um mercador de escravos – e disso depende o mito romântico, criado em torno do poeta, que legou como espólio literário as 93 *liras* conhecidas por *Marília de Dirceu*.

As conhecidas *Cartas Chilenas* – de conteúdo satírico contra o Fanfarrão Minésio, Luís da Cunha Meneses, Governador da Capitania das Minas Gerais, têm a autoria atribuída a Tomás Antonio Gonzaga somente para alguns críticos, como por exemplo, Saturnino da Veiga, José Veríssimo e Francisco das Chagas Ribeiro; outros, como Sílvio Romero, Varnhagen, Lindolfo Gomes, Caio de Melo Franco e Ronald de Carvalho atribuem a outros poetas (Cláudio Manuel Costa, Alvarenga Peixoto) a autoria desses escritos. Atualmente, porém, Rodrigues Lapa, partindo de um estudo sobre um dos termos-chaves das *Cartas*, reconhece Gonzaga, a partir de dados biográficos, como o autor autêntico do documento em questão.

Cláudio Manuel da Costa, importante poeta do movimento árcade no Brasil, estudou em Coimbra após ter feito aqui, no Brasil, seus estudos básicos; retorna ao país e exerce profissão de advogado, ocupando importante cargo no governo. Embora pertencesse à era barroca, foi responsável por introduzir o arcadismo no Brasil e adotou o nome arcádico de Glauceste Saturnio.

Alvarenga Peixoto, nascido no Rio de Janeiro, doutora-se em leis em Coimbra e, quando regressa ao Brasil, tornando-se fazendeiro e minerador, sofre condenação à morte - comutada, a seguir, em degredo em África -, por seu envolvimento na malograda Conjuração Mineira. Sua esposa, pelo ocorrido, recolhe-se a um convento.

De sua vasta obra, restaram apenas: uma lira, vários sonetos e uma ode ao marquês de Pombal. É considerado por alguns críticos como o mais tipicamente arcádico da Escola Mineira.

Santa Rita Durão e Basílio da Gama são reconhecidos como os dois poetas épicos da Escola Mineira. O primeiro, monge agostiniano formado em Teologia em Coimbra, é autor do poema épico *Caramuru* – poema composto por 10 cantos em oitava rima e que foi publicado em Lisboa em 1781. A estória do português Diogo Álvares Corrêa que, para se salvar da morte nas mãos de selvagens, após naufrágio, dispara um arcabuz – daí chamado *Caramuru* “homem de fogo” pelos índios –, é contada nesse poema épico, que intencionava criar um herói e enaltecer o descobrimento da nova pátria lusitana. Não sendo muito bem visto pela crítica é apontado, contudo, como continente de “um oásis de poesia nativista como a do canto sexto”.

Basílio da Gama, participante da Arcádia Romana, adotara pseudônimo Termindo Sipílio; na época da perseguição pombalina aos jesuítas, chegou a ser acusado de jesuitismo, o que contribuiu para que dedicasse, à filha do marquês de Pombal, um *Epitalâmio* – na ocasião do casamento dela; fora o autor do poema em cinco cantos compostos em decassílabos brancos *Uruguay* - poema épico que narra o episódio das guerras entre os índios aldeados nos Sete Povos das Missões e as tropas luso-espanholas. Trata-se de poema antijesuita em que índios são poupados e vistos com simpatia – publicado em Lisboa em 1769, o episódio *A Morte de Lindóia* merece destaque.

2.3 Concepções lingüísticas do século XVIII

O século XVIII adotou algumas obras de natureza lingüística, que vieram com o propósito de aferir a principal característica da época que era a estreita relação da linguagem com a lógica clássica. Segundo essa concepção, o pensamento é diretamente revestido pela linguagem, ou seja, a lógica que rege a dimensão do pensar é a mesma que regerá a dimensão da linguagem no nível da comunicação.

Fávero (1996), em sua pesquisa sobre o século XVIII, revela-nos que três manifestações sobre o universo lingüístico merecem especial atenção por terem formado os pilares que deram sustentação à reflexão sobre a linguagem naquele século. São elas: *Minerva*, a *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal* e *Os Enciclopedistas*.

Cada manifestação apresenta sua característica própria, embora partisse, uma a uma, de um único ponto comum: a base racional e lógica. A autora atribui uma ligação causal entre a gramática tradicional e a gramática grega, via gramática latina, pois estas, a partir da herança clássica deixada por Dionísio, na Grécia, Prisciano, Donato e Varrão em Roma, forneceram o arcabouço necessário àquela. Já na Idade Média, conservava-se a teoria dos universais lingüísticos, de cujos princípios postulava-se a idéia da “Grammatica est una”, ou seja, postulava-se uma estreita ligação entre os estudos gramaticais e a lógica, quando, a gramática era sempre reputada como fazendo parte da lógica, pela peculiar relação que as operações do nosso espírito tem com os sinais que os exprime.

Todavia, se refizermos uma genealogia dessa idéia que perpassa o século XVIII, afirma Fávero (1996), descobre-se que é Aristóteles que está por trás dessa base lógica pretendida para a gramática. As manifestações lingüísticas que ofereceram o arcabouço teórico para tal base foram obras criadas em épocas anteriores ao século XVIII, como veremos.

O livro *Minerva - Minerva seu de Latinae linguae causis et elegantia* - surgiu no ano de 1587, e seu autor, Francisco Sánchez de Las Brozas, era, no dizer de Fávero, um gramático com planos em estabelecer correlação entre gramática e lógica, e que acabou por introduzir genialmente esse erro na lingüística moderna. O nome do livro deve-se à deusa da sabedoria Minerva, que representa a Razão, faculdade originária do cérebro de Zeus. *Minerva* era dividida em quatro partes: a primeira se ocupava das partes da oração; a segunda e a terceira estudam a construção dos nomes e dos verbos e a quarta e última parte estuda as figuras de construção.

Segundo Fávero, trata-se de um trabalho teórico sobre a noção de gramaticalidade confusa ainda em Prisciano (...) e agora, devidamente esclarecida: o uso (usus) e a razão (ratio) não devem ser confundidos.

Assim, a linguagem tinha certa logicidade na organização e podia ser descrita.. Como já dissemos, postulava-se uma gramática única, que se subordinasse às leis da lógica e regesse todas as línguas.

À época, na Espanha também a gramática do jesuíta Juan Villar (1651) *Arte de la lengua española* postula uma lógica apenas para todas as línguas. Em Portugal, a obra que constitui um esforço para o estabelecimento de princípios gerais é a de Roboredo.

A obra de Sanchez, fora da Espanha, teve grande ressonância o que, nos dizeres de Fávero serviu como material valioso para a Grammaire de Port-Royal. Todavia, tanto na Espanha como em Portugal, tal obra encontra dificuldade para se impor devido a obras já existentes nesses países, na Espanha, por conta de Nebrija e, em Portugal, por conta do Pe. Manuel Álvares. Nesse último caso, Fávero, (op.cit.) diz que Verney alertou sobre a superioridade da obra de Sanchez em relação a do Pe. Manuel Alvares. São suas as palavras a respeito dos três grandes homens (Sánchez, Scioppio, Vóssio) os quais seguiram em tudo e por tudo os melhores Gramáticos que depois houveram, e que devem seguir os que têm juízo para conhecer como se deve estudar a Latinidade.

Sanchez faz uma relação entre a arte e a ciência, quando procura definir o conceito de gramática; ele assevera que a gramática deve ser científica e ter como finalidade a oração. Só que este conceito apresenta vantagens e desvantagens pois, ao colocar a oração no centro de seu interesse e considerá-la como unidade básica de análise, desconhece o significado léxico deliberadamente: a palavra apenas interessa então como categoria, primária ou parte da oração, e os fenômenos de desvio, que ocorram na palavra mesma, escapam aos interesses da gramática.

No dizer de Fávero, Sanchez limita, assim, o objeto da gramática às palavras e à sua função, excluindo, por exemplo, a lexicografia.

A gramática, até o século XVIII com Soares Barbosa, era dividida, desde Prisciano no período medieval, em quatro partes: ortografia, etymologia, sintaxe e prosódia. Sanchez não aceitava esta divisão, pois a sintaxe para ele envolvia também a morfologia. Lingüisticamente, a morfologia não possui um objeto real e autônomo; ela não pode constituir uma disciplina distinta da sintaxe; daí a dificuldade em analisá-la separadamente.

Sanchez define, ainda, as partes da oração como sendo três: *nomen*, *verbum* e *partículas*, que são três e invariáveis: preposições, advérbios e conjunções. A interjeição não constitui parte da oração. Sua conceituação de **verbo** e de **nome** era morfológica, assim como a idéia de que o **caso** seria tanto quantos fossem as relações que eles pudessem expressar. Sua noção de **gênero** era a mesma postulada por Varrão: *masculino*, *feminino* e *neutro*, só que negando o *neutro*, pois para ele, o neutro não é um gênero, mas a negação dos outros dois existentes. A conceituação clássica de verbo ainda era a de Dionísio, e Donato a adotou, sendo então **verbo** parte da oração sem caso, susceptível de expressar tempos, pessoas, números, ação ou paixão. Como vemos, ainda é uma conceituação morfológica.

Sobre as partículas, já dissemos que são três: *preposição, advérbio e conjunção*. A conceituação de preposição, que poderia vir elíptica, também é morfológica; o advérbio recebia uma extensa classificação enquanto modo, uma vez que essa classificação não era atribuída ao verbo por Sánchez, a partir de Scaliger.

Quanto à sintaxe, Fávero diz que, na *Minerva*, a sintaxe pode ser natural e figurada e que o segundo e o terceiro livros da *Minerva* tratam da construção dos nomes e verbos (...). Prossegue afirmando que a construção compreende concordância e regência. Diz, ainda, que Sanchez examina a concordância do adjetivo com o substantivo, do nome com o verbo e do relativo com o antecedente e conclui dizendo que nessa análise introduz sempre a figura da elipse para preencher os vazios que ocorrem quando se usa a linguagem fora da lógica.

Sanchez reconhecia somente duas espécies de verbo: a espécie ativa e a espécie passiva, e apresenta vários exemplos ilustrativos do uso dos verbos. Para explicar, ainda, algumas construções com dativo, genitivo e as introduções por preposição utiliza da construção com elipse. Com relação às figuras de construção, Sanchez dedica o estudo contido no quarto livro. Para Sanchez, as figuras de construção são a elipse, o pleonismo, a silepse e o hipérbato e são as únicas que existem.

Quanto à influência da obra *Minerva*, Fávero nos diz que Chomsky, por exemplo, descarta a influência da obra de Sanchez sobre os estudos racionalistas dos séculos XVII e XVIII; porém, a par de tudo isso, confirma ter sido a *Minerva* de Sanchez a base para o desenvolvimento das teorias racionalistas posteriores, como, por exemplo, Lancelot, que confirma *Minerva* sendo a inspiração para seus estudos. Nota, ainda, Fávero a ocorrência de uma inseparabilidade, em Sanchez, entre a Gramática e a Retórica, pois a consciência da inseparabilidade das duas está sempre presente em Sanchez, embora este mantenha clara a distinção entre elas, visto ter finalidades diferentes.

Fávero (op.cit.:105) conclui seu estudo sobre Sanchez, resumindo a característica principal *del Brocense* da seguinte forma:

Para Sánchez, a gramática é uma ciência cujas causas devem ser investigadas pela razão, porém muitas vezes abandona os parâmetros racionalistas e estuda os fatos gramaticais como puramente gramaticais,

colocando-se ao lado de lingüistas modernos.

Segundo Fávero, o aspecto lógico da obra *Grammaire*, publicada em 1660, deve-se a uma outra obra lançada por um de seus autores que leva o título de *La logique ou l'art de penser*. A *Grammaire* surge num contexto propício ao discurso racionalista, haja vista que a publicação da obra máxima de René Descartes – *Discours de la méthode* – datar de vinte e três anos antes. Pode-se dizer que a relação intrínseca entre lógica e gramática deve-se à preocupação que esta última causou a um dos autores da *Grammaire*, Lancelot, prova disto são algumas obras na área que foram escritas por ele, por exemplo, uma no ano de 1644. Numa 5ª edição da tal obra, Lancelot mostra a sua ligação com a *Minerva* de Sánchez, como nos esclarece Fávero, afirmando que Lancelot, refazendo-a (5ª edição), após publicar os manuais para o grego, o italiano e o espanhol, toma contato, aproximadamente em 1654, com a obra de Sánchez (...)

A *Grammaire* torna-se, assim, uma obra original, porém com estreita ligação com outras obras que a antecederam, pois há um elo entre a *Grammaire* e a *Logique*: definições e explicações comuns e uma mesma fundamentação teórica, tanto que, em edições posteriores da *Grammaire*, Arnauld e Lancelot falam da *Logique* como obra que a complementa.

A Lógica aristotélica perde, em parte, a sua influência sobre a qualidade da estrutura do pensamento, pois não se considera mais a Lógica como a arte do *bem pensar*, mas somente do *pensar*; assim com o *Grammaire* não ensinaria a *bem expressar-se*, mas a somente *expressar-se*. Há de se registrar, todavia, que a escolástica, sempre retomando Aristóteles, servia, ainda, de base para a estruturação dos processos mentais na época.

Segundo Fávero, para Foucault, a *Grammaire* não visa a definir as leis das línguas, mas a tratar, alternadamente, cada língua particular, como um modo de articulação do pensamento sobre si mesmo. Kristeva (*apud* Fávero op,cit.) faz a classificação, a fim de confirmar os aspectos inovadores que compõem a *Grammaire de Port-Royal* na forma de duas inovações metodológicas. A primeira: a reintrodução da teoria do signo, pela qual os humanistas-formalistas não se haviam interessado (ou ocultavam); e a segunda: a distinção entre as partes do discurso: as que são os signos dos “objectos do nosso pensamento” (nome, artigo, pronome, particípio, preposição,

advérbio) e as que são “a forma ou a matéria do nosso pensamento” (verbo, conjunção, interjeição)

Na realidade, a teoria do signo advém da obra de Arnauld – *Logique* - e é retomada na *Grammaire*, de forma a relacionar de uma maneira consecutiva o pensamento com a expressão, com prioridade para o plano do pensamento. A *Grammaire* esclarece sobre a distinção entre linguagem humana e a dos outros animais, que passam a se destoar a partir do momento em que passamos a considerar a sua dimensão espiritual; é quando o homem se desvencilha e se distancia dos outros animais, como por exemplo, do papagaio cujo linguajar possui certa identidade com o linguajar do homem somente pelo aspecto sonoro. A *Logique*, básica para a obra de Port-Royal, distingue dois tipos de signos: um que realmente refere-se a algum objeto, como uma imagem refletida no espelho; e outro como que uma relação ainda que distanciada com a coisa figurada ou mesmo sem relação direta nenhuma. Há, aqui, uma referência, ainda que não de maneira direta, à noção de arbitrariedade do signo; e mesmo que o termo não surja *ipsi literis* na *Grammaire*, podemos encontrá-lo, em citação, acreditando ser verdade que se trata de uma coisa arbitrária juntar a tal idéia a um tal som antes de um outro.

Ficam claras as contribuições da *Grammaire* e da *Logique* a uma posterior teoria dos signos lingüísticos quando, segundo Fávero (op.cit.:112) considera-se que

está clara a idéia de arbitrário no primeiro sentido saussuriano; b) não está explícita, embora se possa entrevê-la, a idéia de arbitrário no segundo sentido: arbitrário da forma do significante e do significado e da relação destas formas com as substâncias: no nível do conteúdo, a relação entre forma do pensamento e forma da língua; c) está clara a oposição forma-conteúdo; d) está clara a diferença entre conteúdo e referente.

A *Grammaire de Port-Royal* está dividida em duas partes que são: 1ª parte – estudo das letras (sons) e dos caracteres da escrita (prosódia e ortografia), caps. I a VI; 2ª parte – estudo dos princípios e das razões relacionados à significação da palavra, caps. I a XXIV. Nesta segunda parte, são tratadas a morfologia e a sintaxe e é recrudescida a idéia de que a língua se relaciona de maneira peculiar com o pensamento,

pois, a gramática é a Arte de falar; falar é explicar seus pensamentos através de signos, que os homens inventam a esse desígnio.

Nessa relação, a prioridade do pensamento estabelece três operações a ele, são elas: *conceber*, *julgar*, *raciocinar*. O *conceber* é um simples olhar de nosso espírito sobre as coisas do mundo, e as partes do discurso, que se ligam a ele são: o nome, o artigo, o pronome, o particípio, a preposição e o advérbio. O *julgar* seria a afirmação de que a coisa que nós concebemos é tal, ou não é tal e as partes do discurso que se relacionam a ele são: o verbo, a conjunção e a interjeição. Por fim, o *raciocinar* seria um alargamento, uma extensão do julgar. A *Grammaire* estabelece uma diferença entre os signos que significam os objetos do nosso pensamento e os signos que significam a matéria do nosso pensamento: havia no ar a noção de que sobre um fundo lógico se construiria um sistema de sentido que redundará numa sintaxe lingüística.

Há, contudo, uma espécie de ordenação entre as palavras que comporão estes dois grupos, contra o que, alguns autores se levantarão: como, por exemplo: *Duclos* e *Du Marsais*. O levante será contra a classificação do artigo, da preposição e do advérbio entre as palavras da primeira classe. Houve, porém, aqueles que se erguerão em favor dos autores da *Grammaire* – como foi o caso de *Dominicy*, para quem Duclos acreditava corrigir a GGR, deslocando o artigo, a preposição e o advérbio da primeira à segunda classe. Como observou Chevalier (1968, 1977, 1979), este tipo de leitura submete a doutrina gramatical de Port-Royal a um molde que não lhe é familiar.

Em seguida, Fávero segue a classificação das palavras que compõem os três níveis principais do pensamento: o *conceber*, o *julgar* e o *raciocinar*. O primeiro – o **conceber** – é assim composto: pelo substantivo e pelo adjetivo – pois, os primeiros significam a substância e os últimos, os acidentes. Os substantivos são palavras de sentido não-conotativo e os adjetivos são sempre as de sentidos conotativos. Trata em seguida do gênero, do número e do caso. E sobre gênero argumenta Fávero (op. cit.) que trata-se de uma categoria gramatical que se aplica ao substantivo e ao adjetivo; quanto a sua classificação, há substantivos masculinos e femininos, e os neutros seriam aqueles nem masculinos nem femininos, mas as línguas nem sempre se comportam assim.

Os casos são, originariamente, propriedades dos substantivos e significam as relações entre as coisas. Há de se dizer, aliás, que estas concepções advêm, basicamente, da obra *Minerva* de *Sánchez*. Pelo artigo e pelo pronome – segundo Fávero o primeiro é signo da determinação dos nomes comuns já que os próprios se determinam por si

mesmos (em algumas línguas, como o grego e o italiano, determinam também os nomes próprios).

Quanto ao pronome, Fávero resume o que vem escrito na obra de Port-Royal, dizendo que como os homens eram obrigados a falar sempre as mesmas coisas em um mesmo discurso, e seria impossível repetir sempre os mesmos nomes, eles inventaram certas palavras para tomar o lugar destes nomes. E completa afirmando que, por serem substitutos dos nomes, os pronomes têm como eles traços de gênero, número e caso. Os pronomes pessoais, na *Port-Royal*, são os primitivos; só para exemplificar, basta sabermos que os possessivos derivam-se deles; assim, teríamos:

Pronome substantivo

Eu

pronome possessivo

meu

A autora nos esclarece, ainda, que os pronomes relativos merecem um capítulo à parte (II, 9), e continua, dando espaço, agora, à *Preposição* e ao *Particípio*. Para a primeira, ela diz que os autores da *Grammaire* dedicam-lhe dois capítulos II, VI e II, XI; num, as preposições são vistas como partículas sinais de caso, no outro, examina-as como parte da oração. Quanto ao *Particípio*, dizem que são formas adjetivas do verbo, contêm indicação de tempo e a distinção ativo-passivo. A significação do *Particípio* é a mesma de um objeto que concebemos pelo espírito e não expressam a forma de nosso pensamento. Ao falar dos advérbios – o último elemento do nível do *conceber* – a autora esclarece-nos que eles se originam do princípio da economia e a maior parte deles é equivalente a uma preposição + nome.

O segundo nível – o do *Julgar* – traz o *verbo*, a *conjunção* e a *interjeição* como elementos que o compõem. A autora destina um longo espaço ao primeiro elemento, o verbo, por isso procuraremos resumi-lo, o que não constitui tarefa fácil devido a sua capacidade de sumariar, sem perder o essencial desta monumental obra que é a *Grammaire Générale et Raisonnée*. A *Grammaire* parte de alguns autores que já haviam estudado o verbo como, por exemplo, Aristóteles, Buxtrof e Scaliger para, então, propor a sua concepção de verbo, dizendo que o que se chama Verbo não é outra coisa senão uma palavra cujo principal uso é o de significar a afirmação, quer dizer, de marcar que o discurso no qual esta palavra é empregada é o discurso de um homem que não concebe somente as coisas, mas que as julga e que as afirma.

Daí a classificação deste elemento no nível *Julgar*, pois, pensando com Fávero (op. cit.:125) (...) o ato de julgar consiste na afirmação (operação mais importante do

pensamento) da ligação entre dois termos: sujeito e atributo; a função principal do verbo é realizar esta união (...)

O termo *afirmação* pode ser interpretado de dois modos, segundo Swiggers (*apud* Fávero 1996), a) o julgamento que fazemos das coisas (como quando dizemos, a terra é redonda) encerra necessariamente dois termos, um chamado sujeito; que é este o qual se afirma, como terra; e o outro chamado atributo, que é o que se afirma como redonda; b) um predicado em dois lugares, religando um conteúdo proposicional e um estado de coisas. Swiggers reconhece, ainda, a originalidade dos autores da *Grammaire*, quando estabelecem as duas funções do verbo: a *função interna* – de natureza sintático-semântica e a *função externa* – de natureza performativa e pragmática.

Fávero continua esclarecendo que o verbo *ser*, para a G.G.R., é o verbo que exprime afirmação, o verbo “substantivo”; enquanto que o verbo que acrescenta atributo à afirmação é chamado de verbo “adjetivo”. Estabelece, ainda, uma relação da *Grammaire* de Lancelot e Arnauld com a *Minerva* de Sánchez quando se trata de verbo, dizendo que, para ambas as obras a raiz de todo o verbo é o verbo substantivo. Esclarece-nos, em seguida, que a razão de haver tantos verbos na prática da linguagem do homem deve-se ao fato de existir uma necessidade de abreviação de suas expressões.

Em relação ao número e ao gênero do verbo, Fávero mostra que os autores retornam à explicação dada ao nome no *II, 4, p. 30* e *II, 14, p. 74* da *Grammaire*. *Presente, passado e futuro*, além dos compostos *Imperfeitos, Mais-que-perfeito e Futuro do pretérito* são os tempos relativos ao verbo.

Quanto ao modo do verbo, estes são três: Modo optativo – *desejo*; Modo concessivo – *concessão*; Modo imperativo – *ordem*. Quanto ao *Infinitivo* existe a comparação entre infinitivo verbal e o pronome relativo, pois ambos ligam proposições.

Os chamados verbos adjetivos são divididos em três: *ativos* – *exprimem ação real*; *passivos* – *exprimem o sofrimento de ação*; *neutros* – *conhecidos também como intransitivos- são dois: os que significam situação, relação de lugar ou atributo; os que significam uma ação que não passa para o objeto*.

Arnauld e Lancelot, segundo Swiggers, recorrem sempre a critérios semânticos para a classificação dos verbos, sem deixar, porém, de lado a sintaxe e morfologia.

Sobre a conjunção e a interjeição, os autores da G.G.R. falam rapidamente delas no capítulo XXIII, e as classifica como se fossem operações de nossa alma. O capítulo XXIV trata da sintaxe e a divide em de concordância e de regência. A sintaxe de concordância é a mesma para todas as línguas, pois é um segmento natural do que está

em uso por quase todos para melhor distinguir o discurso. A sintaxe de regência difere de uma língua à outra. A formulação das regras obrigatórias à sintaxe são as mesmas das de Sánchez na *Minerva*.

O obra conhecida por *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*, par une société de gens de lettres foi publicada entre os anos de 1751 e 1772, em 17 volumes de texto e 11 de quadros, e teve por principais ordenadores Diderot da Académie Royale des Sciences et Belles-Lettres de Prusse e M. D'Alembert da Académie Française, no que se refere à Matemática. Os verbetes lingüísticos foram revistos e reunidos por Beauzée. Nas palavras de Hazard, em Fávero, houve uma perseguição da *Encyclopédie* pela Igreja, pois aquela conteria 'uma doutrina e proposição falsas, perniciosas e escandalosas' que levariam à incredibilidade e ao desprezo pela religião.

A obra tinha os objetivos de expor a ordem e o encadeamento dos conhecimentos humanos e apresentar, segundo D'Alembert, *os princípios gerais que são a base de todas as artes e ciências e os detalhes mais essenciais que fazem delas o corpo e a substância..* Há, aí, uma clara substituição do teocentrismo pelo antropocentrismo.

As concepções relativas à linguagem sofrem algumas alterações se comparadas às concepções das duas obras já aqui estudadas. Por exemplo, na parte que leva o título de Explicação detalhada dos conhecimentos humanos (pp. XLVIII-XLIX), a gramática é definida como a ciência do instrumento do discurso, e se distribui em Ciência dos *Signos*, da *Pronúncia*, da *Construção* e da *Sintaxe*. Note-se que o objeto desta gramática é o discurso, que, por sua vez, trata-se de uma série de signos verbais. No verbete *Langue* lê-se o seguinte: o que torna as línguas estrangeiras tão difíceis de tradução, mais que a diferença de palavras, é a incompatibilidade de suas sucessões.

Observe-se que, como pontua Fávero, enquanto para *Grammaire* a gramática era uma arte de falar, para a *Encyclopédie* é a gramática a ciência da palavra escrita e falada. Essas nuances, num primeiro momento, podem parecer que se tratam apenas de classificações conceituais, entretanto, elas se evidenciam melhor, quando traduzimos parte de um trecho escrito por Auroux em Fávero ao se pronunciar sobre a relação da razão com os atos de fala; segundo Auroux, para a *Grammaire*(...) a realidade da linguagem, os sons, as palavras, os volteios, ou seja, toda a finalidade dos atos de fala existe somente como manifestação da Razão. Para a *Encyclopédie* trata-se, ao contrário, de colocar em dia os tratos característicos de toda esta materialidade na qual e para qual

existe a palavra; a racionalidade de toda língua não reside mais apenas no fato que ela exprime uma razão originária, mas também no que a realidade lingüística está regida por leis, que se descobrem na observação dos fenômenos (...).

Como podemos notar, com os Enciclopedistas, a observação dos atos de fala passa a redefinir o objeto da gramática, este deixa de ser um simples produto de natureza morfo-sintática e fonética para assumir papel principal no processo de abordagem do pensamento pela linguagem; a palavra, aqui, é estabelecida como um quadro do pensamento. É o processo que traduz o pensamento em palavras. Surge com os enciclopedistas a distinção da gramática entre geral e particular: a geral se ocupa dos princípios imutáveis da construção das línguas e a particular de princípios arbitrários, próprios de uma língua individual.

O texto “Grammaire” relaciona a gramática geral com a ciência enquanto que a gramática particular é relacionada com a Arte; e Fávère também concorda ao dizer que se a gramática geral tem por objeto os princípios imutáveis e gerais da palavra e a particular é uma arte, seria possível, então, estudar-se os universais lingüísticos (a gramática geral é cada vez mais empírica; e continua afirmando que Beauzée examina muitas línguas como o turco, o chinês ou os sistemas particulares).

A gramática divide-se em duas partes, conhecidas como: *ortografia* e *ortologia*. A primeira refere-se aos sistemas de escrita; a última é o estudo do pensamento e de sua expressão em palavras. Compreende a lexicologia e a sintaxe. A palavra, até os Enciclopedistas, não havia recebido, por parte dos gramáticos, atenção especial. Com eles a palavra, então, passa a ser abordada a partir de seus aspectos *fonéticos*, *etimológicos* e como *portadora de sentido*. As palavras podem ser consideradas enunciativas ou afetivas; as afetivas exprimem diretamente os sentimentos, enquanto que as enunciativas enunciam uma idéia.

As interjeições equivalem a uma proposição, o que não ocorre com as enunciativas – a menos que seja uma elipse. Existem variados critérios para distinguir as enunciativas, por exemplo, o da *declinabilidade* : as que são ou não possuidoras de marcas como caso, gênero, número, pessoa, tempo e modo e que designam seres que podem ser observados; e o da *indeclinabilidade*: que são aquelas que designam idéias que só podem ser observadas sob um aspecto imutável (advérbio, preposições, conjunções).

Os nomes e pronomes são determinados e apresentam seres aos quais se pode fazer a associação de uma idéia; os adjetivos e verbos seguem indeterminados; o gênero

permite que se separem os nomes dos pronomes. O verbo se define por seu conteúdo nocional, ele exprime a existência de um sujeito no que se refere ao intelectual. Os aspectos formais de número e gênero (participios) do verbo são dados aos nomes e pronomes aos quais se refere.

Fávero, referindo-se ao advérbio e à preposição, diz sobre seus pontos em comum: pressuposição de um antecedente e de semelhanças formais e semânticas; e alguns advérbios que são formados por uma preposição. Em relação à sintaxe esclarece, com Auroux, em *La sémiotique des encyclopédistes*, que os estudos sintáticos são orientados por quatro pontos principais, desde Du Marsais até seus sucessores: a função da sintaxe seria, em primeira instância, explicar tudo o que concerne ao concurso das palavras reunidas para exprimir um pensamento; o dado primitivo é a expressão do pensamento e não as categorias das palavras. A sintaxe determina a classe das palavras e não é um apêndice dela; a morfologia aparece nas preliminares da sintaxe, mas por si só não é suficiente, e o conhecimento de uma língua passa, necessariamente, pelo conhecimento de sua sintaxe.

Du Marsais distingue proposição como sendo uma frase que contém um verbo com valor performativo de enunciação que possui um verbo que não é o signo de um julgamento real. Já Beauzée discorda de Du Marsais, quando, para o primeiro, toda enunciação é, no fim, sempre uma proposição. Para Du Marsais a proposição implica um valor de existência, enquanto para Beauzée o julgamento é independente desta implicação.

Sobre a concepção de concordância, Fávero (1996), diz que é a uniformidade dos acidentes comuns a várias palavras, como são os gêneros, números e casos etc. A regência é definida por Beauzée como o signo que o uso estabeleceu dentro de cada língua, para indicar a relação de determinação de uma palavra à outra. E o complemento: era mais simples dar o nome de complemento ao que chamamos regime, pois ele serve em efeito a tornar completo o sentido a que se propõe exprimir.

Quanto à construção, Du Marsais distingue três tipos: necessária, significativa ou enunciativa (é a mais conforme aos estados das coisas); figurada (são seis as figuras: elipse, pleonismo, silepse, hipérbato, atração e imitação); usual (combinação dos dois primeiros tipos)

Em síntese, sobre os *Encyclopédistes*, observa-se que, pela primeira vez na história, a gramática torna-se o objeto de uma reflexão.

Para nossa análise, utilizaremos estas informações lingüísticas e gramaticais oriundas das três obras estudadas anteriormente com o intuito de investigarmos em nosso corpus os aspectos estilísticos como, figuras de linguagem, aspectos verbais e estruturais da língua à época.

2.4 Questões gramaticais do século XVIII

Havia uma identidade entre a obra missionária da Companhia de Jesus e a política colonizadora da Coroa, que durou dois séculos, até o século XVIII, com o advento de D. José I e de seu ministro Sebastião de Carvalho e Melo. Antes, porém, das reformas pombalinas, houve o predomínio, no que se refere ao ensino dos fins religiosos sobre o interesse da sociedade civil. Não somente os franciscanos, mas também beneditinos e carmelitas, instalaram e fizeram florescer as chamadas casas de ensino, onde o estudo das letras divinas e humanas se sustentou com penas e fadigas. À guisa de exemplo da época, Frei André Prat afirma que, já em 1596, havendo no colégio do Convento de Olinda crescido o número de professores, abriu-se um curso de Teologia, precedido de humanidades – cultivava-se, ainda, para melhor habilitação dos estudantes a língua indígena, o que transcorreu sem maiores problemas até o início da administração pombalina, conforme confirma Hollanda (1997).

Marquês de Pombal, a princípio, em sua administração, não possuía um plano já traçado de combate aos jesuítas; basta que se veja o seu pedido junto ao Papa, logo após o terremoto em Lisboa, de fazer de São Francisco de Borja, que fora um dos mais zelosos gerais da Companhia, o patrono e advogado contra os terremotos. O ministro de D. José I, porém, queria instalar, nos domínios lusitanos, os seus novos propósitos de mudanças e emancipação, que, muitas vezes, vinham de encontro aos interesses das tradições religiosas no país. Um estilo novo de política voltado ao estabelecimento do trabalho e da indústria, que contrariava os objetivos econômicos da monarquia “fundada e conservada com a espada”, sem dúvidas, viria colidir com os interesses já há tempos arraigados em solo lusitano.

No Brasil, duas foram as questões que acirraram as disputas entre Pombal e os jesuítas: uma, quanto à libertação dos indígenas e secularização das missões; outra, quanto à demarcação das terras do norte, por Portugal e Espanha, episódio que ficara

conhecido como Tratado de Madri. Nesse ínterim, buscava-se, por parte da administração pombalina, uma redução do número dos missionários na região norte – Pará e Maranhão – o que desagradou, sobretudo, os eclesiásticos, ao ponto de estes não levarem a sério as ordens advindas da parte do Secretário do Ultramar, em 1751. Apesar das determinações dos reis da Espanha e de Portugal e das representações do próprio chefe da Companhia, Padre Luís Altamirano, e os padres das missões faziam ouvidos moucos a essas ordens colocando-se, inadvertidamente, ao lado dos índios em sua resistência, Holanda (1997). Alguns estudiosos defendem, sem preocupação de erro, terem sido os jesuítas por essas plagas, não apenas simples missionários, como o foram na Ásia, por exemplo, mas também colonizadores, e nessa faina, entravam, constantemente, em conflito com os planos e interesses das Coroas portuguesa e espanhola. O feitio regalista da política de Pombal, no entanto, não se curvou sob a pressão dos interesses seculares da Companhia de Jesus, conforme confirma Holanda.

O ápice desse conflito, então, se dá com a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará, ato inaugural do que fora a expulsão geral dos mesmos no ano de 1759. Como explica Holanda (op. cit.: 80)

Desfazia-se assim a tradicional política missionária e colonizadora que desde o reinado de D. João III assegurara à Companhia de Jesus os meios de sua extraordinária expansão em terras brasileiras.

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias, fez-se necessária a adoção, urgente, de um novo e revolucionário método de estudo, pois tal atitude contra a Companhia de Jesus criara um enorme vácuo dentro do universo pedagógico. Surgem, então, algumas novas idéias que viriam substituir o método pedagógico dos religiosos, e entre elas, a mais completa e exequível de todas: o *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís Antônio Verney – o mais notável e influente dos doutrinários portugueses do século XVIII, nascido em Lisboa, a 23/7/1713 e morto a 20/3/1792. Português de ascendência francesa, Verney estudou com os jesuítas e, em seguida, se formou em Artes pela Universidade de Évora; depois, parte para Itália e é de lá que passa a nutrir o

desejo de transformar a mentalidade no Reino de Portugal. Passou então a escrever as cartas, oito no total, a Aires de Sá, nas quais expõe seus objetivos, que, resumidos, seria uma espécie de iluminação de Portugal. Além de uma série de manuais de ensino voltados aos níveis médios e superiores, de folhetos polêmicos em sua defesa numa requista na Itália, Verney, em sua obra de maior fôlego, *Verdadeiro Método de Estudar*, estabelece, na Carta I, a orientação de que se passe a exercer, a partir de então, o estudo da língua portuguesa, em detrimento da língua latina. As Cartas II e III versam sobre a necessidade de se ensinar o Latim não mais a partir do livro do Padre Alvarez, como o fora até então pelas mãos dos jesuítas da Companhia de Jesus. Nas Cartas IV e V vê-se a necessidade de se ensinar, além do hebraico e do grego aos teólogos, médicos e juristas, a estrutura de línguas ditas modernas, de nações modernas, como a França e a Itália; quanto à Medicina, destaca-se. Na Carta XII, a crítica à teoria dos espíritos, animadores das diversas funções biológicas, visto estar a medicina portuguesa com relativo atraso, tendo ainda estatutos proibitivos que impediam, por exemplo, a observação anatômica em cadáveres humanos. Na Carta XVI, Verney arremata com instruções gerais sobre a educação e, ainda, aponta diversas necessidades de instrução, como por exemplo, a existência de escolas elementares em cada bairro, a abertura das portas das universidades públicas a quem quisesse assistir às aulas, a necessidade de se criar um colégio especial para nobres e também a necessidade de instrução das mulheres, consideradas por ele com igual capacidade que os homens. No que se refere à literatura, Verney critica duramente a concepção barroca, dado ser sua Retórica um rebusque de afetação e singularidade, Retórica que, para ele, deveria ser indispensável, mas como perspectiva da razão. Na poesia, Verney segue o ideal de imitação de Aristóteles e critica arduamente o épico de Camões, no que tange a sua não sustentação da grandeza do herói, que decai, sensivelmente, a partir do Canto VIII, do meio para diante.

Verney surge com seu método como uma espécie de iluminador da época, posto trazer nesse volumoso estudo as idéias avançadas das nações mais evoluídas da Europa, entre elas França, Inglaterra e Itália. Entretanto, como esclarece Hollanda (1997), seu modernismo não alcançou, nas ciências, o mesmo estágio newtoniano, mecanicista que se via em outras partes da Europa; o seu “Iluminismo” daria essencialmente a ênfase ao aspecto conotativo de seu espírito que era: progressista, reformista, nacionalista e humanista. Como ocorrera na Itália um Iluminismo essencialmente cristão e católico.

Antônio Verney, ao desenvolver o método de análise sintática a ser seguido após a expulsão dos jesuítas e sua obra latina *Arte do Padre Alvarez*, apóia-se em obras de gramáticos do século XVII, entre os quais Francisco Sanches, e sua *Minerva*, na tentativa de, assim, fazer desaparecer por completo os ensinamentos da até então reinante pedagogia escolástica. Para acirrar ainda mais a disputa por um lugar de destaque entre essas gramáticas, surge, em 1752, escrito pelos padres do Oratório, o *Nôvo Método da Gramática Latina, Dividida em duas partes, para uso das Escolas da Congregação do Oratório na Real Casa de Nossa Senhora das Necessidades*. Instala-se, a partir de então, uma disputa entre os padres do Oratório e os Alvaristas, representantes dos jesuítas expulsos.

Em meio a toda essa requesta, é estabelecida, por Verney, a proibição terminante de qualquer utilização da gramática latina relacionada aos jesuítas, sob pena de prisão, principalmente a famosa *Arte do Padre Alvarez*, tão disseminada até então pelos padres missionários. O ensino do Latim é radicalmente simplificado e fica restrito a uma espécie de introdução ao estudo mais profundo do vernáculo português.

As mudanças ocorridas no ensino, no Brasil, a partir do ano da expulsão definitiva da Companhia de Jesus, em 1759, se deram não sem maiores percalços, que se estenderam até idos de 1780. Fora criado um imposto com o intuito de subsidiar o provimento dos mestres régios vindos de Portugal para ministrarem as aulas em diversas escolas criadas no Brasil. Caso curioso é que já nos últimos anos do século XVIII, já florescia, em Pernambuco, um seminário, onde eram ensinadas as matérias estabelecidas pela já reformada Universidade de Coimbra, em 1772.

Mariani (2004) trata, de maneira especial, da questão concernente ao conhecido Diretório dos Índios, promulgado em Portugal no ano de 1757 e no Brasil, em 1758, onde perdurou até o ano de 1798, portanto durante quarenta anos. Segundo Mariani, havia, à época, século XVIII, o imaginário histórico que relacionava nação conquistada e nação conquistadora juntamente com a língua, e a esse imaginário que o *Diretório* se encontrava filiado; há de considerar, no entanto, que língua aqui é o idioma do povo conquistador. Marquês de Pombal é o autor do referido *Diretório*, e nele, se refere à língua geral – a que se falava no Brasil e que fora inventada pelos jesuítas para poderem catequizar os índios – como uma *invenção diabólica*, com o claro propósito de lhe tirar qualquer legitimidade.

É interessante esclarecer que o trabalho lançado anteriormente por Verney, *Verdadeiro método de estudar*, (1746), serviu de base para Pombal, ao idealizar seu

Diretório; encontra-se, em Verney, uma defesa intransigente da língua portuguesa, pois como já fora dito, para Verney, o que deveria ser valorizado na gramática e na retórica eram sua clareza e a praticidade da linguagem. Verney chegou ao ponto de desencorajar o uso de metáforas consideradas por ele pouco racionais e pouco lógicas, afirma Mariani.

Para Mariani, o Marquês de Pombal, quando expulsa os jesuítas e reforma o ensino na metrópole e na colônia, advoga, desse modo, a favor da clareza; a língua passa a ser o lugar crucial na interrelação da lei, instrumento legítimo na relação entre senhores e vassalos.

Deve-se atentar, entretanto, para o fato de que ainda que houvesse a imposição da língua da metrópole, juntamente com a sua ideologia, essa língua imposta, ao atravessar o Atlântico, tornou-se alvo fácil das influências e dos sentidos outros encontrados no Novo Mundo, Mariani (idem).

Houve, então, sem dúvida alguma, a intervenção do *Diretório* na utilização da língua geral no Brasil, deixando no esquecimento outras línguas indígenas e institucionalizando a Língua Portuguesa; o que, porém, não é conseguido, é o impedimento do processo de historicização do português brasileiro, com toda a carga de oralidade residual da mistura entre línguas portuguesa, geral e africanas.

Para se ter uma idéia do aspecto da língua portuguesa em uso no Brasil no século XVIII, são duas as fontes para possível estudo: os trabalhos lingüísticos publicados e os textos literários. Estes, no nível lexical, refletem alguns termos com sentido antiquado – caso da obra de Matias Aires: descer (por descender), encontrar (por ir de encontro a), retorquir (por retroceder), explicar (por mostrar) etc.; palavras de cunho técnico ou científico: átomo, diâmetro, diástole, transubstanciação etc.; referência à natureza: bosques, brenhas, prados, choças, jasmim etc. Em *Caramuru*, pululam termos ligados à natividade: tapioca, aipi, guaiaba, capivara, pitomba etc.

Segundo estudo de Gonçalves (1987), são três as vertentes a que procederam os filólogos de referida centúria: a gramatical, a ortográfica e a lexográfica. Gonçalves elencou uma série de obras e autores que dão conta da vertente ortográfica: são oito - vão de 1734 a 1790 – que compreendem, entre outras: *Orthographia Philosophica*, de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1790), que estabelecia as duas primeiras regras gerais: Devemos escrever como pronunciamos e Devemos escrever com as letras etymologicas dobradas etc., porque assim pronunciamos. Nota-se que o aspecto filosófico do título nada tem de científico, dada a natureza da preocupação com a

escrita, pois se fica sem saber de qual região se deve apropriar da pronúncia, a fim de que se possa produzir a modalidade escrita.

Viana (1892) dá-nos a localização onde se falava o português que serviria como padrão médio para uma ortografia da língua: entre Coimbra e Lisboa, variação da qual procuravam aproximarem-se as pessoas cultas. Assim, por falta de uma ortografia fundamentada em um método científico, em determinado momento no século XVIII, escrevia-se como se falava. A pronúncia, porém, já dispunha de um caminho a seguir, que pavimentado vinha sendo pela evolução fonética da língua. Recomendavam-se as grafias *eio*, *eia* e não *eo*, *ea* (*cheio* para *cheo*, *areia* para *area*) e ainda regras sobre uso de *B* ou *V* - fato lingüístico, este último, que talvez encontre suas origens com Bernardim Ribeiro, com os dizeres que se cruzavam entre “*Vi marder*” e “*Bi marder*.”

É no século XVIII, ainda, que puderam ser observadas as pronúncias *i* por *e* e *u* por *o*, quando vogais átonas finais, Teyssier (2004), - isso no Brasil; enquanto que, em Portugal, havia a ocorrência da chamada vogal neutral: *pent´*, *grand´*, *saqu´*

Alusões a respeito das dissonâncias entre o português falado no Brasil e o falado em Portugal – distinções entre as vogais pretônicas em *padeiro/cadeira*, *pregar/prêgar* observada em Portugal, mas não no Brasil; o *s* pós-vocálico, em *mistério*, *fasto* não são chiados pelos brasileiros - exceção ao Rio de Janeiro - como o são em Portugal.

No dizer de Elia (2003), o ensino da língua portuguesa suplanta, no século XVIII, o da língua latina, mantida, até então, pela pedagogia jesuítica – o que teve força de lei, ameaçando de prisão quem a transgredisse. Dentre as obras que ganharam relevância após as atitudes tomadas, está a *Arte Explicativa da Grammatica Portuguesa* de Antônio dos Reis Lobato, livro que se beneficiou do processo de substituição à gramática latina do jesuíta Padre Manuel Álvares.

Em relação à grande floração literária da Escola Mineira, a característica dominante das obras desses autores foi o resgate dos ideais clássicos greco-romanos, em oposição ao exagero barroco; portanto pouco havia em seus escritos que denunciasses tons de brasilidade – exceto por alguns versos de Cláudio Manuel da Costa.

Neste álamo sombrio

Tosco de um penedo

Também Tomás Antônio Gonzaga que, corrompendo o verniz da língua modelo, registra, através da poesia satírica, uma variação mais chocarreira.

*Sem ser velho, já tem cabelo ruço
No gordo rocinante escarranchado*

O mulato, Domingos C. Barbosa, por sua veia langorosa e satírica, granjeou vários desafetos em Portugal, dentre os quais Bocage; *A Viola de Lereno* foi o título de seu livro de poesias mais conhecido e traz quadras mais românticas que árcades.

*O meu coração palpita
Contínuos pulos me dá:
Ele pergunta inquieto
Aonde o meu bem está*

Pimentel Pinto (1988) salienta a escassez de documentação para o conhecimento da língua oral dado o não interesse da camada culta pelo registro da escrita não literária. Por isso, a documentação se reduz a duas fontes: a prosa de ficção e a poesia – às quais se juntam, ainda, os depoimentos dos escritores sobre a língua.

Durante os dois primeiros séculos do período colonial, ocorreu o bilingüismo – o uso do idioma português juntamente com o tupi-guarani, com predominância deste sobre aquele; e ainda a ocorrência da língua africana.

No século XVIII, inverte-se a situação e a língua portuguesa se impõe num jogo de forças com avanços e recuos, como quer Pimentel Pinto. Ela afirma, ainda, que houve predominância do aspecto lexical em detrimento da estrutura da língua, na debatida questão da língua brasileira, de onde surgiam as fundamentações teóricas sem base científicas comprovada.

Para Elia (2003), em relação à norma e não ao sistema (comum aos dois países) é que surgiam e se acentuavam as diferenciações da língua portuguesa no Brasil. Os nativistas encontravam aqui solo fértil para confundirem norma com sistema.

A língua geral que, em 1757, é chamada *invenção verdadeiramente abominável e diabólica* pelo *Diretório de 1º de maio*, escrito por Pombal, deixa de vicejar até quase a extinção, devido às condições sociais que disseminavam o português através de uma elite culta.

No limiar do século XIX, questões relacionadas à língua levantarão problemas sobre incorporação numa nova língua ou a mesma dos portugueses, apenas tingida de “brasileirismos”.

Ao analisarmos as Cartas Chilenas, entraremos em contato com uma realidade lingüística que remonta ao contexto que acabamos de reconstituir. Em tese, assim, estaremos diante de uma produção intelectual de natureza lingüística que tem por orientação certas normas e diretrizes determinadas por decretos como, por exemplo, o Diretório de 1º de maio de Pombal. Entretanto, pensamos, por se tratar do gênero sátira, teria se permitido o autor a certas licenças típicas de uma língua susceptível a absorver as contribuições advindas de outras de sua convivência.

2.5 Argumentos de Influência em Historiografia Lingüística

Segundo o filósofo espanhol Ortega Y Gasset (2002), o homem é ele e suas circunstâncias. Parece-nos que quis o pensador dizer-nos que é impossível conceber o homem sem seu entorno sócio-histórico-político. Então, se é o homem impregnado daquilo que o antecede, daquilo que o cerca, ele, ao se propor a fazer um determinado recorte na história a fim de analisá-la, deixará transparecer suas influências enquanto homem do seu tempo.

Da mesma forma, o historiógrafo da língua, ao ter de escolher o seu objeto de análise, também ele, como um homem gassetiano, estará sujeito a influências que incidirão no momento sócio-histórico-político da sua escolha. Ou seja, de uma forma ou de outra suas escolhas, seus argumentos, assim como os do produtor do documento, estarão sujeitos à incidência das influências da sua época.

Segundo Nascimento (2005), este argumento possui característica tentacular, ou seja, engloba uma grande quantidade de aspectos envolvidos à época que surge determinado documento. O argumento de influência envolve, enquanto possível categoria de análise historiográfica do documento, além de diversos fatores, o contexto sociocultural, o qual é pontuado por interferências implícitas e explícitas apreendidos pelo escritor por uma atitude de transformação e assimilação de idéias em circulação no momento de elaboração do documento.

As influências que cercam o documento criado são de diferentes naturezas e, como vimos, incidem sobre ele de maneira implícita e explícita. Daí a relativa dificuldade em se determinar acertadamente a natureza precisa de cada uma dessas influências; sobre esse ponto que, embora se saiba que múltiplas idéias atravessam a história e, inclusive, um determinado período histórico, assinalado por avanços nas diversas áreas de

conhecimento, nem sempre é possível chegar a conclusões razoáveis no que se refere às influências às quais o historiador/autor se submete e dos reflexos delas no documento.

A importância relacionada à influência deve-se ao fato de se poder conceber o universo contextual no qual tal documento surgiu, facilitando, assim, a sua compreensão de uma forma mais abrangente. Pensar o conceito de influências é questionar sobre quais as primeiras e como elas se organizam e se integram ao documento com o objetivo de construir sentidos e de que forma o autor se aproveita delas, a fim de organizar o conteúdo de seu texto. E prosseguimos a respeito da importância da influência para a compreensão do documento, visto que a influência interfere tanto na língua quanto no conteúdo do documento, pois essa interferência nos possibilita classificar a influência como uma ação histórica vinculada ao conjunto dos fatos que permeiam a vida cotidiana e que constituem a memória.

Como esclarece Nascimento, deve-se saber que, para a compreensão de um documento, faz-se necessário não só a apreensão das informações e dos dados internos a ele, mas também daqueles externos ao documento. Koerner se baseou em três exemplos a fim de abordar a idéia de influência. São três o estudiosos da linguagem que, segundo Koerner (1995,1996), deixam clara a influência recebida de três outros autores anteriores a eles: Wilhelm von Humboldt (1767-1835) recebeu influência de Joahann Gottfried Von Herder (1744-1803); August Schleicher (1821-1868) deixou-se influenciar por Charles Darwin (1809-1882) e, por fim, Ferdinand de Saussure (1857-1913) é influenciado por Émile Durkheim (1858-1917). Koerner escolheu esses autores como exemplo, devido ao clima propício a se pensar questões de linguagem, pois, é na passagem do século XIX ao século XX que ocorre, no horizonte, as expectativas para a mudança no paradigma da linguagem. Daí podermos inferir das reflexões de Koerner que as idéias e valores, como também os aspectos político-culturais, internalizados pelos indivíduos e compartilhados pela sociedade, tiveram grande influência tanto no processo de produção como de interpretação e de ressonância das informações impressas nos documentos.

Koerner (1996) aponta, à guisa de ilustração, que, mesmo se entre os argumentos percebidos em Schleicher podem-se divisar ainda, influências da filosofia idealista, do positivismo e do darwinismo. Essa confirmação não é consensual, pois muitos estudiosos discutiram as abordagens de Schleicher sem recorrerem às fontes citadas por ele. Koerner nos fala sobre a referência explícita às idéias e concepções de um autor ou de trabalhos de outros como a evidência mais importante que se encontra em

consonância com a influência recebida por um autor. E chama a atenção sobre a necessidade de ir à fonte primária e constatar-la, antes de qualquer declaração de influências não passíveis de comprovação.

Para concluir, há de se pensar no que se chama de ponto de interseção entre o individual e social, para que possamos compreender, de fato, a natureza do argumento de influência, afirmando que a problemática da influência jamais se esgotará no domínio único e exclusivo de observações superficiais, visto que ela se situa no ponto de interseção do individual e do social. Assim, quando se verifica a formação intelectual do historiador, o cotidiano, meio no qual as influências se cristalizam, desenvolvem e repercutem, configura-se uma relação entre o interno e o externo, as características e valores pessoais do produtor e os de seu tempo.

Assim, fica claro que o indivíduo, ao produzir determinado documento, não se encontra de fora de uma rede de influências que estará incidindo sobre ele, envolvendo-o de forma a fundar as características básicas daquilo que ele produz.

No caso de Tomás Antônio Gonzaga, autor das Cartas Chilenas, sabe-se que, à época em que escrevera as Cartas, havia um clima de sublevação vindo da América do Norte, por parte de uma colônia inglesa, a qual veio a se tornar os Estados Unidos da América. Em solo brasileiro, em Vila Rica, alguns insurretos, como por exemplo, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, já mantinham contato com o libelo que viria a ser a Constituição Norte-Americana, o que insuflava ainda mais o clima de tensão por parte dos intelectuais da época.

Os preceitos idealizados e defendidos pelos filósofos enciclopedistas franceses, principalmente Voltaire, também exerceram forte influência em Tomás Antônio Gonzaga, entre eles a cara noção de Estado livre e independente. Sabemos que boa parte do conteúdo das Cartas Chilenas diz respeito à crítica exacerbada dirigida ao Fanfarrão, governador Menezes, em face ao seu abuso de poder como homem de Estado e gastos desnecessários.

CAPÍTULO III

O GÊNERO CARTA E AS CARTAS CHILENAS

Neste capítulo, procederemos da seguinte forma: primeiramente, reservaremos a atenção à concepção de Gênero, segundo Meurer (2000), Marcuschi (2005) e Bazerman (2006). Faremos também uma apresentação sobre o gênero conhecido como Carta, especificando então, a apresentação das Cartas Chilenas. Faremos a reprodução da Sexta Carta e, em seguida, faremos um resumo da mesma; através do Princípio da Imanência, a organização formal, a organização lingüística como também a organização gramatical nas Cartas Chilenas. Por fim, a partir do Princípio da Adequação Teórica, levantaremos aspectos de natureza pragmática encontrados nas Cartas Chilenas.

3.0 Concepções de gênero

Bazerman (2006:31) não recomenda o conceito de gêneros somente pelos traços específicos textuais que os compõem; para ele, há de se ampliar os limites que servirão para definir o que é e o que não é gênero.

A definição de gêneros como apenas um conjunto de traços textuais ignora o papel dos indivíduos no uso e na construção de sentidos. Ignora as diferenças de percepção e compreensão, o uso criativo da comunicação para satisfazer novas necessidades percebidas em novas circunstâncias e a mudança no modo de compreender o gênero no decorrer do tempo.

Como pudemos notar, a noção de gênero transcende o simples agrupamento de palavras e assume um papel de construto social perante as necessidades e circunstâncias que sucedem numa determinada sociedade. Para Bazerman (op. cit.:31), os gêneros devem ser compreendidos como fenômenos de reconhecimento psicossocial, que pertencem a processos de atividades socialmente organizadas. O autor ratifica, também, mais o aspecto social e prático dos gêneros, quando afirma a sua ligação com os atos de fala.

Gêneros são fatos sociais sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas os realizam. Gêneros emergem nos processos sociais em que pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos.

Para o autor, o reconhecimento de um gênero por parte de um leitor/ouvinte pertence à possibilidade deste indivíduo se sentir participante de determinado universo social organizado, pois, reconhecendo o gênero, ele, o leitor/ouvinte, se reconhecerá como parte deste corpo social, onde o gênero foi produzido. Bazerman (op. cit.:31) dá o exemplo

Quando você lê e é convencido por um panfleto político de um candidato ao Congresso, você está sendo atraído para o mundo da política e cidadania. Quando você aprende a ler e usar artigos científicos do seu campo de estudo, você está sendo atraído por um modo profissional de ser e de trabalhar.

Também outros autores abordaram o tema gêneros. Marcuschi (2005) revela que seria impossível se comunicar verbalmente se não fosse por um texto e ratifica, mais adiante, que seria impossível se comunicar verbalmente se não fosse por algum gênero. Para Marcuschi, tal visão segue uma noção de língua como atividade social, histórica e

cognitiva, com privilégio da natureza funcional e interativa e não do aspecto formal e estrutural da língua.

De certa forma, são os mesmos dizeres de Bazerman, quando este propõe que, para definir gêneros devemos considerar muito mais que o simples arcabouço lingüístico que o compõe.

Marcuschi desenvolve um raciocínio sobre as influências que incidem em seus argumentos, a partir da noção de língua que defende, e deixa claro qual é o contexto teórico em que pensa a questão da concepção que possui de gêneros textuais. No contexto teórico sócio-interacional, a língua é tida como uma forma de ação social e histórica que, ao dizê-la, também se constitui a realidade, sem, contudo, cair num subjetivismo ou idealismo ingênuo. Foge-se, também, a um realismo externalista, mas muito menos situamos numa visão subjetivista. Assim, continua ele, toda a postura teórica deve inserir-se nos quadros da hipótese sócio-interativa da língua.

Marcuschi (2005: 23), esclarece qual é o contexto em que postula a noção que defende de gênero, arrematando que os gêneros textuais tornam-se constituídos em ações sócio-discursivas, a fim de que possam agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo. O autor, enfim, numa sucessão de exemplos, enumera quais seriam os principais gêneros textuais que podem compor determinada sociedade de falantes. Segundo o autor, são eles:

(...) telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante.

Salientamos que os gêneros serão tantos quantos forem as necessidades que se fizerem, quando dessa rede de relações que envolve os falantes dentro de uma sociedade e seu determinado contexto sócio-interacionista.

Para Meurer (2000), os gêneros textuais seguem mais ou menos esta mesma linha proposta por Bazerman, só que Meurer vai por caminhos mais amplos. O autor propõe que o aprendizado da linguagem humana seja visto como o desenvolvimento da competência na utilização dos gêneros textuais. Para ele, gêneros textuais são formas de interação, reprodução e possível alteração sociais que constituem processos e ações sociais de maneira concomitante, envolvendo questões de acesso e poder.

Meurer estabelece, assim, uma diferenciação entre gêneros textuais e modalidade retórica (constituem as estruturas e as funções textuais tradicionalmente reconhecidas como narrativas, descritivas, argumentativas, procedimentais e exortativas). Vale lembrar, aqui, a classificação e nomenclatura utilizadas por Marcuschi (2005) em relação a gêneros e tipos textuais: os primeiros representam construtos lingüístico-sociais que vão surgindo e se transformando, à medida que são utilizados numa certa sociedade de falantes, são inumeráveis e mutáveis; os tipos textuais, por sua vez, são relativamente estáveis e de número reduzido e se organizam divididos em narração, descrição, argumentação, injunção e exposição.

Ainda segundo Meurer, a importância da abordagem dos gêneros textuais está também na possibilidade de se explorar regularidades nas esferas sociais, onde esses gêneros são utilizados. Dentro do gênero carta, as Cartas Chilenas, nosso objeto de estudo, ainda que direcionadas, explicitamente, a um destinatário específico – Dorotheo – têm o objetivo maior em tornar público, a um sem-número de destinatários-leitores, os crimes de concussão e de improbidade do governador Menezes, o Fanfarrão, em relação ao direito e às leis da colônia estabelecidas pela Metrópole.

3.1 O Gênero Textual Carta

Bazerman (op. cit.:83), em seus estudos sobre gêneros textuais, esclarece o quanto as Cartas, como um desses gêneros, desempenharam papel de subida importância para o surgimento de gêneros distintos; para isso, traz alguns exemplos ilustrativos, que confirmam tal ponto de vista. Diz-nos ele:

(...) as cartas desempenharam um papel no surgimento de gêneros distintos: o primeiro artigo científico emergindo da

correspondência de Henry Oldenburg (...); a patente, originalmente conhecida como carta de patente; o relatório dos acionistas evoluindo das cartas aos acionistas; e os relatórios internos das empresas e as formas de registros regularizando correspondências internas das empresas.

Como podemos observar, vários gêneros surgidos em determinado momento da história ocidental tem como texto original o gênero Carta. A Carta cumpre, em uma sociedade de falantes, o papel de facilitadora da comunicação entre dois indivíduos portadores de um mesmo sistema lingüístico. A esse respeito ensina Bazerman (op.cit: 83) que

A carta, com sua comunicação direta entre dois indivíduos dentro de uma relação específica em circunstâncias específicas (tudo que podia ser comentado diretamente), parece ser um meio flexível no qual muitas das funções, relações e práticas institucionais podem se desenvolver – tornando novos usos socialmente inteligíveis, enquanto permite que a forma de comunicação caminhe em novas direções.

São da natureza da carta esta flexibilidade e este estado de prolixidade em relação ao surgimento de novos gêneros, que se estabelecem após o uso da carta possibilitar e apontar para novos caminhos e criar necessidades de outras estruturas lingüísticas. Parece que o estudo sobre este gênero textual tem despertado pouco o interesse dos pesquisadores, como fica claro nessa proposição de Bazerman, quando diz que enquanto as histórias de vários domínios de práticas letradas têm sido, cada

uma, o objeto de pesquisas, apenas umas poucas foram submetidas a uma análise formal de gêneros, e poucas foram examinadas em relação à carta.

E Bazerman conclui sobre a dificuldade de se fazer uma espécie de genealogia da carta, dizendo que os primeiros documentos originados das cartas ou não sobreviveram, ou não são facilmente acessíveis, concluindo, assim, que as cartas podem ter exercido uma influência ampla e importante na formação de gêneros.

Os gêneros, obviamente, cumprem seu papel norteador da relação comunicativa dentro de sociedades de falantes. Sem eles seria praticamente impossível o reconhecimento da natureza das comunicações às quais se submetem esses indivíduos. Sobre esta questão, esclarece Bazerman que os gêneros ajudam os falantes a navegarem dentro dos complexos mundos da comunicação escrita e da atividade simbólica, pois, ao reconhecermos determinada espécie de texto, reconhecemos muitas coisas sobre a situação social e institucional, as atividades propostas, os papéis disponíveis ao escritor e ao leitor, os motivos, as idéias e a ideologia e o conteúdo que esperamos do documento e o lugar onde isso tudo pode caber em nossa vida.

Pensando sobre o surgimento dos gêneros na história da comunicação humana, Bazerman (op.cit.:85) deixa explícito que houve uma época em que os primeiro gêneros passam a ganhar estabilidade e contorno reconhecível a partir do que classifica como *performance* pública falada, como podemos depreender da sua fala a seguir

Alguns dos primeiros gêneros escritos surgiram, de forma direta, dos altamente visíveis e bem conhecidos gêneros da performance pública falada, tais como o épico, a história coletiva recitada em ocasiões rituais, o mito, a ode, o coral e o drama, o discurso, e gêneros menores como o conto popular, a adivinha e a piada..

A partir da transcrição destas performances faladas, o texto estabilizado evoca aspectos sociais que cercam essas performances. Assim, o texto escrito serve também para o restabelecimento da performance original ou para novas performances modeladas a partir das originais. Conforme se criam novos textos somente para leitura privada, eles

alteram os arranjos sociais da transmissão, mas ainda se baseiam num sentido estabelecido da transação textual.

Como já foi dito anteriormente, parte da dificuldade de interpretar a contento esses períodos de transição entre gênero performático falado e gênero escrito se dá por não se possuírem registros evidentes das suas circunstâncias e de seus usos. Entretanto, as marcas que caracterizavam certos gêneros orais de ordens, de comando, por exemplo, seguiram fazendo parte e caracterizando esses mesmos gêneros, quando das suas passagens para a modalidade escrita. Neste ponto, Bazerman esclarece que os comandos orais dos que têm autoridade também foram cristalizados, muito cedo, sob a forma de gêneros escritos legitimados, como ordens, leis, códigos e proclamações, estendendo o seu controle sobre amplos domínios e períodos de tempo.

Bazerman defende a longevidade do gênero carta, quando nos conta que na Grécia, este gênero era adotado em certas circunstâncias de comunicação, como, por exemplo, no antigo Oriente Próximo e na Grécia, quando os primeiros comandos escritos ao lado de outros assuntos de Estado – militares, administrativos ou políticos – foram feitos na forma de cartas. As cartas, então, forneciam a identificação de autor e audiência e, em tempos anteriores, elas eram entregues por mensageiro pessoal da autoridade – o qual, dizia-se, passava a representar a própria presença ou projeção do emissor.

O autor conclui que os procedimentos da entrega dessas primeiras cartas visivelmente representavam as relações sociais realizadas à distância por meio da carta. E que mesmo quando as cartas deixaram de ser recitadas pelo mensageiro, permaneceu o propósito da projeção da presença do autor através da escrita. Houve, então, uma evolução das cartas no que se refere ao uso: proliferam-se do restrito uso militar e oficial, ao uso particular e pessoal.

Devemos pensar que, entre todas as classes dos mundos grego e romano, houve uma profusão das cartas pessoais e familiares. As cartas também tiveram o seu início como diversão – esse foi o papel das primeiras do gênero ficcional, como nos revela Bazerman. As cartas ficcionais serviram como divertimento em escolas e como entretenimento adulto; a temática destas cartas abrangiam de romances morais aos eróticos. Cartas aos deuses, cartas aos mortos e cartas-orações sugerem a flexibilidade da forma carta para estabelecer e elaborar situações comunicativas.

Dois tipos de carta, ainda, foram tratados como documentos eruditos: primeiro foram as cartas sobre temas técnicos ou profissionais, incluindo aí a filosofia, retórica,

profecia, matemática e medicina; em segundo lugar foram as cartas-ensaios em substituição aos tratados completos. As cartas possibilitam reconhecer o contexto social local e o significado a incursões na escrita abstrata.

Como podemos observar, a carta exerceu papel fundamental para a criação de diversos gêneros escritos textuais, daí que nossa investigação dispensa maiores justificativas, tendo em vista o já conhecido papel das cartas entre alguns estudiosos de gêneros, como Bazerman, por exemplo. As cartas, por si só, já revelam o grau de relação entre o seu escritor e o seu leitor, a partir de características próprias como as saudações, as assinaturas e o conteúdo das mesmas. Foi assim que as cartas passaram a ser reconhecidas e classificadas no seu percurso sócio-comunicativo. As cartas possuem também o poder de estabelecer laços por intermédio do que o autor recomendar em seu interior visto que os laços sociais entre indivíduos podem ser recrudescidos e até criados via relações indiretas com outras pessoas, ou via cartas de recomendação.

Até para as práticas e os discursos religiosos, as cartas representaram papel fundamental, por que não dizer crucial, para a formação deste universo discursivo, visto que muitos livros do Novo Testamento, exceção feita aos evangelhos, encontram-se sob a forma de cartas, escritas originalmente entre pessoas específicas ou entre pequenos grupos, e depois disponibilizadas para todos os que compartilhavam da comunidade. E prossegue Bazerman sobre a importância das cartas para o discurso religioso, ao dizer que as primeiras cartas da Igreja constituíram um veículo importante para manter a sua comunhão em lugares distantes. Havia, então, viajantes que levavam cartas de seu bispo, apresentando-os como membros comungantes da Igreja, o que reafirmava os laços de comunhão entre bispos. E à medida que a Igreja se expandiu, o que uniu muitos povos, as cartas se tornaram importantes para manter a burocracia e os laços da comunidade.

Para tanto sucesso da expansão do discurso religioso, fora criado um ramo especializado da Retórica conhecido como *ars dictaminis*, cujo objetivo principal era instruir os clérigos na reprodução das cartas como meio de levar o interesse da Igreja a povos distantes. Essa arte de escrever cartas evidenciou a saudação, considerando os papéis sociais e as posições de emissor e receptor, colocando ambos dentro de relações sociais institucionalizadas. Aconselhavam-se os escritores de cartas a construir uma boa relação com o receptor, invocando sentimento e obrigação, e narrando explicitamente o motivo e a necessidade da carta e a expectativa em relação à cooperação do receptor.

E continua Bazerman (op. cit.:89) em sua pesquisa sobre gêneros, destacando a importância das cartas no que se refere ao processo de criação de outros gêneros como também a sua ligação com documentos legais.

A ligação entre cartas e documentos legais pode ser vista em algumas das funções a que as cartas serviram. Entre as cartas da burocracia da Igreja Medieval, encontram-se concessões de mosteiros, arranjos contratuais, contratos de transferência, concessões de imunidades e privilégios, presentes, obrigações mútuas e outros documentos, estabelecendo alguma organização administrativa duradoura.

As relações que se estabeleceram entre cartas e documentos importantes foram cruciais para que essas cartas seguissem a sua trajetória comunicativa dentro de um panorama de tradição institucional. Como, por exemplo, ocorre com os documentos de pedido de patente, cujos primeiros modelos surgiram em forma de cartas. Sobre isso Bazerman esclarece que a primeira inscrição, nos Estados Unidos, reconhecida para uma patente é uma carta pessoal de 1790, de William Pollard para os Secretários Jefferson e Howe e o Procurador-Geral Randolph, para uma requisição de uma patente para a máquina de fiar.

Sobre a primeira concessão, Bazerman (op. cit.:91) escreve

A primeira concessão, de 1791, é um diploma com aparência oficial escrito na forma de uma carta, endereçado a “To all to whom these presents shall come, Greeting” (“A todos para quem estes documentos cheguem, Saudações”), e assinado por ambos, o Presidente e o Procurador-Geral.

Os documentos de patentes adquiriam o formato de carta até meados do século XX. A carta de especificação manteve também o formato original até tempos recentes, segundo o autor. A carta de petição, escreve Bazerman, funcionava como um meio para o indivíduo manifestar seus interesses pessoais diante das autoridades, e que tal carta tinha origem no mundo clássico, constituindo um instrumento regular para a expressão de descontentamento e protesto na Idade Média e nos anos posteriores. Como exemplo disso, o autor apresenta a passagem na qual o rei George, faltando com a resposta a algumas petições feitas pelos Estados Unidos, incita queixas na Declaração de Independência do país.

As cartas serviram, outrossim, para a organização de atos de rebelião, como esclarece Bazerman (op.cit: 91) neste exemplo

Foi esse o caso das rebeliões camponesas na Inglaterra, em 1381. (...) Mais uma vez no período anterior à Revolução Americana, cartas entre Comitês de Correspondência se tornaram um veículo para aumentar o sentimento e a organização dos rebeldes.

Enfim, Bazerman (op. cit.:92) deixa explícita a importância do gênero carta, não apenas em áreas relevantes, mas também para o sistema financeiro e bancário, como podemos observar em:

As cartas não somente forneceram o meio para o desenvolvimento de gêneros importantes do direito, do governo e da política, mas também dos vários instrumentos de dinheiro e crédito que medeiam os sistemas modernos bancários e financeiros. Começando no século XII, nas cidades-estados do norte da Itália, incluindo Bolonha, desenvolveram-se instrumentos financeiros para servir às necessidades do crescente intercâmbio comercial.

E completa Bazerman sobre, especificamente, a chamada letra de câmbio advinda, em Veneza, de uma história do sistema dos bancos, e que se passou a chamar o sistema de letras de câmbio de uma rede de débitos regionais e internacionais, mantida pela escrita constante de cartas. Até mesmo a emissão de cédulas ou notas se deu sustentada pelo gênero carta, quando, nas colônias norte-americanas, na escassez de moedas de ouro ou prata. (...) a primeira colônia a emitir notas (foi) em 1690 (...) O aspecto típico de tais papéis apresenta alguns elementos da **carta** (...).

Ainda as cartas serviram de base, ou melhor, foram a própria origem dos conhecidos discursos científicos, como atesta Bazerman (op.cit: 95) nessa passagem

Em meados do século XVII, uma correspondência ativa se desenvolveu entre filósofos naturais com propósito de trocar informações sobre suas investigações. A (revista científica) Philosophical Transactions se desenvolveu desta correspondência de cartas.

Assim fechamos este item, depois de acreditarmos termos cumprido o papel de informar, de maneira adequada, segundo Bazerman, sobre o gênero carta e sua importância na história do homem.

Se, como afirmaram os autores citados nesse item, principalmente Bazerman, a carta, como um gênero textual, exerceu, muitas vezes, papel relevante na História da humanidade, o exemplo das Cartas Chilenas surge como um ratificador desta afirmação. Basta considerarmos a pluralidade de gêneros textuais que se encontravam à disposição do autor à época, e, mesmo assim, ele preferiu a utilização do gênero textual carta para escrever suas denúncias e sua posição diante dos fatos ocorridos naquele longínquo século.

3.2 As Cartas Chilenas

Para Oliveira (1972), os apógrafos – reproduções dum escrito original – foram expedientes indispensáveis, para que pudessem existir, hoje, as famosas Cartas Chilenas. Segundo este autor, as Cartas Chilenas foram escritas em duas séries, a 1ª contendo as sete primeiras cartas e, a 2ª, as demais seis, perfazendo, assim, treze cartas, e as suas edições completas 1863, 1940, 1942 e 1957 foram lançadas a partir das cópias de Saturnino da Veiga, ex-mestre-escola que, em 1813, deixa a função para abrir loja de livros por conta própria. Durante as duas monarquias no Brasil – de D. João VI e depois a de D. Pedro I – Saturnino, um liberal convicto, encontrou certa dificuldade para a publicação dos apógrafos devido à mão pesada dos ministros desta época. Um desses apógrafos que esteve em mãos de Saturnino da Veiga vinha do século XVIII e era o próprio revisto por Gonzaga. Segundo uma anotação registrada no apógrafo I, tudo leva a crer que o poeta terminara a revisão final da série I em 9 de fevereiro de 1789; só então empreenderia a série II, após, no entanto, ter transferido a série I ao escriba para a transcrição definitiva. Tanto é que, na abertura da série II, encontramos os seguintes versos

Há tempo, Doroteu, que não prossigo

De nosso fanfarrão a longa história.

Diz-nos, ainda, Oliveira, que no dia em que Tomás Antônio Gonzaga foi preso, 23 de maio de 1789, fora recolhida pelos ouvidores, em dois sacos lacrados, toda a sorte de papéis encontrados em sua residência naquela fatídica manhã. O poeta ainda se encontrava deitado, o que dá indícios de que fora na noite anterior que, já sabendo do devir catastrófico, tivesse reunido alguns documentos e encaminhados ao escriba, entre eles as folhas denunciadoras do crime de lesa-majestade.

Voltando aos apógrafos e a Saturnino, encontraremos este, já morto, e os apógrafos em posse de seu neto, Dr. Luís Francisco da Veiga, que, ao encontrar os apógrafos no espólio de seu avô, observou o desfalque das folhas correspondentes às Cartas 6ª e 7ª, na I série; nesta altura, já fora encontrado um título primitivo **Cartas Chillianas** da série I.

Em 1826, um jornal do Rio de Janeiro, conhecido como Jornal Scientifico, Economico, e Litterario, publicou a **Epístola a Critilo**, tendo nela subscrito, pelo editor, as iniciais C.M.C. – Cláudio Manuel da Costa -, entretanto, sem que se saiba a qual

apógrafo o editor tenha recorrido, o destinatário DOROTEU desta epístola estava identificado também em Cláudio.

Por volta da mesma época, em 1825, o responsável pela Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, Frei Francisco Antônio de Arrábida, preparou um catálogo com obras de autores brasileiros e, entre elas, as **Cartas Chillianas**, apontando-lhes a “tradução” por Gonzaga. Somente em 1845, com o esforço do médico Dr. Emílio Maia, que conseguiu de Francisco das Chagas Ribeiro um apógrafo das **Cartas Chilenas**, é que surge a primeira edição da sátira (que se supunha compreender apenas a I série de sete cartas).

As Cartas Chilenas passaram, então, a fazer parte do patrimônio literário brasileiro, contudo, restara, ainda, o problema da autoria a ser resolvido. Silva, que, em 1858, reescreve a obra Varões Ilustres do Brasil, opina ser um dos três poetas Inconfidentes, ou os três conjuntamente, os autores das Cartas, Oliveira (1972); Varnhagen publicou em 1850, em Lisboa, o seu Florilégio da Poesia Brasileira, exclui Gonzaga da autoria, mas fica indeciso em relação a Cláudio pois este seria incapaz de expressões chulas e pouco decorosas. Somente com Afonso Arinos, numa edição das Cartas Chilenas de 1940, é que se torna indiscutível a questão da autoria, restabelecida integralmente ao seu legítimo dono, Tomás Antônio Gonzaga.

Segundo Antonio Candido, o ideal de beleza a que se chegou à época da Ilustração e do Iluminismo, na Europa, estava ligado à capacidade de imitação, pela arte, da natureza, Antonio Candido (1962). Buscavam-se em Aristóteles, as bases teóricas e filosóficas que sustentavam o aparato literário deste século na Europa. Outrossim, pelos projetos iluministas, defendia-se que o valor de uma obra de arte se media não pelo grau de beleza, mas pela sua capacidade de perfeita imitação da Natureza, Candido (idem). Assim, os temas filosóficos atraíam a literatura para si no intuito de se dar relevância utilitária à criação de uma suprarrealidade. Toda a literatura neoclássica viria, por assim dizer, na esteira dessas condicionantes iluministas racionalistas. Como esclarece Candido (op. cit.:71)

Traço fundamental do século é, com efeito, a idéia de progresso, a noção de um desenvolvimento histórico constituído por etapas decorrentes umas das outras, refundindo-se em conseqüência o conceito de

homem estático, igual em toda a parte e em todo tempo.

Para Antonio Candido, no entanto, a situação no Brasil e em Portugal era bem diferente da de países modelos, como França e Inglaterra; foi, no entanto, principalmente pelas mãos do déspota esclarecido Marquês de Pombal que tivemos no país a penetração de certa claridade fornecida pelas luzes setecentistas, não obstante serem luzes que se esmaeciam misturadas à mão pesada do marquês e a um espírito radicalmente nativista. É nesta época pombalina, que surgem obras de caráter reformista como, por exemplo, o épico *Uruguai*, em 1769, de Basílio da Gama, no campo antijesuítico; *O Desertor*, em 1771, de Silva Alvarenga, no setor da reforma intelectual; e *O Reino da Estupidez*, em 1785, de Francisco de Melo Franco, no protesto contra a reação do tempo de D. Maria I. São, na visão de Souza (1962), obras que, junto a outras da mesma cepa, constituem o chamado eco brasileiro, ou luso-brasileiro, das idéias modernas.

Por fim, o Brasil viria a conhecer realmente a sua Época das Luzes, ainda que em escala modesta, como entrosamento da iniciativa governamental, do pragmatismo intelectual, da literatura aplicada, que, finalmente, convergiram para a promoção e consolidação da Independência, com a vinda de D. João VI ao país, a partir de 1808.

Antonio Candido considera as Cartas Chilenas como um documento panfletário, uma espécie de diatribe que é norteadada pelo ressentimento pessoal do seu autor Critilo. Candido, quanto à disputa pela autoria das Cartas Chilenas, nos dá uma idéia das variadas defesas de teses relativas a um ou outro autor que teria escrito este documento literário do século das Luzes. De Luis Saturnino da Veiga, contemporâneo de Gonzaga, a Sud Menucci, estudioso do século XX, desfilam-se um sem número de hipóteses que tentam esclarecer e definir sobre a verdadeira autoria das Cartas. Entretanto, a análise estilística, desenvolvida por Manuel Bandeira é, sem dúvida, a mais segura até agora. O crítico reconhece a autoria de Gonzaga, sem, no entanto, recusar a possibilidade de colaboração acessória de Cláudio Manuel da Costa e, ainda, alguma contribuição de Alvarenga. Ele parte de uma análise psicológica, a fim de ir palmeando o longo poema atrás de dados que possa sustentar a sua tese de autoria a Gonzaga. Até mesmo os criptônimos criados pelo autor das Cartas surgem com o propósito de embaralhar as identidades reais e fictícias apresentadas por Critilo.

Há, também, momentos singulares do poema nos quais os versos abrandam-se, dando lugar a uma descrição do contexto natural que o cerca. Ainda, para Antonio Candido, é certo que Critilo nutre um ódio que se justifica pela indignação de ver a cada passo violados a moral e o direito, mas que, nas entrelinhas se nota o travo constante do ressentimento, descortesia pessoal. Por essas é que, para Candido, fica mais evidente um perfil da personalidade do autor Critilo que o verdadeiro perfil do Fanfarrão.

Quanto ao nativismo das Cartas, Candido defende que pensar assim é forçar a realidade; para ele, neste caso fala mais o intelectual do que o brasileiro – nato ou adotivo. O autor esclarece-nos, ainda, que, para Critilo, o Fanfarrão apresenta uma ameaça ao equilíbrio natural da sociedade, e ele, Critilo, como Ouvidor, portanto, homem das leis, se insurge como um juiz ofendido, também como um teórico da ordem natural, porém, jamais como um nativista convicto. Então, é certo afirmar que para Critilo, enquanto homem humilhado pessoalmente pelo Fanfarrão, a diatribe deveria funcionar como um tipo de desforra; e, enquanto homem público, juiz, ouvidor, as Cartas assumiriam o papel de denúncia pelas desarmonias entre sociedade e autoridade.

Muito se tem escrito sobre as Cartas Chilenas. Elas têm sido estudadas desde séculos passados e, ainda assim, por se tratar de um riquíssimo material linguístico e histórico-literário, haverá sempre a possibilidade de novas pesquisas e reflexões que as deverão utilizar como *corpus*. Primeiramente, abordaremos, de maneira rápida, as Cartas Chilenas a partir de seu aspecto literário, no que se refere ao gênero literário conhecido como sátira, para, em seguida, no tópico do Princípio da Imanência, refletir acerca do que constitui esse documento como um gênero carta.

Segundo Amora (1973), o povo grego cultivou a poesia de ataque, a poesia de invectiva, porém não chegou a conceber essa poesia como gênero especial, nem a lhe dar nome próprio. Como podemos notar, a Sátira é um gênero que remonta há mais de dois mil anos. A criação mesmo da poesia satírica se deve aos latinos, mais propriamente a Caio Lucílio (148-102 A.C.); a palavra sátira do latim *satura, ae*, que tivera o sentido, até Lucílio, de uma composição mista de prosa e poesia, passa, então, a designar todo gênero que envolvesse espécie de ataque, de crítica a alguém. Outros poetas latinos (Horácio 65-8 A.C.; Juvenal 55-135 D.C.) além de Lucílio, elevaram a qualidade deste gênero literário.

A Sátira surgiu também, em épocas diferentes, com outra roupagem e outros nomes, por exemplo: Petronio, autor romano, escreveu a obra em prosa conhecida como *Satiricon*, na qual, em meio às peripécias do personagem, expunha ao ridículo os

hábitos da sociedade romana emaranhada num cipoal de vícios e libertinagem; na Idade Média, as *Cantigas de Escárnio e de Maldizer* também expunham ao público leitor os atropelos e as vergonhosas posturas dos “alvos” daquela época; no período conhecido por Classicismo, tivemos alguns exemplos de cultivadores do texto satírico: na Espanha, Quevedo y Villegas (1580-1645); na França, Boileau (1636-1711); na literatura portuguesa, Bocage (1765-1805) e Nicolau Tolentino (1741-1811); e na literatura brasileira tivemos Gregório de Matos (1636-1669).

A poesia satírica, segundo Amora (1973) pode ser dividida a partir de seu caráter invectivo, em dois grupos em relação à *composição* e ao *conteúdo*: I- *Moralizadora* – quando há, por parte do poeta, a intenção de corrigir erros, e a II- *Caricaturesca* – quando pretende atingir o corpo social ou individual a partir da chacota, do riso – é o caso da sátira de Bocage, enquanto a primeira seria a do tipo da de Boileau. Este grupo de sátiras segue a linha do teatro de comédias, cujo lema latino era “*Castigat Ridendo Mores*”, ou seja, Corrigir os Costumes Rindo; lema encontrado, principalmente, nas comédias da alta e no pós Idade Média, como por exemplo, Jean de Santeill, Molière etc.

A sátira, por si só, também pode adquirir um aspecto burlesco, como podemos depreender da concepção defendida por Campos (1965: 178)

É a sátira uma

Composição poética, quase sempre burlesca e desabusada, maliciosa, intencional sempre, tendo por escopo caricaturar e censurar defeitos, enganos e erros alheios. O étimo da palavra tem sido ultimamente ligado ao espírito que se atribui aos sátiros da mitologia grega, assinalados por sua irrequieta alegria e incontinência.

Quanto ao estilo e a autoria das Cartas Chilenas, devemos considerá-las como um expoente da personalidade de Tomás Antônio Gonzaga. Pois, sendo o gênero textual carta, e, ainda por se tratar de sua concomitância com outro gênero, no caso a sátira, no

qual o autor desforra suas diferenças com o Fanfarrão Menezes, há uma tendência, por parte de quem a escreve, de se expor de maneira constante e aberta.

3.3 Apresentação da Sexta Carta

A Sexta Carta, *corpus* da nossa pesquisa, será apresentada a seguir. Ela contém os aspectos que procuraremos analisar além de discorrer sobre a passagem dos festejos que ocorreram em Vila Rica. O seu autor Critilo repassa ao destinatário e amigo Dorotheo esse acontecimento repleto de excessos por parte do Fanfarrão e seus assecclas.

Nota-se, nesta carta, o clima de efervescência que acomete uma festa dessa magnitude, como também a denúncia, por parte de Critilo, de que tudo financiado às custas do dinheiro do povo.

11.2 — TEXTO DO APÓGRAFO VEIGA.

CARTA 6ª

EM QUE SE CONTA O RESTO DOS FESTEJOS

Eu hontem, Dorotheo, fechei a Carta,
Em que te relatei da Igreja as Festas;
E como trabalhava, por lembrar-me
Do resto do festejo, mal descanso

- 5 Na cama os lassos membros, me parece,
Que vou entrando na formosa Praça.
Não vejo, Dorotheo, um Curro feito
De pedaços informes de outros curros;
Sim vejo o mesmo Curro, que o bom Çhefe
10 Riscou na secca praia, e nelle vejo
As mesmas armações, e as mesmas caras:
Hora vou, doce Amigo, aqui pintallo.

* * *

- Na frente se levanta um camarote
Mais alto do que todos uma braça:
15 Enfeitão seu prospecto lindas colçhas,
E pendentes cortinas de Damasco;
À direita se assenta o nosso Çhefe.
Os *Regios Magistrados* não o cercão,
Nem o cerca tambem o nobre Corpo

- 20 Dos velhos Cidadãos; aquelle mesmo,
Que faz de toda a festa os grandes gastos.
Com elle só se assenta a sua Corte,
Que toda se compõe de novos Martes.
Aqui alguns conheço, que inda vivem
- 25 De darem o sustento, o quarto, a roupa,
E capim para a besta a quem viaja.
Conheço finalmente a outros muitos,
Que forão almocreves, e tendeiros,
Que forão Alfaiates, e fizerão,
- 30 Puçando a dente o couro, bem çapatos.
Agora, doce Amigo, não te rias,
De veres, que estes são aquelles Grandes,
Que em presença do Çhefe encostar podem
Os queixos nos bastões das finas canas.
- 35 Os postos, Dorotheo, aqui se vendem,
E como as outras drogas, que se comprão,
Devem daquelles ser que mais os pagão.

* * *

- No meio desta turba vejo um vulto,
Que moça me parece pelo trage:
- 40 Não posso conceber o como deva
Estar uma Senhora em tal palanque.
O Çhefe (eu discorria) inda é solteiro.
E quando não o fosse, a sua Esposa
Não havia sentar-se com barbados.
- 45 Mil cousas, Dorotheo, mil cousas feias
Me sugere a malicia, e todas falsas:
Applico mais a vista, então conheço,
Que é uma *muito esperta mulatinha*,
Que dizem filha ser do seu Lacaio.
- 50 Eis aqui, Dorotheo, o como ás vezes
Infames testemunhos se levantão
Ás pessoas mais sérias: só Deos sabe
O que tambem dirão do teu Critilo!
Mas tu, presado Amigo, não te afflijas,
- 55 Que tudo é desta classe, e *se vivêres*,
Ainda o hás de ver obrar milagres.

* * *

Pegado ao camarote do bom Çhefe
Se vê outro palanque igual em tudo
Aos rasos camarotes do mais povo.

60 Aqui tem seu lugar os Senadores;
Com elles se encorpóráo outros muitos,
Que lograrão de Edis as grandes honras.

* * *

Nos outros adornados camarotes
Assistem as familias mais honestas:

65 Aqui nada se vê, que seja pobre.
Recrêa, Dorotheo, recrêa a vista
O vário dos matizes; céga os olhos
O contínuo brilhar das finas pedras.
No meio de um palanque então descubro

70 A minha, a minha *Nise*: está vestida
Da côr mimosa, com que o Céu se veste.
Oh quanto! Oh quanto é bella! A verde Olaya,
Quando se cobre de cheirosas flores:
A filha de Thaumante, quando arqueia

75 No meio da tormenta o lindo corpo;
A mesma Venus, quando toma, e abraça
O grosso escudo, e lança, porque vença
A paixão do deos Marte com mais força;
Ou quando lacrimosa se apresenta

80 Na sala de seu Páe, para que salve
Aos seus Troianos das soberbas ondas;
Não é, não é como ella, tão formosa.
Qual o tenro menino a quem se chega
Defronte do semblante a vela accesa,

85 Umas vezes suspenso, outras risonho,
Os olhos arregala, e bem que o chamem,
A têsá vista não separa della:
Assim eu, Dorotheo, apenas vejo
A minha doce *Nise*, qual menino

90 Os olhos nella fito cheios de agua:
E por mais que me chamem, ou me abalem,
De embebido que estou, não sinto nada.
No meio, Dorotheo, de tanto assombro
Me finge a perturbada fantasia

95 Novo successo, que me afflige, e cança.
Apparece no Curro passeando
Sexagenario velho em ar de moço,
Traja uma curta veste, calções largos
Da côr da sêcca rosa, a quem adorna

100 O brilhante galão de fina prata:
Na bolça do cabello, que se enfeita
De duas negras plumas, e de flocos,

- Branquejão os vidrilhos; e no peito
De flores se sustenta um grande mólho.
105 Traz dous aneis nos dedos, e fivélas
De amarelllos Topasios. Não caminha,
Sem que ávante caminhe um branco pagem,
Atraz da cadeirinha, e o seu muleque
Em forma de lacaio. Ah! *velho tonto*,
110 Esse teu tractamento imita, imita
O estado, que tem o Rei do Congo!

* * *

- Ponho os meus olhos no *caduco Adonis*,
Então se me figura, que elle offerta
A Nise uma das flores, e que Nise
115 Com ar risonho no seu peito a prega.
Aos zelos, Dorotheo, ninguém resiste;
Sentem a sua força os altos deoses;
Os homens, mais as feras; e em Critilo
Não podes esperar paixões diversas.
120 Apenas isto vejo, exasperado,
Metto mão ao florete, e quando intento
O peito transpassar-lhe, então accórdo;
E vendo-me ás escuras sobre a cama,
Conheço, que isto tudo foi um sonho.

* * *

- 125 Pinte-te, Dorotheo, o grande Curro
Da sorte que minha alma o vio sonhando;
Agora vou pintar-te os mais successos,
Que impréssos ainda tenho na memoria.

* * *

- Ainda, Dorotheo, no largo Curro
130 Caretas não brincavão, nem se vião
Nos rasos camarotes altas poppas,
Enfeites com que brilhão nescias Damas;
Quando já no castello de madeira
As peças fuzilávão, signal certo
135 De que o nosso Heróe, e o *velho Bispo*
No adornado palanque se assentavão.
Agora dirás tu: *é forte pressa!*
Os Chefes nos thetros entrão sempre
Ás horas de correr-se acima o panno.

- 140 Amigo Dorotheo, tu nunca viste
 Uma criança, a quem a Mãe promete
 Levalla a vêr de tarde alguma festa,
 Que logo de manhã a Mãe persegue,
 Pedindo, que lhe dispa os fatos velhos?
- 145 Pois eis aqui, Amigo, o nosso Çhefe:
 Não quer perder de estar casquilho, e teso
 No erguido camarote um breve instante.

* * *

- Çhegão-se enfim as horas do festejo;
 Entra na Praça a grande comitiva;
- 150 Trazem os pagens as compridas lanças
 De fittas adornadas, vem á destra
 Os formosos ginetes arreados:
 Seguem-se os Cavalleiros, que cortejão
 Primeiro ao bruto Çhefe, logo aos outros,
- 155 Dividindo as fileiras sobre os lados:
 Não ha quem o cortejo não receba
 Em ar civil, e grato: só o Çhefe
 O corpo da cadeira não levanta,
 Nem abaixa a cabeça; qual o dono
- 160 Dos miseros escravos, quando juntos
 A benção vão pedir-lhe, porque sejam
 Ajudados de Deos no seu trabalho.

* * *

- Feitas as cortezas do costume,
 Os destros Cavalleiros galopeão
- 165 Em circulos vistosos pelo campo:
 Logo se fórmão em diversos corpos
 Á maneira das Tropas, que apresentam
 Sanguinosas batalhas. Soão trompas,
 Soão os atabales, os fagotes,
- 170 Os clarins, os boés, e mais a flautas.
 O fogoso ginete as ventas abre,
 E bate com as mãos na dura terra:
 Os dous *mantenadores* já se avançam.
 Aqui, presado Amigo, aqui não luctão,
- 175 Como nos espectaculos Romanos,
 Com forçosos Leões, malhados Tigres,
 Os homens peito a peito, e braço a braço:
 Jogão-se encontroadas, e se atirão
 Redondas alcancias, curtas canas,

- 180 De que destro inimigo se defende
 Com fazellas no ar em dous pedaços.
 Ao fogo das pistolas se desfazem
 Nos postes as cabeças: umas ficão
 Dos ferros traspassadas; outras voão
- 185 Sacudidas das pontas das espadas.
 Airoso Cavalleiro ao hombro encosta
 A lança no principio da carreira;
 No ligeiro cavallo a espora bate;
 Desfaz com mão igual o ferro, e logo
- 190 Que leva uma argolinha, a rédea toma,
 E faz, que o bruto pare. Doces córos
 Applaudem o successo, ençendo os ares
 De grata melodia. Então vaidoso
 Guiado de um padrinho ao Çhefe leva
- 195 O signal da victoria, que segura
 Na destra aguda lança. O bruto Çhefe
 Aceita a offerta em ar de Magestade,
 À maneira dos amos, quando tomão
 As cousas, que lhes dão os seus criados.
- 200 Nestes, e n'outros brincos innocentes,
 Se passa, Dorotheo, a alegre tarde.

* * *

- Já no sereno Ceo resplandecião
 As brilhantes estrellas; os morcegos,
 E as toucadas corujas já voavão,
- 205 Quando, presado Amigo, nas janellas
 do nosso Sant'Iago se accendião,
 Em signal de prazer as luminarias;
 Ardem pois nas janellas de Palacio
 Duas toçhas de páo, e sôbre a frente
- 210 Da casa do Senado se levanta
 Uma extensa armação; a quem enfeitão
 Quatro mil tigelinhas. Meu *Alberga*,
 Aqui o premio tens do teu trabalho;
 Tu farás de torcidas, e de azeite
- 215 Aos tristes Camaristas contas largas;
 E as arrobas de cebo, que não arde,
 Desfeitas em sabão mui bem te podem
 Toda a roupa lavar por muitos annos.

* * *

- Nas margens, Dorotheo, do çujo corgo,
 220 Que banha da Cidade a longa fralda,
 Ha uma curta praia toda cheia

- De já lavados seixos: neste sitio
 Um *formoso passeio* se prepara.
 Ordena o sabio Çhefe, que se cortem
- 225 De verdes laranjeiras muitos ramos;
 E manda, que se enterrem nesta praia,
 Fingindo largas ruas. Cada tronco
 Tem debaixo das folhas uma taboa
 Sem lavor, nem pintura, que sustenta
- 230 Doze tigelas do grosseiro barro.
 No meio do passeio estão abertas
 Duas pequenas cóvas pouco fundas,
 Que lagos se appellidão; sobre as bordas
 Ardem mil tigelinhas, e o azeite,
- 235 Que corre, Dorotheo, dos côvos cacos,
 Inda é mais, do que são as çujas aguas,
 Que nem os fundos cobrem destes tanques.
 A tão formoso sitio tudo acode,
 Ou seja de um, ou seja de outro sexo,
- 240 Ou seja de uma, ou seja de outra classe.
 Aqui lascivo amante sem rebuço
 Á torpe concubina offerta o braço:
 Alli mancebo ousado assiste, e falla
 Á simples filha, que seus Páes recatão.
- 245 A ligeira mulata em trages de homem
 Dança o quente lundu, e o vil batuque;
 E aos cantos do passeio inda se fazem
 Acções mais feias, que a modestia occulta.
 Meu charo Dorotheo, meu doce Amigo,
- 250 Se queres, que este sitio te compare,
 Como serio Poeta, aqui tens Çhipre
 Nos dias, em que os povos tributavão
 Á *Deosa tutelar* alegres cultos.
 Se queres, que o compare, como um homem,
- 255 Que alguma noção tem das Sacras Letras,
 Aqui Sodoma tens, e mais Gomhorra.
 Se queres finalmente, que o compare
 A lugar mais humilde em tom jocoso,
 Aqui, Amigo, tens esse afamado
- 260 Quilombo, em que viveo o *Páe Ambrosio*.

* * *

Depõe o nosso Çhefe a Magestade;
 E por vêr as Madamas, rebuçado
 No capote de bérne corre as ruas,
 Seguido, Dorotheo, das suas guardas;

- 265 Depois de dar seus giros, vai sentar-se
Em um dos toscos bancos, onde tomão
Assento certas moças, que pudêrão,
Não sei porque rasão, cahir-lhe em graça;
Não diz uma fineza ás taes mocinhas;
- 270 Pois não é, Dorotheo, porque não saiba,
Que elle tem muito estudo de *Florinda*,
Da *Roda da Fortuna*, e de outros livros,
Que dão aos seus Leitores grande massa.
É sim por sustentar a gravidade,
- 275 Que no publico pede o seu emprego;
Mas para lhes mostrar o quanto as préza,
(Ó fôrça milagrosa de Bestunto!)
Descobre ésta feliz, e nova traça:
Vai sentar-se na ponta do banquinho,
- 280 Umas vezes suspende ao ar o corpo;
Outras vezes carrega sobre a taboa,
E desta sorte faz, que as bellas moças
Movidas do balanço dêem no vento
Milhares e milhares de embigadas.

* * *

- 285 Çhega-se, Dorotheo, defronte delle
Um máscara prendado: não estima
Os discretos conceitos; nem se agrada
De vêr executar vistosos passos.
Manda sim, que arremede um *nosso Bispo*;
- 290 Que arremede tambem o modo, e gésto
De um *nosso General*. São estes momos
Os unicos, que podem cômovello
No público a mostrar risonha cara.
Oh alma de Fidalgo, ó Çhefe digno
- 295 De vestir a libré de um vil lacaio!

* * *

- Crescêrão, doce Amigo, alguns foguetes
Da noite, em que o Senado fez no curro
De polvora queimar barris imensos.
Em uma noite clara, qual o dia,
- 300 Ordena, que os foguetes vão aos ares;
Vai se pôr no passeio reclinado
Sobre um monte de pedras; faz-lhe corte
A *velha Poetiza*, que repete
Um Soneto, que fez a certos males.
- 305 Começão os vapores do Ribeiro
A formar sobre a terra nuvens densas:

Não se vêem dos foguetes os çuveiros,
 Não se vêem as estrellas, nem as cobras,
 Mas elle os deixa arder, e gasta a noite

- 310 Contente com ouvir alguns estalos,
 E a bulha, que elles fazem, quando sobem.

* * *

Já chega, Dorotheo, o novo dia,
 O dia, em que se correm bois, e vaccas.
 Amigo Dorotheo, é tempo, é tempo

- 315 De fazer-te excitar no peito brando
 Affectos de ternura, de odio, e raiva.
 No dia, Dorotheo, em que se devem
 Correr os mansos touros, acontece
 Morrer a *casta Esposa de um mulato*,
 320 Que a vida ganha por trocar rabeca.
 Dá-se parte do caso ao nosso Çhefe:
 Este, presado Amigo, não ordena,
 Que outro Musico va no lugar delle
 A rabeca tocar no prompto carro:
 325 Ordena, que elle escolha ou a Cadêa,
 Ou ir tocar a doce rabequinha
 Naquella mesma tarde pela praia.
 Que é isso, Dorotheo, estás confuso?
 Duvidas, que isto seja, ou não, verdade?
 330 Então, que has de fazer, quando me ouvires
 Contar desordens, que ainda são mais calvas?
 Indigno, indigno Çhefe, as Leis sagradas
 Não querem se encômodem alguns dias
 Os parentes çhegados dos defuntos,
 335 Ainda para cousas necessárias;
 E tu, cruel, violentas um marido
 A deixar sobre a terra o frio corpo
 Da sua terna Esposa, sem que tenhas
 Ao menos uma honesta, e justa causa!
 340 Barbaro, tu práticas tudo junto,
 Quanto obrárão no mundo os máos tirãnos!
 Mesencio ajuntava os corpos vivos
 Aos corpos já corruptos, e tu segues
 Outros caminhos, que inda são mais novos.
 345 Sepáras dos defuntos os que vivem;
 Não queres, que os parentes sejam pios,
 Dando as ultimas honras aos seus mortos!

* * *

- Chega-se finalmente a tarde alegre
 Do festejo dos Touros. Já no Curro
 350 Aparecem os dous formosos Carros.
 O primeiro derrama sôbre a terra
 Por bocas de serpentes escamosas
 Dous puros çhorros de agua: no segundo
 Se levantão alegres doces vozes,
 355 Que varios instrumentos acompanhão.
 Aqui entre os que tócão se divisa
 Um triste rosto, que se alaga em pranto.
 Não sabes, Dorotheo, quem este seja?
 Pois é, presado Amigo, aquelle triste,
 360 Que tem a mulher morta sobre a cama.
 O nosso grande Çhefe mal conhece
 Ao pobre do Viuvo, compassivo
 Mette a mão no seu bolço, e delle tira
 Um famoso cartuxo, que lhe entrega;
 365 O nescio Rabequista, que a acção nota,
 Um pouco suavisa a sua mágoa;
 E emquanto não recebe o tal embrulho,
 Comsigo assim discorre: *Que ditosa,*
Que ditosa violencia, que soccorre
 370 *Em tal occasião a minha falta!*
Já tenho com que pague ao meu Vigario;
Já tenho, com que pague a cera, a cóva,
A mortalha, o caixão, e mais os Padres.
 Assim o bom Viuvo discorria,
 375 Quando péga no embrulho, e mal o rasga,
 Encontra, Dorotheo, confeitos grandes,
 Encontra *manuscristi*, e rebuçados.
 Que é isso, Dorotheo, de novo pasmas?
 De novo desconfias da verdade?
 380 Amigo Dorotheo, o nosso Çhefe
Estudou Medicina, e como alcança,
 Que o çhorar faz defluxo, providente
 Ministra rebuçados a quem çhora,
 Para com elles accudir-lhe ao peito.

* * *

- 385 Principião os Touros, e se augmentão
 Do Çhefe as parvoices. Manda a Praça
 Sem regra, sem discurso, e sem concerto.
 Agora sahe um Touro levantado,
 Que ao máo Capinha sem fugir espera;
 390 Acena-lhe o Capinha, elle recúa,
 E atira com as mãos ao ar a terra.

- Acena-lhe o Capinha novamente;
De novo raspa o ção, e logo investe;
Lá vai o máo Capinha pelos ares,
395 Lá se estende na arêa, e o bravo Touro
Lhe dá com o focinho um par de tombos,
Nem deixa de pisallo, em quanto o nescio
Não segue o meio de fingir-se morto.
Meu esperto boisinho, em paz te fica;
400 Que o nosso Çefe ordena te recolhão,
Sem fazeres mais sorte, e te reserva
Para ao Curro sahires, quando forem
Do *Senhór do Bom Fim* as grandes festas.
Agora sahe um Touro, que é prudente;
405 Se o Capinha o procura, logo fôge;
Os caretas lhe dão mil apupadas:
Um lhe péga no rabo, e o segura;
Outro intenta montallo; e o grande Çefe
O deixa passear por largo espaço;
410 Manda soltar-lhe os cães, manda metter-lhe
As garroças de fogo, que primeiro
Que a pelle rompão do ligeiro bruto,
Nos destros dedos do Capinha estálão.
Com estes máos festejos, que aborrecem,
415 Se gastão muitos dias. Já o povo
Se cança de assistir na triste Praça;
E ao ver-se solitário o bruto Çefe,
Nos tracta por incultos, mais ingratos.

* * *

- Soberbo e louco Çefe, que proveito
420 Tiraste de gastar em frias festas
Immenso cabedal, que o bom Senado,
Devia consumir em cousas santas?
Suspirão *pobres amas*, e padecem
Crianças innocentes, e tu podes
425 Com rosto enxuto vêr tamanhos males?
Embora sacrifica ao proprio gôsto
As fortunas dos povos, que governas;
Virá dia, em que mão robusta, e santa,
Depois de castigar-nos, se condôa,
430 E lance na fogueira as varas torpes.
Então rirão aquelles, que chorárão;
Então talvez, que çhores; mas debalde:
Que suspiros, e prantos nada lucrão
A quem os guarda para muito tarde.

3.4 Explicando a Sexta Carta

As duas Cartas mais significativas para se conhecer a intimidade do poeta são a Sexta e a Undécima. O assunto da Sexta Carta, a que nos interessa, é rico de folclore. Como afirma Oliveira (1972), as festas relacionadas aos desposórios (noivados) entram no fulcro do programa leigo e fornecem o contra-retrato de Critilo, seu pretense autor.

Critilo abre a Sexta Carta lembrando a Dorotheo o que fora relatado na carta anterior, ou seja, as Festas da Igreja. Ainda na primeira estrofe, vai pondo Dorotheu a par daquilo que vislumbrara na sua cama: o mesmo Curro (corrida de touros).

Na segunda estrofe, informa ao amigo sobre a suntuosidade do camarote onde estão o Fanfarrão e seu séquito bem como sobre a compra discriminada de postos e brasões.

Na terceira, Critilo faz uma alusão a uma *muito esperta mulatinha* que poderia vir a ser a amante do Fanfarrão e filha do seu Lacaio.

A quarta estrofe, composta somente de seis versos, informa sobre outro camarote, pegado ao do Fanfarrão, que é o dos Senadores.

Critilo, na quinta estrofe, informa sobre outros camarotes menos suntuosos e que serviam para acomodar as outras famílias menos apaniguadas, e fala também da visão de sua amada que aí leva o nome de *Nise*; ainda nesta estrofe, Critilo faz chacota de um *Sexagenário velho* (Roberto Antonio de Lima, o Robério, que, nas palavras de Critilo, poeta menor e alcoviteiro do Fanfarrão).

Na sexta, continua ocupado com Robério, agora *caduco Adônis*, que, se insinuando à Nise de Critilo, é ferido de morte pela fúria deste último, mas era tudo devaneio.

Nas sétima e oitava estrofes, Critilo faz galhofa da vontade do Fanfarrão em não perder um detalhe que seja dos festejos.

As nona e décima descrevem a entrada da comitiva e o início do festejo, com os ornamentos tradicionais e o comportamento dos cavaleiros.

Critilo prossegue agora na estrofe de número onze, informando a Dorotheu sobre a iluminação que surge de repente no cenário do festejo.

Na 12ª estrofe, o poeta faz uma longa descrição de um certo sítio que servirá de passeio aos presentes e que, a mando do Fanfarrão, fora suntuosamente ornado o qual Critilo compara a *Çhipre*, a *Gomhorra* e a *Quilombo*.

Fanfarrão percorre a 13ª estrofe, fazendo graça às moças que se encontrarão sentadas em um mesmo *banco tosco* que ele.

Na estrofe 14, Critilo descreve a Dorotheu como o simplismo toma conta dos gostos artísticos do Fanfarrão.

Enfim, para terminar a descrição sobre a noite, a 15ª estrofe informa Dorotheu sobre os fogos que espocavam nos céus noturnos.

Na estrofe de número 16, Critilo descreve ao amigo, o início de um novo dia com a corrida de bois e vacas, conta ao amigo sobre a morte da esposa de um tocador de rabeca que, convocado a ir ao festejo, deixa de velar a amada, e que o Fanfarrão, mesmo sabendo da desgraça do mulato tocador, não se sensibiliza e ainda se diverte com isso.

Na penúltima estrofe da Sexta Carta, há a narração de uma tourada que termina com um acidente do *Capinha*, que é atacado pelo touro.

Por fim, na última estrofe, Critilo chama a atenção do Fanfarrão Minésio, no sentido dos enormes gastos para tais festejos, e preconiza um dia em que virá *mão robusta, e santa*, para lançar na fogueira *as varas torpes*.

Assim termina a Sexta Carta, que contou o resto dos festejos.

3.5 O Princípio da Imanência

Como já vimos no capítulo I, o Princípio da Imanência se ocupa da manutenção das características originais do documento. É ele que possibilitará a compreensão do documento e se constituirá como uma diretriz para o seu processo de interpretação.

3.5.1 A Organização formal

As Cartas Chilenas são compostas por treze cartas, cada uma com um número variável de versos, cada verso possui dez sílabas poéticas, decassílabos heróicos e sáficos, sem rima entre si,

Aspectos que retomam e marcam o gênero carta, na presentificação da dimensão interlocutora, na relação emissor/destinatário, através do Vocativo e Apóstrofe. (os números ao lado de cada exemplo representam os versos da sexta carta nos quais o exemplo se encontra).

1	,Dorotheo,	137	Agora dirás tu	314	Amigo
	Dorotheo,				
7	,Dorotheo,	140	Amigo Dorotheu	317	,Dorotheo,
12	,doce Amigo,	145	,Amigo,	322	,presado Amigo,
31	,doce Amigo,	174	,presado Amigo,	328	,Dorotheo,
35	,Dorotheo	201	,Dorotheo,	358	,Dorotheo,
45	,Dorotheo,	205	,presado Amigo	359	,presado Amigo,
50	,Dorotheo,	219	,Dorotheo,	378	,Dorotheo,
54	,presado Amigo,	235	,Dorotheo,	380	Amigo Dorotheo
66	,Dorotheo,	249	Meu charo Dorotheo, meu doce Amigo		
88	,Dorotheo,	264	,Dorotheo,		
93	,Dorotheo,	270	,Dorotheo,		
116	,Dorotheo,	285	,Dorotheo,		
125	,Dorotheo,	296	,doce Amigo,		
129	,Dorotheo,	312	,Dorotheo,		

São aspectos formais, pelo fato de apresentarmos uma série de Vocativos e Apóstrofes, isto se explica porque esses elementos estão sempre em lugares estratégicos nas Cartas. Toda vez que inicia uma estrofe na qual contará as novidades do fanfarrão Minésio, o autor surge como que carregado de informações que serão deveras sugestivas ao seu destinatário, daí a necessidade de chamar-lhe a atenção, para que não se perca o mínimo dos fatos.

Nossa análise é no sentido de se estabelecer uma relação entre um destinatário presentificado, que recebe as informações por carta de maneira direta, no caso Dorotheo, e outro destinatário, que vai recebendo as mesmas informações, mas agora indiretamente, que é o público em geral. Podemos notar que Critilo inicia os vocativos e Apóstrofes chamando pelo nome apenas, *Dorotheo*; conforme vai prosseguindo a carta, o autor adiciona o adjetivo *Doce* juntamente com um outro substantivo, agora comum, *Amigo*, entretanto com letra maiúscula, como a transformá-lo em substantivo próprio.

Do verso 66 ao 129, Critilo chama o amigo pelo nome somente *Dorotheo*, para, no verso 205, utilizar um adjetivo seguido de um substantivo comum com letra maiúscula *presado Amigo*; repete *Dorotheo* duas vezes em seguida, e, então, no verso 249 utiliza uma frase nominal extensa para interpelar o destinatário direto das Cartas *Meu charo Dorotheo, meu doce Amigo*.

E assim vai se criando uma espécie de alternância que se orienta de uma relação menos informal, quando é utilizado somente o nome *Dorotheo*, para uma relação mais pessoal, íntima, quando o poeta chama pelos vocativos e apóstrofes compostos.

Acreditamos que haja uma intenção clara por parte do autor das Cartas Chilenas no sentido de expor a sua relação íntima com o destinatário, a fim de disfarçar o seu propósito maior que era fazer deste documento um libelo público de denúncia e exposição dos desmandos do Fanfarrão, pois as Cartas Chilenas eram alvo dos leitores curiosos da época, não só do destinatário citado, Dorotheo.

3.5.2 A organização lingüístico-gramatical

Encontramos na carta, algumas características relacionadas à sátira, tais como as invectivas.

Invectivas (os números à esquerda correspondem aos versos da 6ª Carta)

97	Sexagenario velho
109	Ah! Velho tonto
112	caduco Adonis
154	bruto Çhefe
196	bruto Chefe

Note-se que, em sua maioria, as invectivas procuram atingir o fanfarrão Minésio pelo aspecto da senilidade, como se a ele fosse proibido o comportamento bonacheirão, caracterizando-o, assim, a partir de certa histrionice. Esses ataques são próprios do gênero sátira.

Procederemos, a seguir, a um levantamento e análise do processo de adjetivação do “corpus”, principalmente ao que se refere à anteposição ao substantivo.

- 5 Na cama os lassos membros, me parece
- 9 Sim vejo o mesmo Curro, que o bom Chefe
- 10 Riscou na secca praia, e nelle vejo
- 12 Hora vou, doce Amigo...

- 15 *Enfeitão seu prospecto lindas colchas*
 18 *Os Régios Magistrados não o cercão*
 19 *Nem o cerca também o nobre Corpo*
 31 *Agora, doce Amigo, não te rias*
 34 *Os queixos nos bastões das finas canas.*
 48 *Que é uma muito esperta mulatinha*
 51 *Infames testemunhos se levantão*

No decorrer da 6ª Carta (e isso se estende também às outras Cartas do documento) se notará este tipo de construção sintática, qual seja, o adjetivo antepondo-se ao substantivo. Por uma questão de estilo, ou por uma prática lingüística apropriada àquele século.

Deveremos também destacar, por uma questão de estilo ou prática da época, a profusão de versos que são iniciados por verbo; estarmos diante de uma opção do autor no sentido de reforçar na(s) Carta(s) o seu aspecto narrativo.

Não vejo, Dorotheo, um Curro feito
Sim vejo o mesmo Curro...
Enfeitão seu prospecto lindas colchas
Conheço finalmente a outros muitos
Applico mais a vista, então conheço
Assistem as famílias mais honestas
Recrêa, Dorotheo, recrêa a vista
Apparece no Curro passeando
Traz dous anneis nos dedos, e fivelas
Ponho os meus olhos no caduco Adônis,
Sentem as suas forças os altos deoses;
Metto mão ao florete, e quando intento
Conheço, que isto tudo foi um sonho.
Pintei-te, Dorotheo, o grande Curro
Chegão-se enfim as horas do festejo;
Entra na Praça a grande comitiva;
Trazem os pagens as compridas lanças
Seguem-se os Cavalleiros, que cortejão

Não há quem o cortejo não receba
Soão os atabales, os fagotes,
Jogão-se encontroadas, e se atirão
Desfaz com mão igual o ferro, e logo
Applaudem o sucesso, enchendo os ares
Ardem pois nas janellas de Palácio
Ordena o sábio Chefe, que se cortem
Ardem mil tigelinhas, e o azeite,
Depõe o nosso Chefe a Magestade;
Vai sentar-se na ponta do banquinho,
Chega-se, Dorotheo, defronte delle
Crescerão, doce Amigo, alguns foguetes
Começão os vapores do Ribeiro

Fazer a denúncia das estripulias e desordens do Fanfarrão estava entre os maiores objetivos de Critilo. Para tanto, ele se utiliza de alguns recursos lingüísticos presentes tanto na Sexta Carta como nas demais. Um deles é a antecipação do verbo ao restante da frase, o que cria o efeito de transmissão direta do fato narrado. Por exemplo: nos dois primeiros versos acima, há a antecipação do verbo *vejo*, como uma introdução de como vai ser apresentado o Curro e sob o olhar de quem, no caso de Critilo. O terceiro verso apresentado acima se inicia com o verbo *Enfeitão*, de registro característico em sua desinência *ão*, e se antecipa numa primeira descrição da festa.

Os verbos *Conheço* e *Applico* seguem reforçando quem é que vai transmitir a festa a Dorotheo. O verso que se inicia com o termo *Recrêa*, um verbo no modo imperativo, procura dar relevo àquele que deverá ser, aparentemente, o destinatário da carta, pois lhe chama a atenção ao que irá transmitir.

A seguir, há uma seqüência de quatro versos que se iniciam com verbos na primeira pessoa do singular, o que cria um efeito de alternância na Sexta Carta, entre o destinatário – pelo uso do imperativo -, o emissor, que é Critilo e que se mostra a partir dos verbos em primeira pessoa e o Curro juntamente com as pessoas que dele participam, pelos versos iniciados pelos verbos: *Traz*, *Seguem-se*, *Não há*, *Soão*, *Jogão-se*, *Desfaz*, *Applaudem*, *Ardem*, *Ordena* entre outros.

E assim prossegue a Sexta Carta, e igualmente as demais.

As figuras de construção eram consideradas por Sánchez em sua obra *Minerva*. Entre elas, encontra-se o Hipérbato como sendo a figura de inversão dentro da oração, o que influencia no ritmo, e pouco no sentido amplo da frase

2 *relatei da Igreja as Festas*

15 *Enfeitão seu prospecto lindas colchas*

16 *E pendentes cortinas de Damasco;*

24 *qui alguns conheço*

32 *são aquelles Grandes,*

33 *Que em presença do Çhefe encostar podem*

34 *Os queixos nos bastões das finas canas.*

48 *muito esperta mulatinha,*

49 *Que dizem filha ser do seu Lacaio.*

62 *Que lograrão de Edis as grandes honras.*

83 *Qual o tenro menino a quem se chega*

84 *Defronte do semblante a vela acesa*

130 *Caretas não brincavão, nem se vião*

131 *Nos rasos camarotes altas poppas,*

157 *só o Çhefe*

158 *O corpo da cadeira não levanta,*

Acreditamos que o poeta utilizou o hipérbato levado pela preocupação excessiva que tinham os poetas da época clássica com o estrato formal de suas obras literárias. Podemos listar algumas passagens como exemplo disso.

No verso *relatei da Igreja as Festas*, o Icto, ou elevação da entoação da sílaba, que ocorre na sílaba /gre/ vem seguido de uma pausa chamada Cesura o que confere um ritmo martelado ao verso, o que não ocorreria se ele estivesse na ordem certa, ou seja, se o Icto incidisse na sílaba /Fes/, de *Festas*.

Outro exemplo pode ser tirado do verso 16. Aí, a conjunção *E*, que dá início ao verso, inaugura uma série de sílabas formadas por este mesmo fonema, /pen/, /den/ e /tes/, até a quarta sílaba; o que confere à sonorização da leitura uma certa nasalização. O que não ocorreria se a palavra *cortinas* antecederse *pendentes*.

Uma questão de metrificação poderá explicar o Hipérbato do verso 33. Aqui, o verso decassílabo se faz unindo-se alguns finais de sílabas ao início de outras, por exemplo:

Que em/ pre/ sen/ ça/ do/ Che/ fe en/ cos/ tar/ po/ dem/.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Como podemos notar, nesta disposição, o acento final do decassílabo termina na sílaba /po/; se inverterem-se os verbos *encostar* e *podem* o último acento do decassílabo incidiria na décima primeira sílaba, e não na décima, desvirtuando, assim, o tipo de verso. Se, também, antepusermos os verbos *encostar* *podem* ou, nessa ordem, *podem* *encostar* ao segmento *em presença do Chefe*, ainda assim, o decassílabo não ocorreria.

Para finalizar nossa análise, o verso 131 traz o que chamamos de Paralelismo entre as sílabas no verso da poesia. A sílaba inicial /Nos/ cria o paralelismo com a próxima sílaba /sos/, enquanto que a sílaba final da palavra seguinte /camarotes/ - /tes/- estabelece paralelismo com a sílaba final do termo /altas/ - /tas/. Se a sequência do verso se encontrasse na ordem correta *Nos camarotes rasos poppas altas*, o paralelismo não ocorreria.

E esses efeitos de sentido vão se formando no decorrer da Sexta Carta com os versos aqui apresentados.

b) **Ironia** serve como figura para se chamar a atenção a qualquer característica de alguém, mas de maneira invertida, contrária; diz-se algo, querendo dizer o seu contrário. No caso das Cartas Chilenas, a série de adjetivos desfiados caracterizando o fanfarrão Minésio serve, na realidade, para colocar em evidência os seus contrários, ou seja, os adjetivos de sentidos negativos.

9	bom Çhefe
19	nobre Corpo
57	bom Çhefe
135	nosso Heróe

145	o nosso Çhefe
194	ao Çhefe
157	o Çhefe
224	sabio Çhefe
261	o nosso Çhefe

Para aquele que lê as Cartas Chilenas, vai ficando patente a posição de Critilo em relação ao Chefe – Fanfarrão -, o qual é alvo constante das críticas e desaprovações do primeiro. Portanto, ao utilizar a Ironia, Critilo – Tomás Antônio Ganzaga -, se apropria de um recurso estilístico que “joga” com o dito e o não-dito; por exemplo:

Ao escrever *bom Chefe*, cria, no leitor das Cartas, um sentido fora, o não-dito, visto que tal adjetivo *bom* não coaduna com o conteúdo do texto; então, o sentido que realmente fica para aquele que o lê é o contrário de *bom*, ou seja, *mau Chefe*.

O mesmo se passa com os adjetivos *nobre*, *nosso* e *sábio*, os quais estabelecem relações com seus não-ditos *lacaio*, *pobre*, *servo*, *vassalo* – para *nobre*; *deles*, *de ninguém* – para *nosso* e, *ignaro*, *rude*, *bronco* – para *sábio*.

Critilo utiliza também o substantivo *Magestade* para substituir *Chefe*; aqui, o não-dito se faz a partir da possibilidade de o Chefe não possuir condições e brilho para assumir o posto que ocupa. O *Chefe*, apesar de não possuir capacidade, se auto-elege ao cargo máximo de rei.

Apresentaremos, a seguir, as ocorrências de natureza fonética, ortográfica e semântico-discursiva localizadas nas CARTAS

I- METAPLASMO - São as alterações que ocorrem nas palavras no decorrer da história.

a) Acréscimo:

No início da palavra - **Prótese**

1 Eu *Hontem*, Dorotheo, fechei a Carta

No meio da palavra - **Epêntese**

10 Riscou na *secca* praia, e *nelle* vejo

- 11 Hora vou, doce Amigo, aqui *pintallo*
 20 Dos velhos Cidadãos; *aquelle* mesmo
 22 Com *elle* só se assenta a sua Corte
 32 De veres, que estes são *aquelles* Grandes
 47 *Applico* mais a vista, então conheço
 54 Mas tu, presado Amigo, não te *afflijas*
 72 Oh quanto! Oh quanto é *bella!* A verde Olaya
 82 Não é, não é como *ella*, tão formosa
 84 Defronte do semblante a vela *accesa*
 87 A tesa vista não separa *della*
 95 Novo *successo*, que me *afflige*, e cança

No final da palavra - **Paragoge**

Até meados do século XVI, o português carregava elementos do arcaísmo adquirido pela influência do latim e também sofria influência da língua espanhola. Os *Lusíadas*, de Luís de Camões, é obra considerada paradigmática por alguns estudiosos, como, por exemplo, Teyssier (2004).

Algumas ocorrências impressas nas Cartas Chilenas, já no século XVIII, dão fé desse processo de transformação acometido pelo idioma português falado no Brasil.

Certas palavras iniciadas por vogal traziam a letra /h/, no nosso caso, a palavra *Hontem*, o que mostra que o projeto de purismo do idioma português, pretendido por Marquês de Pombal não se deu de uma maneira dinâmica como se quis.

Palavras com consoantes dobradas – *secca*, *nelle*, *pintallo*, *aquelle*, *elle*, *aquelles*, *applico*, *afflijas*, *bella*, *della* – são vestígios da passagem do latim vulgar para o galego-português, uma espécie de pré-língua que surgiu com o processo de formação e transformação das palavras portuguesas.

II - TROCA DE FONEMAS

Metafonia

- 15 *Enfeitão* seu prospecto lindas colchas
 18 Os Régios Magistrados não o *cercão*
 28 Que *forão* almocreves, e tendeiros
 29 Que *forão* Alfaiates, e *fizerão*,
 36 E como as outras drogas, que se *comprão*
 37 Devem daquelles ser que mais os *pagão*
 51 Infames testemunhos se *levantão*
 61 Com elles se *encorpóvão* outros muitos,
 62 Que *lograrão* de Edis as grandes honras.
 78 A paixão do *deos* Marte com mais força;
 80 Na sala de seu *Páe*, para que salve

Teyssier (2004) esclarece-nos em relação a algumas ocorrências na língua portuguesa que se estenderam até o século XVIII. É o caso das terminações *ão* em verbos do tempo mais-que-parfeito e perfeito – *Enfeitão*, *cercão*, *forão*, *comprão*, *pagão*, e os outros informados acima. Ele explica que todas as palavras da língua, por volta de 1500, que possuíam primitivamente – *an* (*am*) e *on* (*om*) convergiram para uma só terminação em – *ão*. É o caso das formas verbais *Dan* > *dão*, *cantarán* > *cantarão* (futuro). Nesse ínterim, as formas verbais átonas, ex: *cantáran* seguiram o mesmo mecanismo e passaram a *cantárão*.

No caso também de encontros vocálicos em *deos* e *Páe*, há o registro ainda em processo de mudança, pois em algumas obras da época, já se encontravam tais palavras com a grafia atual.

III-ACENTUAÇÃO

- 17 *Á* direita se assenta o nosso Çhefe
 46 Me sugere a *malicia*, e todas falsas
 50 Eis aqui, Dorotheo, o como *ás* vezes
 52 *Ás* pessoas mais sérias: só Deos sabe
 55 Que tudo é desta classe, e se *vivêres*,
 67 O vário dos matizes; *céga* os olhos
 80 Na sala de seu *Páe*, para que salve
 97 *Sexagenario* velho em ar de moço,
 99 Da *côr* da *sêcca* rosa, a quem adorna

Quanto à acentuação, nota-se que em algumas palavras elencadas acima, o sistema encontrado segue ainda influência de um processo em evolução. Por exemplo, as letras *Á* (verso 17), *ás* (verso 50) e *Ás* (verso 52) trazem o acento denunciador de crase em sentido contrário.

As palavras *malicia* e *sexagenario*, por serem paroxítonas terminadas em ditongo, deveriam portar um acento agudo nas penúltimas sílabas *lí* e *ná*, o que não ocorre, pois o processo ainda permitia este tipo de grafia.

Por outro lado, palavras como *vivêres*, *céga*, *Páe* e *sêcca*, pela regra ortográfica vigente, não poderiam portar os acentos que elas trazem; no entanto, para época, era permitido.

Gostaríamos, também, de traçar um paralelo entre as ocorrências na língua do século XVIII e as mudanças, ocorridas recentemente na Língua Portuguesa, com o novo Acordo Ortográfico.

As palavras acima *vivêres*, *céga*, *Páe* e *sêcca* deixaram de ser acentuadas como estavam; no Acordo, o acento diferencial em *pêlo*, *pelo*, *pára*, *para* também deixaram de existir.

Em relação, ainda, à acentuação, enquanto algumas palavras do século XVIII ganharam acento, *malicia* e *sexagenario*, outras palavras que portavam três vogais unidas, depois do Acordo, perderam o acento: *assembleia*, *plateia*.

IV-ORTOGRAFIA

- 4 Do resto do festejo, mal *descanço*
- 9 Sim vejo o mesmo Curro, que o bom *Çhefe*
- 15 Enfeitão seu prospecto lindas *colçhas*
- 30 *Puçhando* a dente o couro, bem *çapatos*
- 39 Que moça me parece pelo *trage*
- 45 Mil *cousas*, Dorotheo, mil *cousas* feias
- 54 Mas tu, *presado* Amigo, não te afflijas
- 86 Os olhos arregala, e bem que o *çhamem*,
- 90 Os olhos nella fito *çheios* de agua
- 95 Novo successo, que me afflige, e *cança*

Segundo Teyssier, ocorreu, por volta de 1500, em Portugal, uma evolução do sistema das *sibilantes*, que passaram a existir com quatro unidades distintivas: as Pré-dorsodentais - /s/ escrito ç, e c e, ainda, /z/ escrito z; e as Ápico-alveolares - /s'/ escrito s e ss e, ainda, /z'/ escrito s. Assim, as grafias passam a ter uma coerência em relação a esse aspecto lingüístico.

No entanto, em torno de 1550, confusões começaram a aparecer em textos de autores entre cada uma das pré-dorsodentais e a ápico-alveolar que lhe corresponde: encontra-se ç em vez s, ss. Isso explica as ocorrências acima citadas, como por exemplo, em *descanço*, *Çhefe*, *colçhas*, *Puçhando*, *çapatos*, *presado*, *çhamem*, *çheios* e *cança*.

Ainda, segundo Teyssier, durante o processo que ficou conhecido por monotongação, passagem de *ou* em [o], a partir do século XVII, algumas palavras tiveram o *ou* substituído por *oi*; no exemplo acima, temos *cousas*, *Cousas* que ilustram este momento histórico-lingüístico no português.

V-SEMÂNTICO-DISCURSIVA

A sociedade do século XVIII se apresentava bem definida em relação à questão étnica. Os negros, então, faziam parte da raça de desprestígio, a que era capturada para fomentar a escravidão. Sabe-se que Tomás Antônio Gonzaga, branco, Ouvidor da cidade de Vila Rica, pertencia a uma classe social e étnica sabidamente elitizada e bem conceituada para sua época. O que nos intriga é que, sendo homem de ideais liberais e progressistas, tenha tomado certas posições – denunciadas pelo seu discurso por meio das Cartas Chilenas – consideradas desprezíveis do ponto de vista da moral em relação aos representantes da raça negra à época.

Critilo, a partir do verso 38 da 6ª Carta, deixa transparecer certa postura depreciativa ao descrever uma dúvida sua em relação à visão feminina; ele inicia citando um vulto

No meio desta turba vejo um vulto

A seguir, diz que é uma moça, e aqui a imagem representada é neutra

Que moça me parece pelo trage

Prossegue escrevendo uma Senhora – com inicial maiúscula, como forma de respeito, pois, não a reconhecendo, deve se mostrar com devida reverência

Estar uma Senhora em tal palanque

De Senhora, evolui para Esposa – também em maiúscula; pensando se tratar da esposa do Fanfarrão

E quando não o fosse, a sua Esposa

Para, então, finalmente, reconhecer que ela não passava de uma simples mulatinha – utilizando, para isso, o diminutivo, dando mostras de seu desprezo pelos representantes da raça negra

Que é uma muito esperta mulatinha,

Como dissemos, talvez haja certo estranhamento àquele que lê tais passagens, pelo fato de Critilo (Tomás Antônio Gonzaga) ter sido homem ilustrado, imbuído de ideais iluministas e liberais, portanto livre de certos preconceitos étnicos e lingüísticos.

Critilo, a partir do verso 245, ao descrever a praia formada junto ao córrego do local onde as pessoas passeiam e se divertem sob os auspícios do Fanfarrão e do dinheiro público, chega a comparar aspectos da cultura negra, de forma negativa, aos piores antros conhecidos dentro do catolicismo – religião predominante na metrópole

*A ligeira mulata em trages de homem
Dança o quente lundu, e o vil batuque*

Então inicia a comparação entre antros negativos
*Se queres, que este sítio te compare,
Como serio Poeta, aqui tens Chipre
Nos dias, em que os povos tributavão
Á Deosa tutelar alegres cultos.*

E, entre eles, um conhecido antro bíblico
Aqui Sodoma tens, e mais Gomhorra.

E, então, de maneira caçoísta, cita um conhecido espaço dos negros. Note-se que Critilo – Gonzaga – vale-se da expressão *tom jocoso*, o que deixa a impressão de que não havia seriedade quando se tratava de questões raciais

*Se queres finalmente, que o compare
A lugar mais humilde em tom jocoso,
Aqui, Amigo, tens esse afamado
Quilombo, em que viveo o Páe Ambrosio.*

Critilo, ainda na 6ª Carta, a partir do verso 317, escolhe a um mulato para narrar um acontecimento sobre a insensibilidade e a sovinice do Fanfarrão diante da morte da esposa de um dos músicos que tocariam no dia da festa

No dia, Dorotheo, em que se devem

*Correr os mansos touros, acontece
Morrer a casta Esposa de um mulato*

Critilo, ao narrar ao amigo Dorotheo a passagem do mulato rabequista, o faz mais com a pretensão de atacar a indolência do Fanfarrão quanto ao fato do que para defender o mulato que perdeu a esposa. Chega-se a essa conclusão a partir da trajetória percorrida por Critilo ao narrar-descrever as passagens das Cartas Chilenas envolvendo questões étnicas.

Gostaríamos de salientar, à guisa de enriquecimento da nossa análise, as passagens de algumas Cartas que apresentam aspectos de um discurso racial (im)próprio à época, pois não se pode esquecer de que o lema Iluminista sobre Igualdade e Liberdade fazia parte do discurso de homens liberais como Tomás Antônio Gonzaga!

3ª Carta, contidos nesses versos 114, 115 e 116: *Pois eu também to digo: Para uns negros, Que vivem, (quando muito) em vis cabanas, Fugidos dos senhores lá nos matos.*

236 e 237: (...) , *e vem o pobre Que não quis emprestar-lhe algum negrinho Para lhe ir trabalhar na rossa.*

247, 248 e 249: *Que açoitar, Dorotheo, em outra parte, só pertence aos Senhores, quando punem Os caseiros delitos dos escravos.*

4ª Carta, contidos nos versos 200 e 201: *Alguns bois de serviço, prompts mandem Os bois, e mais os negros, que os governem.*

5ª Carta, contidos nos versos 314, 315 e 316: *Se te queres moldar aos teus talentos, Em tosca frase do Pais somente, Escreve trovas, que os mulatos cantem.*

8ª Carta, contidos no verso 358: *Não póde inda melhor comprar um negro?*

Critilo, ao utilizar certas expressões lingüísticas, torna patente a sua posição quanto às questões raciais. Por exemplo, ao usar os termos *negros (...) fugidos, emprestar-lhe algum negrinho, açoitar (...) só pertence aos Senhores quando punem (...) delitos dos escravos, mandem os bois e mais os negros, comprar um negro?*, Critilo

parece lidar com certa naturalidade com a questão da escravidão punitiva; deixa muito bem definidas as posições sociais dentro da sociedade do século XVIII, em Vila Rica, ao separar Senhores de escravos. Torna patente, ainda, o labéu do comércio escravagista com os termos referentes à negociação de compra e venda de homens negros.

CAPÍTULO IV

O PRINCÍPIO DE ADEQUAÇÃO TEÓRICA

4.1. Aplicando o princípio da adequação teórica

Trataremos, neste capítulo, de alguns aspectos de natureza pragmática encontrados nas Cartas Chilenas, lançando mão, para tanto, do trabalho sobre epistolografia de Pantaleoni (1999). A autora inicia o capítulo que tratará dessa questão informando que a função primordial desse gênero sempre foi utilitária e pragmática, ou seja, é necessário que se haja comunicação entre duas pessoas, mas existe um empecilho primeiro que é a distância.

Sabe-se, ainda, que para que ocorra uma interação, é necessário que exista a co-presença – a presença num mesmo lugar de um número de pessoas para que se estabeleça, entre elas, um contato ao menos visual; assim, por exemplo, quando Critilo evoca a Dorotheo, presentificando-o, no verso 31 da Sexta Carta

Agora, Doce Amigo, não te rias

Isso nos leva a crer que o autor está tentando, aqui, resolver, ao menos em parte, o problema da co-presença que existe, quando a interação for epistolar.

Mais a frente, no verso 54, Critilo cria a co-presença do amigo, antecipando-se a uma possível manifestação de seu sentimento

Mas tu, presado Amigo, não te afflijas,

Pantaleoni retoma a noção de competência comunicativa, proposta por Kerbrat-Orecchioni (1998) e também por Hymes (1974), e a define como um conjunto de atitudes, que permitem ao falantes a eficaz comunicação em diferentes situações culturais de comunicação. Tal competência pressupõe um conjunto de regras de natureza verbal e não-verbal, que compreendem, entre outras, a alternância dos turnos, a gerência dos temas abordados, prevendo a sincronização e a coerência entre as réplicas.

A partir do verso 125, Critilo como que testa o turno e propõe ele mesmo uma mudança, não sem antes lançar mão do recurso da co-presença.

*Pintei-te, Dorotheo, o grande Curro
Agora vou pintar-te os mais sucessos,
Que impréssos ainda tenho na memória.*

Critilo prossegue a lançar mão deste recurso necessário à presentificação do destinatário-leitor, vejamos outros exemplos nos seguintes versos: 137, 250, 254, 257, 328, 329, 358, 378 e 379

*Agora dirás tu: é forte pressa!
Se queres, que este sítio te compare,
Se queres, que o compare, como um homem,
Se queres finalmente, que o compare
Que é isso, Dorotheo, estás confuso?
Duvidas, que isto seja, ou não, verdade?
Não sabes, Dorotheo, quem este seja?
Que é isso, Dorotheo, de novo pasmas?
De novo desconfias da verdade?*

Nas passagens *dirás tu*, *Se queres, estás confuso?*, *Duvidas*, *Não sabes*, *pasma* e *desconfias* Critilo intensifica o jogo dialético entre emissor e destinatário dando a impressão de que, no momento da produção das Cartas Chilenas, Dorotheo é/está presentificado; o efeito de sentido que surge é o de que o gênero carta não pode

prescindir jamais do estatuto do Outro, a fim de se construir o mecanismo dialógico que existe nesse gênero, mesmo que esse Outro seja inventado, ficcional.

Nesse momento, gostaríamos de abrir um parêntese, a fim de destacarmos passagens de quase todas as Cartas (são 13, no total) nas quais Critilo, o emissor, dá relevância a um pretenso interlocutor (interpelando e apostrofando, às vezes, o próprio Fanfarrão, e também outros personagens), o que deixa patente características do gênero carta.

1ª Carta, a partir do verso 276: *São estes, loucos Chefes, os seus exemplos,...*

4ª Carta, a partir do verso 340: *Hora pois, louco Chefe, vai seguindo...*

verso 353: *E nós, indigno Chefe, e nós veremos,...*

5ª Carta, a partir do verso 161: *Ah! Pobres Cidadãos, se assim o faço!*

verso 164: *Só tu, maroto Albergá, só tu podes*

verso 285: *Ah! Grande General, com esta Tropa*

verso 312: *Rançoso, e máo Poeta, não nasceste*

7ª Carta, a partir do verso (Critilo cria um personagem interlocutor – Silverino - beneficiário dos contratos em Vila Rica)

144: *Aqui agora tens, meu Silverino,...*

151: *Eu sei, meu Silverino, que quem vive*

181: *Porque meu Silverino? Porque largas,*

246: *Agora, Fanfarrão, agora fallo*

247: *Comtigo, e só comtigo,...*

263: *Indigno, Indigno Chefe! Tu não buscas...*

8ª Carta, a partir do verso 342: *Indigno, e bruto Chefe, em que direito...*

350: *E como, louco Chefe, e como sabes,...*

9ª Carta, a partir do verso 366: *Ousado, indigno Chefe, que governo,*

367: *Que governos nos fazes?...*

369: *E tu, e tu trabalhas, porque seja*

384: *Tu assim o conheces, Cata Preta,...*

10ª Carta, a partir do verso 27: *Perdoa minha Nise, que eu desista...*

11ª Carta, a partir do verso 111: *Ó dança venturosa! Tu entravas*

119: *Ah! tu, famoso Chefe, dás exemplo.*

360: *Ah! formosa Marília, agora, agora*

Pantaleoni, ainda no mesmo capítulo do seu trabalho, esclarece que existem situações em que o remetente, ainda que se dirija a um destinatário em particular, espera, na verdade, que o conteúdo de sua Carta seja de conhecimento de outros possíveis destinatários/leitores pelo caminho (um público maior) – é assim que determinados remetentes aproveitam o gênero epistolar para expor suas idéias e opiniões, sejam elas de natureza política, moral, filosófica ou religiosas.

No caso das Cartas Chilenas, é flagrante a pertinência desta tese, dado o alcance histórico a que têm chegado.

A metalinguagem literária mostra o poeta peculiarmente vinculado com a sua própria atividade de fazer poético, pois ela torna explícita a atividade de poetar, revelando, talvez, o que se passa em seu universo interior de criador. Destacaremos, a seguir, algumas passagens da 6ª Carta em que podem ser encontrados os aspectos que caracterizam este tipo de metalinguagem.

- 1 *fechei a carta*
- 2 *Em que relatei*
- 12 *Hora vou (...) aqui pintallo*
- 38 *Vejo um vulto*
- 42 *(eu discorria)*
- 47 *Applico mais a vista*
- 58 *Se vê...*
- 92 *De embebido que estou.*
- 112 *Ponho os meus olhos*
- 120 *isto vejo,*
- 125 *Pintei-te*
- 127 *vou pintar-te*
- 128 *Que impréssos ainda tenho na memória*
- 330 *Quando me ouvires contar*

A metalinguagem literária estabelece a relação do autor com o ato de produção da obra. No verso 1, o objeto direto da frase - *a carta* – demonstra esse processo. Em seguida, o pronome adjetivo *em que* retoma carta e sustenta o ato de produção daquele que a escreve.

Com as variantes dos verbos *pintar, ver, discorrer, aplicar, por, ver, pintar, ter impressos na memória, contar* o poeta vai deixando claro o processo de criação, o seu ato de produção de sua obra; o que cria o efeito de sentido, naquele que lê, de uma disposição do trabalho do artista, como se ele nos oferecesse dados explicativos sobre como se processou a criação das Cartas Chilenas.

Ainda, para ilustrar com mais exemplos, levantamos os mesmos aspectos expostos anteriormente mas agora nas demais cartas do documento.

1ª Carta, nos versos 288, 289, 290 e 291: *Nas outras contarei, presado Amigo Os factos, que elle obrou no seu governo, Se accaso, os ceos quizerem dar-me, Para tanto escrever, papel e tempo* (Referência à introdução da obra de Luís Vaz de Camões, poeta português do século XVI, Os Lusíadas)

2ª Carta, nos versos 3, 4, 59, 61, 305 e 306: *Quando, presado Amigo, punha o selo, Na volumosa carta, em que te conto, Aparo a minha pena, o papel dobro, Não sei, presado Amigo, o que te escrevo, Que sem barriga farta, e sem descanso, Não se póde escrever tão longa história.*

3ª Carta, nos versos 38, 39, 274, 275 e 292: *Pega na Penna, e desta sorte voa, De cá tão longe a murmurar contigo. Que é isso, Dorotheo? Tu já retiras Os olhos do papel? Tu já desmaias? Contar-te o que elles sofrem nesta Carta;*

4ª Carta, nos versos 17, 24, 25, 190, 191 e 261: *Só para te escrever mais uma carta, A Carta, Dorotheo, a longa Carta, Que descreve a cadea. Não gastemos todo o tempo, Em contar sentidas cousas, E fecho, Dorotheo, a minha Carta.*

5ª Carta, nos versos 27, 28, 29, 337 e 338: *Espera quando muito, ler meus versos, Sem que molhe o papel amargo pranto, Sem que rompa a leitura alguns suspiros, Pois de tanto escrever a mão já cança, Em outra contarei o mais que resta;*

7ª Carta, nos versos 196, 197 e 213: (...) *Mas não posso, Só contigo gastar papel, e tempo. Por isso pintarei, presado Amigo.*

8ª Carta, nos versos 378, 379 e 382: *Só tu...Porém, Amigo, é tempo, é tempo, De fechar esta carta, pois ainda. Eu a Penna deponho, e só te peço,*

9ª Carta, nos versos 27 e 28: *Assim para escrever os grandes feitos, Que o nosso Fanfarrão obrou em Chile,*

10ª Carta, nos versos 30 e 34: *Não careces de os ler nos meus escriptos. E tu, meu Dorotheo, antes que lêas.*

11ª Carta, nos versos 332 e 333: *Não hás de receber da minha pena, Em verso, ou prosa mais uma só carta.*

Podem ser notadas, nos versos acima, passagens que procuram explicitar o processo de criação do documento, como também a relação intrínseca do autor com a sua obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho envolvendo a Sexta Carta das Cartas Chilenas, documento surgido no final do século XVIII, em Vila Rica, Brasil, apresentamos alguns aspectos pertinentes ao gênero carta, para tanto, refizemos o percurso proposto por alguns autores, como Meurer, Marcuschi e Bazerman, no que se refere ao processo de configuração do gênero carta através da história da humanidade.

A nossa proposta tem por objetivo precípuo abordar as Cartas Chilenas segundo os aspectos, que as caracterizam como um gênero textual carta. Procuraremos levantar os elementos caracterizadores do gênero carta, considerando-os tanto intrínseca como extrinsecamente. Para isso, utilizamos a fundamentação teórica da Historiografia Lingüística, proposta por Koerner (1995,1996), com seus Princípios e a aplicação da Metalinguagem, desenvolvendo, assim, nossa análise, com vistas a definir os elementos que legitimam as Cartas Chilenas como verdadeiramente pertencente ao gênero em questão.

No decorrer deste trabalho, o Princípio da Contextualização serviu-nos para reconstituir o ambiente sócio-político do século XVIII, permitindo-nos uma maior compreensão no que se refere à inserção das Cartas Chilenas ao contexto da época.

O Princípio da Imanência nos serviu para colocarmos em evidência os elementos originais que constituem esse documento. Nessa fase da pesquisa, pudemos observar o que significa o dinamismo de uma língua, pois, apontamos como a língua portuguesa era e como ficou hoje, com as mudanças e transformações às quais ela se submeteu.

A partir do Princípio da Adequação Teórica, pudemos notar o processo de adaptação de um documento produzido no século XVIII para os dias atuais.

Examinamos, nas Cartas Chilenas, algumas das regularidades textuais, nas quais pudemos encontrar resquícios de uma gramática pertinente à época, além de, agora no campo discursivo, – e isso nos causou certo estranhamento - nos deparar com a postura antiliberal e anti-iluminista por parte do autor das Cartas Chilenas, Tomás Antônio Gonzaga no que diz respeito aos aspectos étnicos e raciais.

Ainda nas regularidades textuais, em relação ao gênero carta, procedemos ao levantamento dos aspectos pragmáticos, à luz dos estudos de Pantaleoni, quando ficou patente a necessidade de uma competência comunicativa, por parte daquele que escreve,

a fim de se lançar mão de certos recursos compensatórios, como por exemplo, a co-presença do destinatário no momento de se escrever a carta.

É importante ressaltar que uma das conclusões às quais chegamos nos permite afirmar que as Cartas Chilenas mantêm pouca ou nenhuma relação com o movimento de insurreição que ocorria em Vila Rica; tratam-se de documentos que envolvem questões pessoais, entre Gonzaga e Luís Menezes, e, ainda, reprimendas vindas de um Ouvidor público a um governador à época.

E, por fim, partindo da noção de metalinguagem literária, proposta por Almeida como também da noção de gestos comunicativos, propostos por Goffman, via Pantaleoni, pudemos dar relevância a alguns gestos por parte do emissor/autor das Cartas Chilenas, com o objetivo de recriar o contexto da criação desse documento.

Gostaríamos de ressaltar, outrossim, que a fim de enriquecer a nossa pesquisa, estendemos os exames desses aspectos também a outras cartas do documento, esperando, com isso, ter contribuído a se criar expectativas para a continuação desses estudos por parte de outros pesquisadores da área.

Os resultados obtidos da nossa pesquisa são:

- Por se tratar de um documento de estrutura mista, ou seja, coexistem nas Cartas Chilenas tanto o gênero satírico como o gênero textual carta, as Cartas Chilenas apresentam relativa dificuldade àquele que almeja analisar um desses gêneros em separado;
- Encontramos nas Cartas Chilenas a liberdade da linguagem poética, o que deu ao seu autor a possibilidade de desviar-se da orientação dada à época, principalmente pelas Gramáticas escritas por especialistas do idioma, de que a língua deveria de seguir a mesma logicidade do pensamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marly de Souza. *Metalinguagem e identidade lingüística brasileira na sátira poética de Oswald de Andrade*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.
- AMORA, Antônio Soares. *Teoria da Literatura*. 10ª ed. São Paulo: Clássico-Científica, 1973.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. DIONÍSIO A. P. & HOFFNAGEL, J. C. (orgs.). Trad. Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2006.
- CAMPOS, Geir. *Pequeno Dicionário de Arte Poética*. Rio de Janeiro : Edições de Ouro, 1965.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1962.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaio e Teoria e Metodologia*. São Paulo: Campus, 2005.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.
- FALCON, Francisco. *História Cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística Histórica*. São Paulo: Parábola, 2005.
- FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *As Concepções Lingüísticas no Século XVIII. A Gramática portuguesa*. Campinas: Unicamp, 1996.
- GABAS Jr., Nilson. Lingüística Histórica. In: MUSSALIN F. & BENTES A. C. (orgs.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*, v. 1. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 77-103.
- GASSET, ORTEGA Y. *A Rebelião das Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos problemas*. São Paulo: Francisco Alves, 4ª edição, s/d.
- GONÇALVES, Maria Filomena. *As idéias lingüísticas em Portugal no século XVIII*. Rio de Janeiro: Confluência, 1987.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *As Cartas Chilenas*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *I. A Época Colonial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

KOERNER, Konrad. *Toward a Historiography of Linguistics*. Selected essays. Amsterdam: John Benjamins, 1978.

_____. *L’Historiographie des Sciences du Langage: Interêts et Programmes*”. In : *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique*, Berlin: Max Niemeyer Verlag, 1987.

_____. *Progress in Linguistic Historiography*: Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989a.

_____. *Practicing Linguistic Historiography*. Selected essays. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989b.

_____. *Practicing Linguistic Historiography*. Selected essays. Amsterdam & Philadelphia, 1989c.

_____. *Professing Linguistic Historiography*. John Benjamim Amsterdam/Philadelphia, 1995.

_____. *O Problema da Metalinguagem em Historiografia Lingüística*. Trad. Maria Cristina F. S. Altman. D.E.L.T.A., Vol.12, no-1, 1996 a (95-124).

_____. *Questões que persistem em Historiografia Lingüística*. Revista da ” ANPOLL”, n. 2, p.45-70, Trad. Maria Cristina F.S.Altman, 1996 b.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.) *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARIANI, Bethania. *Colonização Lingüística. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004.

MEURER, José Luiz. O Conhecimento de Gêneros Textuais e a Formação do Profissional da Linguagem. In: FORTKAMP, M. B. M. e TOMICH, L. M. B. *Aspectos da Lingüística Aplicada*. Florianópolis: Insular, 2000. (pp. 149 a 166).

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

- NASCIMENTO, Jarbas Vargas. *Bases Teórico-Metodológicas da Historiografia Lingüística*. São Paulo: PUC/SP, 2002. Mimeografado.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas. *A Historiografia lingüística*. São Paulo: PUC/SP, 2004. Mimeografado.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas. (org.). *A Historiografia lingüística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar, 2005.
- OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *As Cartas Chilenas: fontes textuais*. São Paulo: Referência, 1972.
- PANTALEONI, Nílvia Terezinha da Silva. *As Cartas de Ruy Barbosa a Maria Augusta e de Monteiro Lobato a Purezinha: a interação por escrito e as metáforas do amor*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. São Paulo: PUC/SP, 1999.
- PIMENTEL Pinto, Edith. *História da Língua Portuguesa. Século XVIII*. São Paulo: Ática, 1988.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- VIANA, A. R. Gonçalves. *Exposição da pronúncia normal portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.
- VIANA, Márcia Serra Ribeiro. *Linguagem como fato social total*. Londrina: Humanidades, 2005.
- WEEDWOOD, Barbara. *História Concisa da Lingüística*. Trad: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.